

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DOUTORADO**

**CLERES CARVALHO DO NASCIMENTO SILVA**

**A ESCOLA SANTA TERESINHA E SUAS RELAÇÕES COM A  
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ/MA**

**São Leopoldo**

**2021**

CLERES CARVALHO DO NASCIMENTO SILVA

**A ESCOLA SANTA TERESINHA E SUAS RELAÇÕES COM A  
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ/MA**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Jairo H. Rogge

São Leopoldo

2021

S586e Silva, Cleres Carvalho do Nascimento.  
A Escola Santa Teresinha e suas relações com a sociedade de Imperatriz/MA / Cleres Carvalho do Nascimento Silva. – 2021.  
147 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.  
“Orientador: Prof. Dr. Jairo H. Rogge.”

1. Escola. 2. Cidade. 3. Cultura escolar. 4. Memória.  
5. Formação sociocultural. I. Título.

CDU 981.21

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

CLERES CARVALHO DO NASCIMENTO SILVA

**A ESCOLA SANTA TERESINHA E SUAS RELAÇÕES COM A  
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ/MA**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 13 dezembro 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Isabel Aparecida Bilhão – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Ilmara Maria de Oliveira Silva – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

---

Deise Cristina Schell – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Jónata Ferreira de Moura – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

## AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora pelo cuidado com a minha vida.

Ao meu esposo Francisco Barros Silva, pela parceria, paciência e por acreditar no meu sonho.

A minha filha Dra. Scarlat Carvalho do Nascimento Silva, minha melhor amiga, pela parceria em todos os momentos da escrita da minha Tese.

Ao meu querido amigo Professor José Nilson, pelo incentivo na escolha da temática, na busca das fontes e nas leituras e contribuições nas evidências citadas nos textos.

Ao meu orientador Dr. Jairo, pela eficiência e eficácia nas orientações da Tese, pela paciência e companheirismo.

Aos Professores do PPG História da UNISINOS, pelas disciplinas ministradas, as quais foram imprescindíveis para o alinhamento da escrita da Tese.

Aos meus pais Manoel Pereira do Nascimento (*in memoriam*) e a minha mãe Iracema Carvalho do Nascimento Silva, por todo amor e carinho. Pai, Mãe, Amor (esposo), filha, este título de Doutora é para vocês.

Às Senhoras Alzira do Espírito Santo Moreira Milhomem, Raimunda Cortez Moreira, Leonília Milhomem Bandeira, Violeta Milhomem Bandeira Rocha, Domingas Machado Batista, Francisca Paixão Machado e Evane Santos Ferreira, pela participação na construção da Tese, por meio dos relatos informais sobre fatos que vivenciaram na Escola, ora como alunas ora como professoras.

Aos membros da Banca Avaliadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Isabel Aparecida Bilhão, Prof.<sup>a</sup> Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva, Prof.<sup>a</sup> Dra. Deise Cristina Schell e Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura, pelas contribuições sistematizada feitas no trabalho.

Obrigada!

E a caminhada prossegue; houve pés que sangraram nos espinhos do caminho; houve corações que se alegraram, outros que partiram nas durezas da estrada. Mas, a Escola Santa Teresinha prossegue e prosseguirá através dos tempos para a felicidade de Imperatriz, cumprindo, com retidão, sua missão de educar evangelizando e evangelizar educando. Edelvira M Marques, ex-aluna e ex-professora da Escola Santa Teresinha (SILVA; CASTRO, 2004, 19).

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo geral analisar e compreender como a Escola Santa Teresinha, fundada em 03 de agosto de 1924, por religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, a partir de sua organização educacional e pedagógica, contribuiu para a formação histórica e sociocultural de Imperatriz (MA). Entre as fontes que foram utilizadas para alcançar os objetivos específicos estão documentos como os livros de Tombo (de 1926 a 1961), atas, livros de matrículas, livro de visitas ilustres, cartas provinciais dentre outros que estão no acervo da escola e foram disponibilizados para a referida pesquisa. Além dessas fontes as orais também foram fundamentais para acessar as memórias de quem viveu aquela experiência, a fim de compreender como a história da escola se fundiu à história da cidade e se constituiu como elemento fundamental para a sociedade e a cultura imperatrizenses. Para isso, foram entrevistadas sete mulheres que vivenciaram a escola como alunas e também, algumas delas, como professoras. Com essa tese, defendemos a proposição de que, para além de sua contribuição propedêutica, a Escola Santa Teresinha, ao longo do tempo, e através de sua atuação no âmbito didático e pedagógico se relacionou com o próprio tecido social e cultural da cidade, em um movimento de mão dupla, ora trazendo a comunidade para dentro da escola, ora levando seus preceitos para além dos muros escolares, construindo uma relação complexa que foi e tem sido determinante na construção, senão de toda, mas de uma boa parte da estrutura sociocultural e da memória da cidade. Deste modo, foi evidenciado que, no transcorrer do tempo, a escola adentrou a comunidade e essa, em resposta, incorporou a escola como um elemento integrado ao seu corpo social e cultural, estabelecendo uma relação que, embora complexa, tem sido positiva na medida em que se reflete como uma memória social e que se mantém viva na comunidade.

**Palavras-chave:** escola; cidade; cultura escolar; memória; formação sociocultural.

## ABSTRACT

The main goal of this thesis is to analyze and understand how the Santa Teresinha School, founded on August 3, 1924, by religious of the Congregation of the Capuchin Missionary Sisters, through its educational and pedagogical organization, contributed to the historical and sociocultural formation of Imperatriz (MA). Among the sources that were used to reach the specific objectives are documents such as the registration books (from 1926 to 1961), minutes, enrollment books, book of distinguished visitors, provincial letters, among others that are in the school's collection and were made available for this research. Besides these sources, the oral ones were also fundamental to access the memories of those who lived that experience, in order to understand how the history of the school merged with the city's history and became a fundamental element for the society and culture of Imperatriz's citizens. In order to do this, seven women were interviewed who had experienced the school as students and also, some of them, as teachers. Along this thesis, we defend the idea that, besides its propedeutic contribution, the Santa Teresinha School, throughout the time, and through its didactic and pedagogical performance, related to the social and cultural network of the city, in a two-way movement, bringing the community to the school, and taking its precepts beyond the school walls, building a complex relationship that was and has been determinant in the construction, if not all, but a good part of the sociocultural structure and the memory of the city. Thus, it was evidenced that, over time, the school has entered the community and the community, in response, has incorporated the school as an integrated element to its social and cultural environment, establishing a relationship that, although complex, has been positive to the extent that it is reflected as a social memory and that is kept alive in the community.

**Key-words:** school; city; school culture; memory; sociocultural formation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Retrato de Frei João Pedro de Sexto São João.....	25
Figura 2 - As irmãs Co-fundadoras .....	42
Figura 3 - Ao fundo, o prédio da primeira sede da escola.....	60
Figura 4 - A nova sede da escola, em prédio em estilo românico, nos fundos da Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila .....	62
Figura 5 - A sala de aula, nos corredores ao fundo da Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila .....	63
Figura 6 - Localização do município de Imperatriz .....	66
Figura 7 - Modelo dos primeiros boletins utilizados.....	80
Figura 8 - Modelo de uniforme (ou Farda) da escola, na década de 1960.....	85
Figura 9 - Primeira turma de Normalistas da Escola Santa Teresinha (1960/1964)..	91
Figura 10 - Ata de notas do Exame de Admissão .....	93
Figura 11 - Grupo de alunos em excursão .....	121
Figura 12 - Desfile Cívico de 7 de setembro, com a participação da Escola Santa Teresinha (1960).....	123

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Fachada atual da Escola Santa Teresinha .....65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre as pessoas entrevistadas .....	20
Quadro 2 - Marcos históricos referenciais dos capuchinhos no Maranhão .....	28
Quadro 3 - Guias espirituais e suas funções na visão formativa das irmãs .....	36
Quadro 4 - Os diversos nomes da escola .....	56
Quadro 5 - Organização do ensino na Escola Santa Teresinha (1926-1971) .....	78
Quadro 6 - Organização das disciplinas no Ensino Primário, pela Constituição de 1934.	81
Quadro 7 - Organização do ensino na Escola Santa Teresinha (1926-1971) .....	82
Quadro 8 - Disciplinas ofertadas para a primeira turma do Curso Normal da Escola Santa Teresinha .....	94
Quadro 9 - Principais eventos religiosos, cívicos e culturais abarcados pela escola Santa Teresinha .....	119

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conceitos avaliativos (1926-1971) .....	86
Tabela 2 - Número de alunas do internato feminino da Escola Santa Teresinha, entre 1930 e 1940 .....	90
Tabela 3 - Categorias analíticas para a primeira turma do Curso Normal da Escola Santa Teresinha .....	92

## LISTA DE SIGLAS

CIMC	Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	Irmãs Missionárias Capuchinhas
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SEMED	Secretária Municipal de Educação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS: UMA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA.....</b>	<b>25</b>
2.1 O fundador: Frei João Pedro de Sexto São João .....	25
2.2 Uma congregação missionária feminina.....	28
2.3 As co-fundadoras.....	41
2.4 A congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas e a educação no Maranhão .....	46
2.5 As Irmãs Capuchinhas em Imperatriz.....	49
<b>3 ESCOLA SANTA TERESINHA: UMA ESCOLA CATÓLICA CONFSSIONAL ..</b>	<b>52</b>
3.1 O cenário histórico de implantação da escola .....	52
3.2 As Irmãs fundadoras da Escola Santa Teresinha .....	69
3.3 O ensino confessional: educar evangelizando, evangelizar educando .....	73
3.4 Propostas pedagógicas: metodologias de ensino e aprendizagem.....	77
3.4.1 Disciplinas ministradas.....	80
3.4.2 Métodos de avaliação.....	86
3.5 O internato e a formação de professoras normalistas.....	89
<b>4 PARA ALÉM DA PROPEDÊUTICA: AS ATIVIDADES SOCIAIS E CULTURAIS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA COMUNIDADE .....</b>	<b>97</b>
4.1 Imperatriz/MA: sociedade e cultura na interface com a escola Santa Teresinha	97
4.2 Dramaturgia: o teatro como atividade educativa .....	100
4.3 <i>Mens sana in corpore sano</i> : a pedagogia através do esporte .....	106
4.4 As festividades religiosas, cívicas e culturais.....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCANDO PARA A SOCIEDADE .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO A – ARQUIVO PESSOAL: IMAGENS .....</b>	<b>142</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como foco a relação entre a Escola Santa Teresinha e sua atuação e protagonismo no contexto da formação sociocultural de Imperatriz cidade no estado do Maranhão, envolvendo desde o momento de sua fundação (1924) até o final da década de 1960, palco das mudanças na estrutura física e pedagógica daquela instituição de ensino, bem como o início da transformação econômica e social de Imperatriz, em função da abertura da estrada federal Belém Brasília (FRANKLIN, 2005). A década de 1960 representou a consolidação da escola no cenário local e regional, com a implantação do curso Normal, cuja formação de professoras a atuar, especialmente, na rede de ensino local e/ou no próprio educandário forneceu uma articulação ainda mais consistente entre aquela instituição escolar e a sociedade imperatrizense.

A Escola Santa Teresinha foi fundada em 03 de agosto de 1924 por religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, que por sua vez está intrinsecamente ligada à figura do frei capuchinho João Pedro de Sexto São João, fundador da Missão Capuchinha no Maranhão, em 1894. No momento do estabelecimento dessa missão, em nível nacional, havia uma forte resistência ao sistema oligárquico que dominava o país. Já no contexto federal vivia-se o quadriênio do regime presidencialista da Primeira República representado, no Maranhão, por Casimiro Dias Vieira Júnior, então governador e, no âmbito local, Imperatriz passava à categoria de cidade e pela eleição do seu primeiro prefeito, o Sr. Gumerindo de Sousa Milhomem.<sup>1</sup> É, nesse contexto, que a Missão Capuchinha passa a voltar seu foco de atuação para a catequese e para a educação, ou seja, algo que o país, especialmente nas áreas mais interioranas, se ressentia pela ausência quase absoluta (CARVALHO, 2018; SCHUELER; MAGALDI, 2009).

Recém elevada à categoria de cidade, Imperatriz torna-se um ponto importante na geopolítica regional, recebendo atenção do governo estadual e municipal que logo se encarrega de trazer à cidade representantes da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, com o intuito de educar, inicial e especialmente, as mulheres para a fé, para a família e para a sociedade. No capítulo

---

<sup>1</sup> Em 1852, uma expedição comandada pelo religioso carmelita Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, chega na região que viria a ser Imperatriz, que primeiramente receberá o nome de Colônia Militar de Santa Tereza. Em 1856, a Lei Provincial nº 398 criava a Vila Nova de Imperatriz, que ascende à categoria de cidade em 22 de abril de 1924.

3 dessa tese traremos mais informações sobre a Escola Santa Teresinha. Nesse momento, é importante colocar que o educandário completou, em 2021, 97 anos de história, estando localizado na R. Cel. Manoel Bandeira, nº 1374, na região central da cidade.

A escolha do objeto e do tema dessa tese se devem a vários fatores. Por um lado, nasce de experiências pessoais, pelas quais perpassamos por todos os campos que permeiam a educação na rede municipal de ensino, atuando ora como professora, ora como gestora, ora como coordenadora pedagógica. Portanto, estudos voltados à história da educação e das instituições educacionais passam pelo nosso escopo de interesse como profissional em educação.

Nascida e vivendo em Imperatriz há 57 anos e atuando na esfera educacional, sempre ouvimos relatos (em geral ex-alunas e ex-professoras) afirmando a importância da Escola Santa Teresinha na constituição das principais redes de sociabilidade da cidade e que tiveram a oportunidade de participar dos contextos históricos onde a escola e a cidade estabeleceram vínculos que, até hoje, são indissociáveis. Essas pessoas, que tiveram sua formação comportamental e profissional, em grande medida, moldada pela relação com o ensino de caráter confessional preconizado na pedagogia capuchinha, são unânimes em colocar que muito do que hoje representa o contexto social e cultural imperatrizense tem como base a atuação das irmãs e do educandário, inclusive quando se referem ao fato de que, *na época delas*, era considerada a *escola dos ricos*, pois atendia principalmente a formação das filhas e filhos das famílias *tradicionais* de Imperatriz, chegando a dizer que era a *escola dos ricos*, ainda que houvesse espaço para pessoas de origem mais humilde, especialmente através de bolsas de estudo, direcionadas a filhas e filhos de funcionários da instituição.

No entanto, o que chamou nossa atenção de forma mais especificamente acadêmica foi o fato de que, apesar desse reconhecimento da importância da escola em sua contribuição para a formação sociocultural da cidade, nas falas de muitos(as) imperatrizenses, a maior parte do conhecimento produzido e relacionado à Escola Santa Teresinha possuía ou um caráter mais centradamente histórico (uma *história institucional*) ou mais voltado à análise de sua estrutura didático-pedagógica, mas sem estabelecer nenhuma (ou muito pouca) articulação com a própria sociedade local que, afinal de contas, possibilitou sua instalação e desenvolvimento

ao absorver seus métodos e práticas educativas, estabelecendo uma troca que reforçou a coletividade, sobretudo, sob o ponto de vista social e cultural.

Ante esse aspecto, o objetivo geral de nossa pesquisa é analisar e compreender como a Escola Santa Teresinha, a partir de sua organização educacional e pedagógica, contribuiu para a formação sociocultural de Imperatriz.

A esse objetivo geral, agregam-se três objetivos específicos norteadores da pesquisa a saber:

- a) apresentar indícios, de forma articulada, o contexto histórico e sociocultural de Imperatriz com a implantação e desenvolvimento da Escola Santa Teresinha, desde sua fundação até a década de 1960;
- b) analisar a estrutura didático/pedagógica utilizada pela Escola Santa Teresinha, suas práticas e suas relações com o cotidiano da formação social e cultural da comunidade imperatrizense;
- c) compreender de que maneira e sob que circunstâncias a escola produziu transformações em determinados âmbitos do contexto histórico e sociocultural da cidade.

Retomando o foco da pesquisa, a presente tese tem como temática as relações entre essa instituição escolar e o contexto social e cultural de Imperatriz, no período compreendido entre sua implantação e a consolidação de seu papel como uma das principais fontes de influência na formação sociocultural da cidade.

Nesse sentido, defendemos a proposição de que, para além de sua contribuição propedêutica, como instituição confessional católica, tendo como fundamento inicial formar *cidadãs e cidadãos de bem* no ainda incipiente município de Imperatriz, a Escola Santa Teresinha, ao longo do tempo e por meio de sua atuação no âmbito didático e pedagógico se amalgamou ao próprio tecido social e cultural da cidade, em um movimento de mão dupla, ora trazendo a comunidade para dentro da escola, ora levando seus preceitos para além dos muros escolares, construindo uma relação complexa que foi e tem sido determinante na construção, senão de toda, mas de uma boa parte da estrutura sociocultural e da memória da cidade.

Existem alguns estudos que trazem como tema a educação no município de Imperatriz ainda que, mais especificamente, a capuchinha e a Escola Santa

Teresinha, sejam ainda poucos. Destacamos os trabalhos de Aguiar, C. e Aguiar, G. (2020), Barros (1972, 1995), Cruz (2012, 2013), Custódio (2015, 2017), Custódio e Souza (2018), Silva e Castro (2004) e entre outros.

É importante mencionar o estudo pioneiro de Barros (1972) ex-aluna da Escola Santa Teresinha (na década de 1940) e relata que esta foi a primeira escola estruturada da região, dotada de salas de aula, capela, área de recreação, banheiros, lavanderia, rouparia, refeitório, dormitórios, caracterizando-se como uma escola de internato.

As pesquisas desenvolvidas por Cruz (2012) junto a professores e alunos de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus de Imperatriz, resultaram na organização de uma coletânea de artigos que é referencial sobre a educação no município durante a segunda metade do século XIX e a década de 1930, que abarca o período da chegada das irmãs capuchinhas, a fundação e os primeiros tempos da Escola Santa Teresinha. Ao longo dos textos e dos documentos compilados e anexados ao livro fica evidente a noção de que a escolarização, nesse primeiro momento, se dava de forma diferencial, já que era voltada quase que exclusivamente às famílias locais com maior poder aquisitivo, o que é válido para a própria instituição capuchinha. De fato, essa perspectiva de formação das elites pelos educandários de caráter confessional parece ter sido uma prática comum que pode ser percebida em outros contextos (DALLABRIDA, 2004).

Em artigo posterior Cruz (2013) amplifica seu escopo cronológico e temático, abrangendo a história da expansão das escolas em Imperatriz, desde 1864 até a década de 1970, buscando mapear a distribuição geográfica das escolas de ensino público ao mesmo tempo em que elas vão se ampliando e se diversificando no contexto da cidade, ainda que de forma, inicialmente, lenta mas, com uma certa aceleração a partir da década de 1950.

Adentrando mais no campo das instituições escolares religiosas e, mais designadamente, capuchinhas, Custódio (2019) produziu estudos também de grande estima.

Custódio (2015) escreve sobre o cenário da implantação da escola Santa Teresinha em Imperatriz, articulando-o ao contexto das irmãs capuchinhas que, nesse momento, e em função da própria ação educativa como instrumento catequético, proporcionou às essas mulheres religiosas a possibilidade de

autonomia e construção de uma rede educacional confessional católica com pleno potencial de expansão.

Em trabalho seguinte Custódio (2017) penetra ainda mais fundo no cenário educacional da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, estabelecendo relações entre o trabalho dessas irmãs e as camadas de classe média e alta da sociedade maranhense e, particularmente, de Imperatriz, a partir da Escola Santa Teresinha, tendo para isso o apoio político e financeiro necessário para consolidar sua presença e ação na cidade.

Sobre o início do funcionamento da Escola Santa Teresinha, Custódio (2017, p. 179) assinala que:

O internato propriamente dito só foi criado em 1943, quando recebeu um número expressivo de crianças com mais de 10 anos de idade, a maioria composta por filhas ou afilhadas de fazendeiros ou donos de engenho. Havia ainda alunas que pagavam seus estudos com trabalhos domésticos ou mesmo com os préstimos das mães, que passavam roupa, cozinhavam e ajudavam nas festas da Escola.

Podemos notar, nesta citação, a distinção dada às crianças que inicialmente fizeram parte do quadro de estudantes da escola, demonstrando a divisão de classe social e a formação praticada na época.

Custódio e Souza (2018), nesse estudo, estabelecem algumas relações, no campo da educação, entre uma pretensa separação do Estado e Igreja, indicando que a laicização do Estado nem sempre foi uma prática conveniente, porquanto tomando o caso do Maranhão e, particularmente, de Imperatriz, a Igreja supriu as demandas na área da educação escolar, em especial, a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, fundadoras da Escola Santa Teresinha, com a anuência e o apoio do Estado.

Ainda que os trabalhos mencionados tratem, de forma mais direta ou tangencial, da Escola Santa Teresinha de Imperatriz, a obra de Silva e Castro (2004) reveste-se de grande importância, pois traz muitas informações a partir da documentação existente no acervo da instituição, como atas, livros de tombo, fotografias e, além disso, transcritos depoimentos de irmãs, ex-alunas, ex-professoras e professoras da escola, que inclusive foram utilizados em diferentes momentos dessa tese, a fim de ampliar nosso próprio universo de fontes orais.

Por sua vez, o trabalho de Aguiar, C. e Aguiar, G. (2020) tem como temática o estudo das práticas pedagógicas usadas na formação de professoras no período em

que a Escola Santa Teresinha funcionou como Escola Normal Regional Santa Terezinha (décadas de 1960 e 1970). Nesse estudo, os autores puderam identificar, através da análise da documentação, um padrão educacional ou o que podemos chamar de uma *cultura escolar*, em um processo que integrou formação intelectual, moral, social, política e religiosa.<sup>2</sup>

Dominique Julia (2001, p. 10) define a cultura escolar como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. É nesse sentido, então, que analisamos como necessária a transformação do espaço escolar, com um olhar holístico, para além dos seus muros, consubstanciando pelo uso e análise da documentação formal e também pelas memórias de quem viveu alguns desses momentos.

Como documentação formal entendemos as fontes primárias escritas, em especial os Livros de Tombo (de 1926 a 1961), atas, livros de matrículas, livro de visitas ilustres, cartas provinciais entre outros documentos, que estão no acervo documental da escola e foram disponibilizados para essa pesquisa. Eventualmente, usamos também fontes iconográficas (fotografias) disponíveis. Os dados que constam nesses documentos foram organizados, analisados e contribuíram para o entendimento de informações tais como a quantidade de alunos/as matriculados, bem como caracterizar os aspectos econômicos e sociais da parcela da sociedade atendida pela escola e servirão também para identificar os vestígios do processo educativo catequético trabalhado na escola (CELLARD, 2008).

Particularmente sobre a utilização da documentação mencionada como instrumento para compreender a subcultura escolar de uma instituição de ensino, Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 75) mencionam que:

Considera-se que fontes como os arquivos escolares nem sempre estão integralmente resguardos e conservados, mas se constituem em grandes potenciais informativos: são os relatórios, anuários, atas, livros de matrícula, livro de pontos, ata de fundação, termo de visita, por outro lado, existem documentos pedagógicos como os livros didáticos, impressos de planejamento, atas de reuniões pedagógicas além do registro dos eventos cívicos e comemorativos através das imagens. Interpretar imagens fotográficas tem sido uma prática muito usada nos estudos sobre as instituições educativas, pois possibilita ampliar a interpretação da dinâmica educacional.

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, é importante também mencionar a tese de Maria Lúcia Aguiar Teixeira (2018), que analisa a criação e o funcionamento do Colégio São José, em Caxias no estado do Maranhão, também confessional e ligado às irmãs capuchinhas.

Por outro lado, as memórias de quem viveu aquela experiência nos parecem ser de extrema importância para alcançar nossos objetivos e compreender como a história da escola se fundiu à história da cidade e se constituiu como elemento fundamental para a sociedade e a cultura imperatrizense. Conjugando as fontes documentais e as fontes orais, talvez seja possível alcançar uma visão mais sensível do *sistema* escola/sociedade, como alerta Julia (2001, p. 15):

Convém cada vez mais recontextualizar as fontes das quais podemos dispor, estar conscientes de que a grande inércia que percebemos em um nível global pode estar acompanhada de mudanças muito pequenas que insensivelmente transformam o interior do sistema, convém ainda não nos deixamos enganar inteiramente pelas fontes, mas frequentemente normativas que lemos.

Segundo Magalhães (2004), ao tratar do estudo das instituições educacionais, para além da análise documental, podemos perceber essa articulação, de maneira até mais eficiente, no discurso e nas memórias de pessoas que foram impactadas por esse agente transformador (a escola). É nesse ponto, em nossa pesquisa, que apelamos também para a história oral. Ainda que Halbwachs (2006) nos alerte de que história e memória estão situadas em escalas distintas, o uso da memória através de depoimentos orais pode ser muito útil como ferramenta analítica e como método (ALBERTI, 2005; AMADO; FERREIRA, 2001) para reflexão sobre a influência da escola na formação sociocultural de uma dada comunidade. Grazziotin e Bittencourt (2012), demonstram que de fato, o uso da história oral na pesquisa sobre instituições educacionais tem sido um instrumento imprescindível.

Porém, apesar de útil, essa ferramenta deve ser usada com cuidado, já que no passado relatado pelos entrevistados, há sempre a interferência do presente (BOSI, 2004; SARLO, 2007). Por isso, os dados colhidos através da metodologia da história oral devem ser sempre cotejados com a análise da documentação escrita.

Como fontes orais foram entrevistadas sete participantes da pesquisa que vivenciaram a escola como alunas e também, mais tarde, como professoras na rede pública e privada (em alguns casos, no próprio Santa Teresinha). As entrevistas tiveram caráter informal, quase como uma descontraída *roda de conversa*, nas quais a interlocução entre a pesquisadora e as entrevistadas era, sempre, regada a sucos e guloseimas típicas da região e foram realizadas entre março e dezembro de 2019.

Apesar da informalidade das entrevistas, houve um roteiro sistematizado, cujos tópicos se centraram em:

- a) características pessoais das entrevistadas;
- b) época que estudou na Escola Santa Terezinha;
- c) proposta pedagógica da escola;
- d) eventos cívicos, culturais, esportivos em que participou/organizou;
- e) contribuição pedagógica e social da escola para a comunidade imperatrizense.

No quadro 1 estão sintetizados alguns dados sobre cada uma das entrevistadas:

Quadro 1 - Informações sobre as pessoas entrevistadas

ENTREVISTA DA	ANO DE NASCIMENTO	TEMPO DE ESTUDOS NA ESCOLA SANTA TERESINHA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO NA SOCIEDADE.
Alzira do Espírito Santo Moreira Milhomem	1933	1939/1950	Formada em Filosofia	Primeira Diretora nomeada do Grupo Escolar Governador Archer, pois foi a primeira filha de Imperatriz que se formou como professora, na cidade de Carolina no estado do Maranhão.
Raimunda Cortez Moreira	1946	1953/1964	Formada em Magistério, Bacharel em Biblioteconomia e Direito	Foi a primeira filha de Imperatriz, formada em Biblioteconomia.
Leonilia Milhomem Bandeira. (Dona Lili)	1942	1952/1955.	Formada no Magistério e Licenciatura em Letras	Atuou como professora da rede municipal de educação e como Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Educação (1998 à 2001).
Violeta Milhomem Bandeira Rocha	1941	1950/1955	Iniciou o Curso de Normalista na escola, porém não chegou a concluir.	Teve uma vida dedicada a criação dos filhos/as.
Domingas Machado Batista	1943	1950/1960	Formada em Letras - UEMA	Foi professora na Escola Santa Teresinha.

Francisca Paixão Machado	-	1962/1963 (4ª e 5ª série)	Formada em Pedagogia	Funcionária Pública Municipal.
Evane Santos Ferreira	-	1960/1964	Curso Normal Superior. Licenciatura Curta em Estudos Sociais, e Licenciatura Plena em Geografia e formada em Pedagogia.	Começou a trabalhar como professora na Escola Santa Teresinha. Foi professora da Rede Estadual e Municipal, foi Secretária Municipal de Educação (SEMED) em 1993. Atuou também como Técnica Pedagógica da SEMED. Recentemente, foi co-autora do livro <i>Imperatriz, cidade da gente: História e Geografia - Estudos Regionais - Ensino Fundamental</i> (2020).

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas duraram, em média, 2h cada e foram feitas em duplas (com exceção da última entrevistada, a senhora Evane Santos Ferreira), o que facilitou o retorno ao passado por meio de suas memórias com riqueza de detalhes, já que quando uma citava um fato a outra complementava. Nesse sentido, as entrevistadas foram levadas a relembrar momentos importantes da escola e da relação entre a escola e a cidade.

Estas *rodas de conversas* foram filmadas na íntegra, constituindo um importante acervo que será, oportunamente, entregue aos cuidados da escola. As falas foram transcritas integralmente e analisadas, para que determinados trechos pudessem ser utilizados ao longo do texto, quando necessários e necessários para subsidiar a própria narrativa da tese.

A primeira dupla de entrevistadas foram as senhoras Alzira do Espírito Santo Moreira Milhomem e Raimunda Cortez Moreira que são irmãs, pertencentes a uma das famílias mais ilustres da cidade; filhas do casal Simplício Alves Moreira e Olívia Cortez Moreira, seu pai foi político e comerciante. Extrativista da castanha do Pará, foi por dois mandatos prefeito de Imperatriz, de 1948 a 1951 e 1953 a 1956, além de vereador de 1928 a 1930. Em seu primeiro governo, construiu o Grupo Escolar Governador Archer, a primeira escola da rede de ensino municipal de Imperatriz.

A segunda dupla de entrevistadas foram as senhoras Leonília Milhomem Bandeira (Dona Lili) e Violeta Milhomem Bandeira Rocha, que também possuem vínculos com famílias tradicionais da cidade, tendo como antepassados pessoas que contribuíram com o crescimento e expansão da cidade, como afirma dona Leonília

ao falar sobre a família Bandeira e Milhomem, deixando clara as relações e redes das elites locais:

*“Amaro Batista Bandeira (1816-1899) veio para Imperatriz quando tudo ainda estava começando. Afeito à pecuária e a política, logo deu início às suas atividades, fundou fazendas de gado dentre das quais a mais produtiva foi a fazenda Fortaleza na qual ferrava mil bezerros por ano tornou-se o mais importante chefe político deste município. Possuía a patente de Tenente Coronel e muito trabalhou para a elevação de Imperatriz à categoria de Vila. Nossos avós maternos foram: Augusto de Sousa Milhomem e Leonília Tavares Milhomem. Ele ocupou cargo de vereador (1913 a 1915) e sempre envolvido com a vida política, depois Intendente no período 1920 a 1923, quando faleceu ainda com muitos ideais a concretizar e muito amor pela então Vila Imperatriz”* (BANDEIRA, Leonilia M. Entrevista à autora).

A terceira dupla foram as senhoras Domingas Machado Batista e Francisca Paixão Machado que, diferentemente das entrevistadas anteriores, não estão ligadas a *famílias tradicionais*, como afirma Domingas: *“[...] meus pais eram agricultores que plantavam para comer, os alimentos eram abundantes, mas o dinheiro adquirido por meio da venda dos alimentos era escasso”* (BATISTA, Domingas M. Entrevista à autora).

A única pessoa que foi entrevistada isoladamente teve e tem uma participação marcante na área educacional imperatrizense. Filha de João Araújo Santos e Maria dos Reis Santos, a senhora Evane Santos Ferreira é também de família humilde, seus pais eram lavradores, sua mãe passava roupas, cozinhava e ajudava nas festas da escola. Foi professora na Escola Santa Teresinha e na rede pública estadual e municipal, atuando também em importantes cargos municipais de gestão educacional.

Essas fontes, documentais e orais foram analisadas e cotejadas entre si, na medida em que o texto dessa tese foi sendo construído. Nesse sentido, as informações obtidas através dessas análises e cotejamento das fontes documentais e orais forneceram as pistas ou indícios, no sentido que dá Ginzburg (1990), através das quais pudemos perceber as relações entre a escola e a comunidade e sob que formas e circunstâncias foram se constituindo transformações em determinados âmbitos de seu contexto histórico e sociocultural.

Com isso, a intenção é trazer a pesquisa para o campo historiográfico, estabelecendo um diálogo interdisciplinar que se coloca no arcabouço de uma

História da Educação e das Instituições Escolares. Nesse contexto, ela se insere na perspectiva mais ampla da História Cultural, que além (ou antes) de ser uma *abordagem teórica*, tem sido também compreendida como um método de pesquisa (VEIGA, 2007).

O uso da abordagem histórico-cultural tem sentido quando lembramos que “[...] não há como fazer história cultural sem estabelecer as relações entre cultura e sociedade” (HUNT, 1992, p. 16). Nesse viés, e lembrando que a escola está entre um dos muitos objetos de estudo da História Cultural (CHARTIER, 1988; JULIA, 2001), as instituições escolares são, por essência, produtoras e articuladoras de cultura que atuam diretamente sobre a sociedade em que estão inseridas e agem de forma transformadora nos indivíduos que a compõe.

Amarrar de forma coerente e lógica as fontes utilizadas, os métodos e ferramentas analíticas e os fundamentos teóricos que os sustentam, a fim de alcançar os objetivos propostos e consolidar a tese defendida não é uma tarefa simples, mas buscamos fazer isso organizando o texto de forma que, na Introdução, o objeto e a temática de pesquisa sejam conhecidos, bem como o que a motivou e quais seus objetivos norteadores como também esboçar uma breve perspectiva historiográfica relacionada ao objeto e a temática pesquisada, a tese proposta, as fontes utilizadas, articuladas aos métodos e instrumentos analíticos e a perspectiva teórica que os suportam.

No segundo capítulo, começamos a construir o cenário onde se desenrolará a história que será apresentada na tese, identificando alguns dos(as) protagonistas, ao tratarmos do contexto da origem e fundação da Ordem das Irmãs Capuchinhas no Maranhão, o perfil do seu fundador e das co-fundadoras e seus desdobramentos em Imperatriz, com a chegada das irmãs e a fundação da Escola Santa Teresinha.

No terceiro capítulo, o foco é o próprio objeto de estudo da Tese, a Escola Santa Teresinha, agora apresentada de maneira mais densa. Para isto, foi necessário subdividir o texto em vários tópicos, como as mudanças na natureza (e nos nomes) do educandário ao longo do tempo, a sua estrutura arquitetônica, as irmãs fundadoras, as propostas pedagógicas (metodologias de ensino aprendizagem, disciplinas ministradas, o internato e a formação de professoras normalistas) entre outros aspectos importantes. Para trazer esses elementos ao texto e ao contexto da tese foi necessário, em alguns momentos, transitar entre passado e presente (ou um *passado recente*), às vezes extrapolando o marco

temporal superior da pesquisa, a fim de buscar informações que pudessem subsidiar comparações entre diferentes tempos, bem como perceber as continuidades e mudanças da escola dentro do contexto histórico local e regional.

No quarto capítulo, são analisados os aspectos da formação sociocultural fornecida pela escola a partir de suas práticas didáticas e pedagógicas, voltadas para a interação com a comunidade. Especificamente, tratamos das formas de expressão da pedagogia capuchinha através da dramaturgia (o teatro como atividade educativa), do esporte (*mens sana in corpore sano*), das festividades religiosas, cívicas e culturais, sendo esta interação narrada sob a ótica da relação intrínseca do encontro entre *a escola e a cidade*.

Por fim, nas considerações finais, retomamos os objetivos e a tese proposta e apresentamos nossas reflexões, à luz das evidências, sobre o papel da escola na formação sociocultural da cidade, a partir das redes de relações e interações que se estabelecem entre a instituição escolar e a comunidade local.

## 2 IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS: UMA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA

### 2.1 O fundador: Frei João Pedro de Sexto São João

O chamado *Servo de Deus*, nasceu no dia 09 de setembro de 1868, em Sexto São João, um pequeno povoado distante de Milão, tendo recebido o nome de Clemente Recalcati, filho de Carlos Recalcati e Giudita Strada, uma família humilde e fielmente seguidora da religião católica (figura 1). Teve uma infância tranquila, como as demais crianças do povoado, dividindo seu tempo entre os afazeres estudantis e banhos no rio.

Desde muito cedo já demonstrava seu lado carismático e bondoso, bem como o sentimento de amor a Deus. Sobre sua infância, Castilho (2004, p. 47) assim descreve: “Frei Constâncio de Sexto, um conterrâneo, disse que ele precocemente demonstrou sentimento de amor a Deus, gostava de rezar e era misericordioso”. Castilho (2004, p. 47), fazendo uso da fala da Irmã Bartolomea Recalcati (sobrinha de frei João) complementa: “[...] minha avó me disse pessoalmente que Frei João Pedro, já a partir de sua infância, tinha uma devoção especial e um amor ardente por Jesus Sacramentado”.

Figura 1 - Retrato de Frei João Pedro de Sexto São João



Fonte: Frei João Pedro de Sexto São João ([2021?]).

Com este espírito resiliente logo decidiu pela carreira missionária e antes de completar catorze anos, em 1882, tornou-se seminarista em Lovere, dando início ao noviciado em 28 de fevereiro de 1884, ficando assim conhecido como Frei João Pedro de Sexto São João. Castilho (2004, p. 47) complementa que “[...] foi ordenado sacerdote no dia 23 de maio de 1891, na Duomo Catedral de Milão, antes mesmo de concluir a teologia, em 1893, foi nomeado professor no Seminário Seráfico de Lovere”.

Nas biografias sobre ele relata-se que seu maior sonho era desbravar o mundo como missionário, no intuito de evangelizar. Esse sonho foi realizado em 29 de outubro 1894, quando recebeu o Crucifixo de Missionário, tendo como primeira missão integrar o segundo grupo de missionários enviados ao Brasil, compostos por Frei Estevão de Sexto São João, Frei Zacarias de Malegno, Frei Celso de Ubaldo, Frei Davi de Desenzano, Frei Rinaldo de Paullo e os irmãos Frei Vicente de Sant Omobono e Frei Salvador de Albino. Sobre os feitos de sua vida missionária no Brasil, Nembro (1974, v. 1, p. 11) escreve que:

Na mesma linha se situa seu pesado programa de missões populares (em certos anos realmente numerosíssimas); de assistências paroquiais e viagens apostólicas nas assim chamadas ‘capelas; de oratórios e escolas de catecismo; de fundação de associações religiosas; de ensino religioso nas escolas e nos colégios dependentes da Missão; de impulso da catequese e dos Sacramentos, em cada residência particular’.

É perceptível que o objetivo de Frei João Pedro era reanimar a fé do povo católico. Notamos que, neste mesmo momento, o Brasil estava vivenciando o advento da Proclamação da República (1889), ou seja, a Igreja Católica estava se reestruturando, saindo do domínio do Padroado Imperial e partindo para expansão do clero em seu trabalho evangelizador e assistencial ao povo de Deus. Nembro, (1974, v. 1, p. 19) reitera que “[...] as dioceses se multiplicavam e por meio de uma melhor formação e distribuição do clero”. Em 1900, Frei João Pedro exerceu a direção da Fraternidade do Carmo, em São Luís, Maranhão e foi Mestre de Noviços. Em 1903, logo após o episódio de Alto Alegre em Barra do Corda, assumiu como superior efetivo da Missão.

Dentro deste cenário, lembramos que o seu maior objetivo missionário era catequizar os índios e para isto foram feitas várias tentativas, as quais podemos citar o colégio em Alto Alegre, destinado a meninos e meninas, dirigido naquela época pelas Irmãs Italianas de Madre Rubato e, no Pará, o Instituto na Colônia do Prata,

que atendia em regime de internato somente meninos. Houve também a criação de uma casa em Manaus que serviria como ponto de apoio e de atividades apostólicas ao longo dos grandes rios que banhavam a Amazônia.

Mesmo diante de dificuldades, adversidades, e resistência dos povos por ele catequizado foi responsável pela Fundação da Congregação das Irmãs Capuchinhas em Belém do Pará, em 1904, que mais tarde seria a responsável pelo ensino sistematizado em vários estados, atendendo além dos indígenas à população local. Castilho (2004, p. 51) menciona que “[...] dedicou-se à Missão por inteiro até à exaustão. Trabalhou incansavelmente, sem trégua: viagens fatigantes, compromissos apostólicos, preocupação pela vida e desenvolvimento da missão”.

Ainda sobre o perfil de Frei João Pedro, Castilho (2004, p. 56-57) cita a percepção de dois de alguns de seus contemporâneos:

Dom Santinho Maria Coutinho, Arcebispo de Belém por ocasião da sua morte: ‘Faleceu um apóstolo excepcional, seu grande amor pelos pobres não morrerá jamais!’; Padre Dubois: ‘Até o rosto e os olhos de Frei João Pedro tinham transparência de paz, bondade, certeza de Deus, era um íntegro homem do evangelho’; Mons, Vicente Ferreira Galvão: ‘Para Frei João Pedro era um dever e uma honra servir aos bispos e ajuda-los, através de um esforço incansável por parte de si mesmo e dos missionários, para cumprirem o seu compromisso pastoral’; Anônimo do Prata: ‘Ele vai viver no coração de muitos pela sua bondade, pelo seu amor aos pobres, humildes, doentes e marginalizados, e a todos aqueles, que passando necessidades, recorriam a ele que os escutava’.

Observamos, por meio dos depoimentos, o retrato de um homem temente a Deus, caridoso e acima de tudo com uma visão de expansão da fé católica no que resultou na criação de paróquias, colégios, orfanatos e escolas para ambos os sexos, colônias indígenas, hospitais e oratórios festivos. Castilho (2004) assevera que foi uma entrega radical e que *gastou-se* aos 45 anos, mas antes ainda fundou a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, com a missão de continuar a *obra misericordioso do Redentor*.

Nembro (1974, v. 1, p. 12) afirma que “Frei João Pedro dedicou generosamente os seus ricos recursos humanos e espirituais à difícil tarefa que lhe foi confiada, cumprindo-a com simplicidade e amor”.

Em um trecho do testamento de Frei João Pedro, citado na obra de Castilho (2004, p. 55), podemos ler: “Ide, com coragem e santa alegria, evangelizar os povos, ide instruir e catequizar todas as gentes e derramar sobre todas elas os tesouros da infinita Misericórdia divina”.

## 2.2 Uma congregação missionária feminina

A história da educação catequética no Maranhão se entrelaça com a história dos religiosos capuchinhos e a sua contribuição para o desenvolvimento da educação no Estado. Para uma melhor compreensão desse processo, convém apresentar uma sistematização cronológica, no sentido de facilitar a contextualização de determinados eventos importantes perpetrados em terras maranhenses.

Quadro 2 - Marcos históricos referenciais dos capuchinhos no Maranhão

DATA	EVENTO
1612	Os capuchinhos desembarcam no Maranhão, na expedição de Daniel de La Touche e Francisco de Rasilly.
1615	Os Franceses são expulsos do Maranhão e a missão capuchinha se desestrutura, alguns dos seus membros são repatriados ou espalhados para outras regiões.
1873	Chegada de Frei José de Loro. Com isso a missão capuchinha se reestrutura no Maranhão.
1893	Criação de um Projeto pelos capuchinhos lombardos que pretendiam fundar uma residência no Maranhão, visando concretizar o trabalho de evangelização indígena nas margens do Rio Amazonas
1894	Os capuchinhos se estabeleceram no Convento do Carmo, em São Luís. São enviados vários missionários para os principais centros da Diocese, tendo como missão a evangelização e a assistência paroquial.
1895	Foi fundado um internato para os filhos dos índios em Barra do Corda-MA.
1896	Criação de aldeamento em Alto Alegre – Barra do Corda.
1899	Fundação de um internato para meninas índias sob a direção das Irmãs Terceiras Capuchinhas.

Fonte: Adaptado de Cruz *et al.* (2012).

Constatamos, pela cronologia de eventos que a educação catequética, no Maranhão, tem sua origem ainda no século XVII, com a chegada dos capuchinhos ao estado, sendo que os principais momentos ocorreram no século XIX com a chegada de Frei José Loro, responsável pela reestruturação da missão capuchinha maranhense. A cidade de Barra do Corda se torna o marco inicial no que tange a criação de internatos e escolas no interior do estado. Um dos motivos desta ação se deu pela inércia de ações do governo estadual nesses locais sendo que, diante

disso, a Igreja Católica inicia o projeto de criação de escolas e Igrejas, buscando disseminar a alfabetização juntamente com o saber religioso.

Vale destacar que estes saberes alcançavam os indígenas, os negros, os pobres e os ricos. Esta ação da educação catequética foi, de certa forma, interrompida em virtude de um trágico acontecimento que marcou a história do Maranhão, conforme nos afirma Cruz (2012, p. 48): no dia 13 de março de 1901, quando “[...] índios de diversas tribos atacaram o colégio das irmãs e as residências dos religiosos e dos civilizados em Alto Alegre, levando a óbito 4 frades, 7 irmãs e 200 cristãos”. Este fato teve repercussão nacional; Brandes (1994, p. 231) denomina-o como a “[...] hecatombe do século em Barra do Corda” e cita ainda trechos da fala de Fr. Metódio de Nembro (*apud* BRANDES, 1994, p. 231), sobre os motivos do conflito:

1 – O ódio de homens ímpios, que açulavam os índios contra os missionários; 2 – A vida destes maus Cristãos profligada na presença evangélica; 3 – O prejuízo pecuniário de pessoas que perdiam a mão-de-obra do índio, outrora enganado com cachaça e que passaram com a Missão a remuneração condigna; 4 – O temor de que os missionários viessem a ter preponderância em Barra do Corda e Grajaú; 5 – A ignorância maliciosa dos índios, excitados pela aguardente.

Ainda sobre tais motivos do que ficou conhecido como Massacre de Alto Alegre<sup>1</sup>, Zannoni (1998a *apud* Custódio, 2020, p. 340) delimita alguns dos eventos que contribuíram para o fato ocorrido em Barra do Corda/Alto Alegre.

Os eventos de Alto Alegre estão no âmbito de um dos maiores conflitos nas relações interétnicas vivenciadas pelos Tentehar<sup>2</sup> na região de Barra do Corda. As causas mais profundas desses acontecimentos são óbvias: de um lado, os Tentehar nunca aceitaram o confisco de suas meninas no internato capuchinho, impossibilitando a vivência de rituais importantes, como a iniciação da menina-moça, e por conseguinte a ampliação da família extensa; de um outro lado, os Tentehar queriam suas terras de volta, seja o território da colônia, sejam os territórios das fazendas ao redor da colônia. No fundo, os Tentehar lutavam contra a colonização e a opressão, enfrentadas desde os tempos remotos.

<sup>1</sup> Não é nossa intenção, nesse momento, problematizar e discutir o evento de Barra do Corda/Alto Alegre. No entanto, é importante salientar que estudos mais recentes tem atualizado as abordagens sobre ele, dentro da perspectiva de uma *nova história indígena*, inclusive substituindo o termo *massacre* por revolta e/ou rebelião. Sobre essas releituras, sugerimos a leitura de Custódio (2019, 2020), Zannoni (1998a, 1998b, 1999) entre outros.

<sup>2</sup> Estranhamos a grafia do nome do grupo indígena usada por Custódio (2019, 2020). De fato, a etnia à qual se refere a autora e que está relacionada ao conflito de Barra do Corda/Alto Alegre é a Tenetehara, como se autodenominam, mas que também são conhecidos pelo nome atribuído, Guajajara.

Percebemos na historiografia sobre o conflito e suas motivações duas visões distintas: enquanto autores como Nembro (v. 1, 1974, v. 2, 1975) trazem um olhar sob o ponto de vista dos capuchinhos, colocando os indígenas em uma posição de opressor, Custódio (2019, 2020) e Zannoni (1998a, 1998b, 1999), por exemplo, fazem uma reflexão mais atual sobre o evento, caracterizando-o como parte de um processo de resistência e protagonismo dos mesmos e sua luta pela produção e reprodução de sua cultura, afinados com a perspectiva da chamada *nova história indígena*.

No entanto, o desdobramento desse evento foi o fechamento da Escola de Barra do Corda, por determinação do governo estadual da época. Nesse interim, em 1904, é fundada a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (CIMC), tendo como prioridade recrutar moças para assumirem o Colégio Feminino do Prata, criado pelo então Governador do Pará, Augusto Montenegro, que em visita a Missão Indígena na Colônia de Santo Antônio do Prata, nesse mesmo estado, no dia 02 de agosto de 1903, presenciou o comportamento em relação ao caráter disciplinar entre os meninos e as meninas indígenas.

Diante dessa realidade, solicitou a criação de um colégio destinado à educação das moças, sendo que esta ação seria comandada por religiosas, priorizando as religiosas brasileiras. Sobre esse fato, Castilho (2004, p. 29) coloca que, “[...] entre os que ali estavam presentes, encontrava-se o próprio Frei João Pedro de Sexto São João, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas e que esse ‘*assumiu o desafio*’”.

Assim, foi elaborado um plano e assinado um contrato: o Estado responsabilizava-se pela construção do colégio e pela manutenção das religiosas e a Missão providenciaria a vinda das irmãs. Sobre o contrato, Nembro (1998, v. 1, p. 12) explica que: “[...] constava 14 cláusulas, entre outras coisas, fala da responsabilidade do Superior Regular perante o Governo, da escolha e apresentação do pessoal dirigente e docente, do ensino”, esclarecendo que a Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, fez uma partilha de rendas entre a União e o Estado (FERNANDES, 2003). Ainda sobre o contrato, Beneditinos (1995, p. 63) informa que as obrigações do Governo do Estado se dividiam em:

1º - pagar as despesas de transporte das religiosas para o Instituto feminino; 2º - no caso de moléstia ou invalidez das religiosas, a juízo médico, provê-las; 3ª - manter os Institutos; 4º - construir o edifício do Instituto masculino em tempo oportuno; 5º - fornecer moveis e utensílios; 6º - pagar ao superior e diretor do Instituto Masculino 150\$00 e aos religiosos docentes 100\$000 a Superiora do Instituto feminino e 85\$000 às religiosas docentes por mês. O contrato tem a duração de quinze anos, podendo ser prorrogado.

Sobre esta visita Nembro (1998, v. 2, p. 131) afirma que “[...] na ocasião, destacava-se a presença de pequenos índios do colégio, de farda, bem como da escola feminina confiada a uma professora, dos índios em trajes coloridos e números cidadãos da Colônia”. Segundo Castilho (2004, p. 30), citando Frei Metódio, “[...] as Irmãs Terceiras da Madre Rubato não foram convidadas, porque Frei João Pedro queria cumprir o desejo do Governador que as irmãs fossem brasileiras.” Sobre esse fato, Castilho aventa que estas não estariam ligadas ao evento de Barra do Corda/Alto Alegre, como defendido por alguns historiadores, mas sim, do consenso entre o Governador e Missionários de que as religiosas italianas eram mais aptas para o trabalho assistencial nos hospitais. Castilho (2004, p. 65) deixa claro os preâmbulos que deram origem à Congregação:

O que deu origem à Congregação foi a necessidade da presença feminina no grupo missionário, logo após o massacre do Alto Alegre (MA), em 1901, quando os índios mataram todas as religiosas Italianas. Havia necessidade da mulher consagrada para ocupar um espaço vazio: o componente feminino na missão para evangelizar e educar as mulheres indígenas conforme o contexto da época.

Sobre isso Beneditinos (1995, p. 55) assevera que:

[...] os fatos que precederam dão testemunho de que todos reconheciam a necessidade de religiosas no Prata, como exigência da obra missionária, que fora constatado muito antes do contrato assinado em 1903, subscrito pelo Governador do Pará e o Superior da Missão.

A autora aborda, em sua obra, uma informação e reafirma a decisão do Governador na criação do instituto para meninas, sob a orientação administrativa e pedagógicas das religiosas.

Uma Decisão Oficial: Chamar Religiosas. Muito embora as autoridades houvessem emitido um juízo muito favorável àquela obra em sua globalidade, na análise feita por Fr. Daniel para o Ministro Geral (sobre a visita) lemos: sessenta e cinco garotos, antes selvagens, agora se apresentam bem instruídos, educados, bem treinados no canto e na música, aptos a responder perguntas de Geografia, Aritmética, História Sagrada e

da Pátria, Catecismo e outras matérias. [...]. As meninas, ainda agora semi-selvagens, inseguras, confusas, só respondiam após muita insistência, com frases breves, em um português quase incompreensível (BENEDETINOS, 1995, p. 61).

Nestes termos, recorremos à obra *O Gigante do Prata*, em que Michele Micheli (1986, p. 30) traça a biografia de Frei Daniel de Samarate, um virtuoso capuchinho que também contribuiu para a fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas: “Urgem as freiras! Urgem as freiras! O colégio está pronto para recebê-las! Reverendo padre, esqueceu -se de nós?” Tal frase teria sido proferida em alto e bom som, representando o medo de Frei Daniel de que as religiosas não chegassem a tempo da inauguração do Colégio, lembrando que nesse meio tempo Frei João Pedro de Sexto São João buscava, junto as instituições religiosas femininas como as Irmãs Capuchinhas de Gênova, as irmãs de Nossa Senhora do Bom Conselho de Pernambuco e ao instituto das irmãs Franciscanas de Maria Imaculada, apoio para a criação de uma casa na Colônia de Santo Antônio do Prata.

Diante de tanto impasse, de acordo com Micheli (1986, p. 74), foi de Frei Daniel a ideia de fundar uma Congregação, adequada ao meio social e cultural da missão capuchinha, como pode ser lido a seguir:

Frei Daniel disse: ‘Não convém adiar a inauguração do colégio; ninguém sabe o que pode ocorrer depois, se perdermos essa oportunidade e eu, pessoalmente, receio que o Diabo possa meter o rabo. Eis a ideia: por que nós mesmos não cuidamos, aqui, da solução do problema? O que nos impede de fundar em nossa missão instituição que seria também mais adequada ao nosso meio social e cultural? Não seria difícil encontrar em Canindé, em Fortaleza ou em São Luiz um primeiro agregado de vocações. Lembro-me do que dizia frei David, em Canindé sobre a possibilidade de a congregação de terceiras franciscanas tornar-se jardim de vocações. Considerando nossa situação, Deus está, por este dúplice motivo, empenhado em nos ajudar. Por que não tentar?’

Então, Frei João Pedro de Sexto São João convidou cinco irmãs leigas franciscanas a fazer parte do seu projeto de construir um colégio voltado para educação das meninas índias, na Colônia Santo Antônio do Prata. Sobre esse fato, Custódio (2017, p. 170) afirma:

A convite do frade, elas foram para o estado do Pará com o objetivo de constituir o grupo fundador da nova congregação e trabalhar na educação de meninas índias da Colônia Santo Antônio do Prata. Na verdade, elas sucederam às capuchinhas de Gênova (Itália), que haviam sido assassinadas, em 1901, em uma terrível rebelião na Colônia de Alto Alegre,

em Barra do Corda (MA), uma missão indígena dos capuchinhos. Esse episódio repercutiu em toda a Igreja do Brasil, a ponto de nenhuma outra congregação enviar freiras para trabalhar nas missões dos capuchinhos naquele período.

Micheli (1986) informa que, em seguida, foi fundado o novo instituto de irmãs terceiras capuchinhas, com novas regras e com a anuência do Mons. Andrade Muniz, que era responsável, na época, pela Diocese de Belém. As cinco moças de Canindé foram convidadas e, após aceitarem o desafio da missão, chegam a Belém no dia 14 de dezembro de 1904: a) Maria de Nazaré dos Santos Lessa (Irmã Madalena Maria de Canindé); b) Cecília de Paula Pimenta (Irmã Verônica de Canindé); c) Ana Xavier Macambira (Irmã Clara Maria de Canindé); d) Maria Barbosa Cordeiro (Irmã Inês de Santa Quitéria); e no dia 16 de dezembro, chegava a quinta candidata; e) Francisca Barbosa Magalhães (Irmã Isabel Maria de Canindé).

Segundo Lopes e Silva Neto (2013, p. 20):

A história das Irmãs Missionárias Capuchinhas tem sua origem nos antigos modelos missionários que o Catolicismo imprimiu no território brasileiro. O exercício da vida religiosa por aqueles que se dedicam ao sacramento da ordem, tem o sentido missionário, aliado ao universo da vocação. Etimologicamente a palavra missão vem do latim *missio*, ato de enviar, que remete a *MITTERE*, mandar, emitir. E vocação é de origem latina, vem de *VOCATIO*, voz que chama, chamamento. Na história do cristianismo os dois termos num dado momento histórico passam a ser compreendidos como portadores de um mesmo significado. Neste cenário a cidade de Canindé foi centro principal da existência das irmãs missionárias capuchinhas (IMC), pois quatro das cinco fundadoras foram geradas e educadas em suas dependências, a quinta delas mesmo nascida em Santa Quitéria viveu e foi educada na cidade de Canindé.

Sobre a cerimônia da Vestição Religiosa<sup>3</sup>, Castilho (2004, p. 32) explica que “[...] a cerimônia teve lugar na tarde do dia 18 de dezembro de 1904, último domingo do advento, depois do pôr-do-sol, na capela do Retiro Saudoso aos pés de Nossa Senhora Auxiliadora”. Micheli (1986) coloca que estavam presentes na cerimônia o frei João Pedro, frei David, frei Tranquilo, frei Daniel e vários fiéis. Surge então a vertente feminina da Congregação Regular das Irmãs Terceiras Capuchinhas no Brasil, tendo como principal objetivo a evangelização e a expansão do ensino, criação de escolas no território nacional.

---

<sup>3</sup> A cerimônia da Vestição Religiosa é um evento que celebra publicamente o rito de passagem na vida da futura candidata à irmã, como parte da espera pelo grande Casamento com Cristo (MAFFI, 2012).

Vale mencionar que, antes de Frei João Pedro fundar a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, os frades capuchinhos já haviam criado duas escolas, na Colônia de Santo Antônio do Prata, uma para os meninos e outra para as meninas, com apenas uma professora, de descendência italiana. De acordo com Beneditinos (1995, p. 59), “[...] muito embora fosse um paliativo, tentou-se minorar o problema fundando um externato, dirigido por uma professora de alfabetização”. Mas, conforme atesta frei João Pedro, em julho de 1902 havia trinta e sete alunas; porém o aproveitamento era quase nulo. E sob o ponto de vista da catequese, a situação era pior ainda. Assim, podemos perceber que a criação da Congregação está ligada a fatores internos e externos que envolvem o processo de alfabetização e catequese católica. Por isto, o envolvimento de autoridades políticas e eclesiásticas.

Beneditinos (1995) chama ainda a atenção ao momento histórico em que ocorreu a inauguração oficial do Instituto Feminino do Prata, porque tratava-se de um acontecimento social, educacional e político com repercussão nacional. Segundo Beneditinos (1995, p. 82), a comitiva contava com a presença do Governador do Estado e sua equipe, Mons. João Francisco de Andrade Muniz, governador do bispado e o senador da República Antônio José Lemos. Sintetizando o cenário deste acontecimento alega:

Dando prosseguimento às atividades programadas para aquela manhã, a comitiva visitou todas as dependências da escola. Tudo causou ótima impressão e as autoridades mostraram-se mui satisfeitas com tudo aquilo que viam e ouviam, acerca do Instituto Feminino. A seguir aconteceu o momento solene da inauguração oficial, presidida pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Pará.

A herança apostólica e missionária de Frei João Pedro refluíu também intensamente na Congregação de Religiosas que ele fundou. Com efeito, o espírito que o fundador imprimiu na sua instituição, durante muitos anos constituiu a mola interior que impulsionou a Congregação rumo a um desenvolvimento cada vez maior e eficiente, a fim de prestarem um serviço concreto à Igreja.

De fato, partindo do Ceará, a Congregação foi crescendo e se desenvolvendo, alcançando o Maranhão, o Pará, a Amazônia, o Rio Grande do Norte, enfim todo o Nordeste, chegando mais tarde até o Rio de Janeiro e outros estados. Em toda a parte, foi implantando as suas casas, construindo colégios, creches e asilos para necessitados; dedicou-se à catequese e à pastoral nas

paróquias; abriu internatos e outras instituições beneficentes. As residências chegaram a passar de cinquenta, contando com muitas centenas de Irmãs.

Castilho (2004, p. 61) chama a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas de *família*, uma vez que “[...] estão ligadas entre si por um vínculo que é mais forte que o vínculo de carne e do sangue, porque não vem da vontade do homem, mas da vontade de Deus (Jo:1,13)”.

Castilho (2004, p. 61) reforça que:

[...] esta família tem sua origem nos momentos iniciais do Movimento Franciscano onde São Francisco reconhece que entre as graças e os dons recebidos de Deus Altíssimo está ‘a graça e o dom’ dos irmãos. Sendo então constituída com uma família, respaldada na fé, esperança e caridade, buscando um objetivo comum.

Por outro lado, era grande a preocupação dos seus fundadores tanto com a formação espiritual e religiosa das irmãs, como também quanto a metodologia usada no ensino formal, pois na visão deles as ações relacionadas por elas dariam mais consistência à Congregação. Com isso, Nembro (1975, v. 2, p. 27) faz um comentário sobre essa preocupação: “Entretanto, ainda mais urgente era a formação espiritual e religiosa das Irmãs para que, através da prática das virtudes próprias do estado abraçado, pudessem chegar ao amor e à união com Deus”. Beneditinos (1995, p. 93), por sua vez, tranquiliza: “[...] não obstante as múltiplas tarefas e solicitações do cargo, Fr. João Pedro, nem sequer por um momento, deixou de ocupar-se com algo muito importante: a formação religiosa das primeiras noviças”.

Na verdade, essa inquietação se dava em face da necessidade de instrução das religiosas seguindo os padrões e preceitos da Ordem dos Capuchinhos. No intuito de resolver o problema, Frei João Pedro fizera diversas solicitações ao Padre Prefeito Apostólico de Pernambuco, para a concessão de Freiras Terceiras de Papacassa para assumirem o papel de líderes espirituais das Irmãs Capuchinhas, que já vinham fazendo um trabalho exemplar na comunidade, inclusive catequético (NEMBRO, v. 2, 1975). Como assegura Beneditinos (1995, p. 93):

[...] colocando, habitualmente, seus cuidados no Senhor, Fr. João Pedro recorreu, também, ao parecer do Discretório da Missão, buscando uma resposta adequada para o problema que se lhe impunha: designar um formador para as noviças, o qual além da direção espiritual. Deveria ser um verdadeiro Mestre. A ele competiria, pois, iniciá-las no seguimento do Cristo Pobre, Humilde e Crucificado, a exemplo de São Francisco de Santa Clara de Assis.

Entretanto, tal solicitação nunca fora atendida, forçando-os então a estabelecer Guias Espirituais. O papel desses Guias, obviamente, era assistir religiosa e espiritualmente as irmãs, de maneira que os preceitos franciscanos (e capuchinhos) não esvanecessem, o que era de suma importância para a manutenção também das atividades educacionais. Esses Guias atendiam à diferentes aspectos da vida religiosa, como é mostrado no quadro a seguir ao retratar o período inicial da congregação.

Quadro 3 - Guias espirituais e suas funções na visão formativa das irmãs

GUIAS ESPIRITUAIS	VISÃO FORMATIVA
Frei Daví de Desenzano al Sério	Educava -as no Espírito da Ordem Terceira, Francisca, explicando e aplicando tal espírito segundo as Constituições das Terceiras Capuchinhas de Loano, que foi traduzido pelo Pe. Lourenço de Alcântara, sendo adequado a realidade da nova congregação.
Frei Silvério de Calvairante	Educava as Irmãs segundo o espírito franciscano, para sacrifício e para uma sólida, jubilosa e generosa piedade cristocêntrica.
Frei Daniel de Samarate	Contribuiu na formação das Irmãs não só com seu exemplo, mas também como confessor, pregador de retiros e superior da casa.
Dom Santino Maria Coutinho (Arcebispo de Bélem)	Todas as decisões importantes relativas à Congregação eram tomadas de acordo com ele, assistia às cerimônias, fazia o exame canônico e pessoalmente realizava a Vestição ou recebia a profissão das Irmãs.

Fonte: Adaptado de Nembro (1975, v. 2, p. 27-28).

Todos esses religiosos contribuíram na construção do alicerce da Congregação, sistematizando desde os critérios para fazer parte da mesma, como também na solidez da espiritualidade das Irmãs. Uma atenção especial deve ser dada para a contribuição dos frades na formação espiritual das irmãs, já apresentados de forma resumida no quadro 3. Para isto, usaremos as informações contidas na obra de Beneditinos (1995).

Sobre a personalidade de Fr. Davi de Desenzano, Beneditinos afirma que se tratava de um missionário fervoroso e intrépido, tendo assumido o Santuário de São Francisco, como primeiro superior e pároco, no triênio de 1898 a 1901, sendo também Fundador da Ordem Terceira Secular de São Francisco. Beneditinos, citando as palavras de Fr. João Pedro em seu Relatório Anual (NEMBRO, 1902, p. 96), informa que “[...] é o missionário mais conhecido e estimado; adorado pelos confrades, pelos bispos e mais ainda pelo povo, em razão do grande bem que, em

todos os quatro estados (Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas) tem feito e está fazendo”. Deixou, assim, um grande legado na formação das irmãs, levando-as a se encantarem pelo Reino de Deus.

Já Fr. Silvério chegou ao Brasil em 1902, ou seja, um pouco antes da fundação da Congregação. O frei já vinha desenvolvendo ações na Colônia de Santo Antônio do Prata e em seus arredores. Sobre esse religioso, Beneditinos (1995, p. 98) coloca que “[...] por sua dedicação, como orientador e diretor espiritual dos primeiros grupos de noviças, e também pelo acompanhamento dado às nossas formandas, ao longo de várias décadas, Fr. Silvério perpetua-se entre nós, como o Padre Mestre”.

A origem desse epíteto deu-se pela sua forma atuante frente ao trabalho realizado na formação espiritual franciscana da Congregação. Foi dele também a ideia de colocar religiosas franciscanas à frente da administração da Congregação, projeto este que infelizmente, naquela época, acabou não sendo realizado. Entretanto, como seu legado, segundo Beneditinos (1995, p. 102), “[...] muita coisa mudou durante as três primeiras décadas de nossa história, entretanto algo ficou inabalável: a dedicação paternal de Padre Mestre ao processo formativo de nossas noviças”. É dele a famosa frase *o missionário não tem Pátria*.

Fr. Daniel de Samarate se destacou por sua abnegação e heroísmo no trabalho como diretor espiritual, conferencista e pregador nos retiros. Portanto, de uma eloquência admirável, tinha facilidade na comunicação com irmãos e irmãs. Seu jeito alegre de servir a Deus, seguindo os ensinamentos franciscanos, encantava as irmãs e de certa maneira alimentavam o seu entusiasmo no trabalho de evangelização. Deste modo, sua permanência na Colônia do Prata por um longo tempo, segundo Beneditinos (1995), deveu-se ao zelo do fundador para com aquela obra mas, em particular, para com as irmãs, sendo para todos uma *benção do Céu*.

Com relação a contribuição Dom Santino Maria Coutinho (Arcebispo de Belém), essa se deu de forma mais explícita na esfera hierárquica administrativa, cabendo ao mesmo o acompanhamento das decisões atinentes a Congregação.

Neste sentido, a preocupação com a formação das noviças resultou também na criação de critérios para a entrada na Congregação, já que ela tinha o apelo e o dever de cooperar na edificação da Igreja, como nos conta Castilho (2004, p. 90):

[...] desejava que as Irmãs se consagassem e servissem à Igreja de modo integrado, com identidade própria para revelar aos irmãos o sentido da vida, vivendo e fazendo viver uma vida nova (conversão), desafiando-as a serem aquilo que foram chamadas a ser.

Sobre a sistematização dos critérios, Nembro (1975, v. 2, p. 33) apresenta os requisitos necessários para a aceitação de candidatas, requisitos estes, que demonstravam a visão não inclusiva e estrategista da Congregação.

1. Filição legítima; 2. Cor branca; 3. Idade válida entre 16 à 30 anos; 4. Sem defeitos evidentes isenta de doenças crônicas ou contagiosa; 5. Com conhecimentos básicos de Latim (a fim de poder rezar o Ofício divino) e suficiente capacidade para serem ou se tomarem capazes de ensinar ou trabalhar; 6. Certidão de batismo, e, se possível, de crisma, além de atestado de saúde dado pelo médico; 7. Livre de compromissos com relação a parentes ou pessoas estranhas; 8. Tendo possibilidade, a postulante deve custear a sua viagem ou trazer o dinheiro suficiente para a volta (em casos particulares este item pode ser dispensado); 9. Não se exige enxoval, mas se alguma postulante possui bens, poderá trazer o que o superior achar oportuno sem, contudo, pedir qualquer alienação; superior limitar-se-á a usufruto que será administrado por ele conforme às constituições.

Tais exigências representavam o modelo sociológico da época ao levarmos em conta que este era arraigado a um patriarcalismo elitista, mesmo com a implantação de um regime republicano e com a separação entre Igreja e Estado, bem como a efetivação da Constituição Federal. A Igreja Católica, no entanto, continuou seu trabalho de expansão escolar, haja vista a ausência do braço do Estado nos lugares mais remotos do país. Silva (2019, p 79) complementa essa questão: “[...] a primeira constituição das Irmãs Missionárias Capuchinhas do ano de 1907 nos revela uma sociedade da época altamente conservadora”.

A figura da mulher perfeita começava desde sua constituição familiar até sua formação psíquica e corporal. A construção da identidade das Irmãs Missionárias Capuchinhas é alicerçada em dois pontos: o Espírito e a Prática, sendo que o primeiro contempla carisma, finalidade e as atividades missionárias. A educação formal, a saúde, a inserção no meio pobre e a pastoral paroquial fazem parte do campo de efetivação das práticas das irmãs. Castilho (2004, p. 299), sobre o carisma e a finalidade da atuação das irmãs, esclarece:

Carisma – encarnar o franciscaníssimo no seguimento de Jesus Cristo e seu Projeto Missionário. Servindo preferencialmente os mais pobres, com Coragem, Alegria e Misericórdia, na simplicidade e acolhimento. Finalidade – viver, na Igreja, o Evangelho de Jesus Cristo, à imitação de São Francisco de Assis e exercendo atividades de educação formal popular, de saúde, de

assistência aos hansenianos, à velhice e à infância abandonada em pequenas fraternidades inseridas no meio pobre e outras atividades pastorais, segundo os apelos da Igreja e as prioridades do tempo e de lugar.

Neste ponto, recorreremos também a trechos da Carta Circular nº 14, de Frei João Pedro (*apud* CASTILHO, 2004, p. 93), dirigida as irmãs por ocasião da efetivação legal da Instituição que, deixa claro que o objetivo da fundação da Congregação é:

[...] a santificação vossa e a salvação de tantas almas que vivem nas trevas do erro e da ignorância, eis o motivo por que Deus vos chamou a este sacro recinto e vos deu a coragem de professardes a esta vida austera, rigorosa e penitente. Mas sabeis que não é aos que principiam, mas aos que continuam e perseveram na prática do bem, que Deus prometeu a seu galardão. E sendo isto um dom de Deus, rogo-vos caríssimas Irmãs em São Francisco, que vos torneis dignas dessa grande mercê com ferventes e incessantes preces, com contínua abnegação de vós mesmas, com a fiel observância da vossa Regra e pios costumes da Casa e com a dedicação constante e desinteressada aos estudos, aos trabalhos e no desempenho dos vossos ofícios: pois só assim podereis corresponder à vossa sublime vocação e ser úteis ao próximo, especialmente às discípulas que a Divina Providencia vos entregou.

Compreende-se então que, de acordo com o seu fundador, a Congregação tem como função basilar a Missão. Missão esta, fincada na missão da Igreja Católica que, por conseguinte, é norteada pela fidelidade. No caso das irmãs, são baseadas na virgindade e na fidelidade. Esses dois pilares são explicados por Castilho (2004, p. 94):

[...] a Igreja tem necessidade da mulher missionaria, de sua consagração ao ideal evangélico da virgindade para que ela possa realizar sua vocação virginal de fidelidade, de esposa e de mãe. É através da mulher consagrada que a Igreja se apresenta ao mundo como Mãe solícita e benévola, socorrendo, protegendo, cuidando, especialmente no que se refere à eterna experiência humana que se encontra desarmada e sem proteção diante da vida e da natureza como a criança diante da mãe.

Entendemos, então, que o processo de criação da Congregação, bem como da entrada e formação espiritual das irmãs está envolto nos dogmas da Igreja Católica e na ação evangelizadora do seu fundador, que considera a ação missionária como uma atitude de dar à luz aos Homens e levá-los a plenitude cristã, ou seja, que elas imitassem a maternidade de Maria, como fica explícito no último trecho da Carta Circular nº 14, de Frei João Pedro às irmãs (*apud* CASTILHO, 2004, p. 21): “Adiante pois, e com coragem! Comportai-vos sempre como verdadeiras

dignas esposas de Cristo: estudaí, trabalhai e esforçai-vos para satisfazer, com exatidão e mérito, os vossos compromissos e com honra da vossa missão”.

Castilho (2004) ainda cita que as atividades desenvolvidas pelas irmãs eram plantadas no amor ao próximo, tendo o *cuidar* como principal objetivo; assim, estas seguiam duas linhas: do SER e do FAZER. É simples compreender essa junção, já que educar, cuidar e evangelizar são indissociáveis. Portanto, dois aspectos devem ser considerados: o primeiro gira em torno das primeiras décadas 1904-1924, considerado o nascedouro da Congregação, bem como o início da caminhada objetivando assumir a própria missão, destacando-se o perfil franciscano/capuchinho.

Sobre esse primeiro aspecto, Castilho (2004, p. 16) coloca que “[...] essa fase mostra-se profundamente marcada pela presença do Fundador que, no curto espaço de nove anos, transmitiu à Congregação nascente os traços do seu carisma”. De fato, atos concretos de serviço missionário se consolidaram nesta época. A partir de 1924, aqui considerado como o segundo aspecto, está representada a maturidade da Congregação, tomando suas próprias decisões e a luta pela independência administrativa torna-se o objetivo comum. Sobre este fato, Castilho (2004, p. 16) comenta:

As fronteiras se dilatam, multiplicam-se os espaços missionários, aumenta o número de irmãs. No ritmo das Congregações nascidas no século XIX, a fundação de Frei João Pedro de Sexto São João cresce em estatísticas e em qualidade. E vai delineando o seu perfil e consolidando seu espaço na Igreja triunfalista.

Dentre as conquistas, podemos citar a transferência da Sede do Governo Geral e da Casa de Formação do Noviciado e a aprovação definitiva da Congregação, concedida no pontificado do Papa Pio XVII. Nas décadas seguintes a mesma se torna pujante, sendo alargada tanto no número de irmãs participantes como no número de obras realizadas. É importante salientar que o projeto educativo das Irmãs Missionárias Capuchinhas se tornou o foco principal da Congregação, já que as irmãs tinham a oportunidade de fazerem ações voltadas a inteligência e cultura das alunas.

Mas quem foram essas primeiras mulheres, que assumiram essa tão importante missão?

### 2.3 As co-fundadoras

Tendo como base a atuação de Frei João Pedro, como vimos mais acima, significa que o convite feito e o aceite das religiosas fora envolvido de fé, misericórdia e o desejo da Igreja em criar uma nova forma de se perceber o *outro*, sejam eles os *indígenas*, *os negros*, *os pobres* e *os necessitados*. De acordo com Castilho (2004, p. 30):

Podemos compreender que o Espírito desejava criar, na Igreja, um novo Carisma para exercer a misericórdia com os índios, os pobres e os necessitados. Havia crianças para educar; doentes a tratar, escolas a abrir, órfãs pedindo mãe; alunos, uma mestra; e doentes um anjo para confortá-los. E aquele campo, constituído pelos missionários da primeira hora, era terra fértil, formado por homens justos orantes apaixonados por Deus e doados ao próximo, homens santos. Terreno propício para gerar vida nova.

A chegada das cinco irmãs missionárias para dirigirem o Colégio criado pelo governador marca o início da educação de moças (a priori, indígenas), assinalando então a criação do instituto de gênero. Em se tratando da concepção de educação vigente, essa era regida pelo Decreto nº 119 de 1889, que extinguiu o regime do Padroado. Passos (1998, p. 2) enfatiza que “[...] o resultado dessa mudança foi a laicização do ensino nas escolas públicas, segundo a nova Constituição Federal”. Contudo, frente a esta nova situação, a hierarquia católica reagiu com firmeza, visando preservar o quanto possível, sob sua orientação, o setor educacional, com o objetivo de recatolicizar a sociedade brasileira, a pedagogia catequética e a educação.

Nembro (1975, v. 2, p. 21) relata o momento da passagem das cinco co-fundadoras (figura 2) de religiosas para irmãs:

Segundo as normas do cerimonial capuchinho daquele tempo, confirmado por uma longa tradição e considerado de grande valor para significar o homem novo de que era necessário se revestir quando alguém assume o hábito religioso, aos candidatos à Ordem era imposto um novo. O mesmo aconteceu também com as cinco candidatas reunidas na igreja do Retiro Saudoso, que, daquele momento em diante, passariam a se chamar respectivamente: Irmã Isabel Maria de Canindé (Francisca Barbosa Magalhães), Irmã Madalena Maria de Canindé (Maria de Nazaré dos Santos Lessa), Irmã Verônica de Canindé (Cecília de Paula Pimenta), Irmã Clara de Canindé (Ana Xavier Mocambira), Irmã Inês Maria de Santa Quitéria (Maria Barbosa Cordeiro).

Figura 2 - As irmãs Co-fundadoras



Fonte: Irmãs Missionárias Capuchinhas (c2021).

Legenda: Da esquerda para a direita: Irmã Isabel, Irmã Madalena, Irmã Verônica, Irmã Clara e Irmã Inês.

Um fato também narrado por Castilho (2004) e Nembro (1974), foi a forma receptiva como as Irmãs foram recebidas pela população do povoado. Castilho (2004, p. 35) faz uma descrição, “[...] as irmãs chegaram as 17h no Prata, sendo recebidas pelos missionários, alunos e colonos, com entusiasmo e alegria”.

Nembro (1974, v. 1, p. 23) corrobora, contando que:

[...] uma multidão de colonos e de índios com os alunos do colégio eclodiu em gritos de entusiasmo, aplausos e outras manifestações de júbilo enquanto as jovens religiosas, acompanhando o Fundador que entraram na igreja da colônia que ficou tão lotada a não caber mais ninguém.

Esse evento foi considerado por Nembro (v. 1, 1974) como *uma acolhida triunfal!* Os autores também relatam que uma nova religiosa, Delmira Xavier Nobre, foi acolhida pela congregação, vestindo o hábito no dia 2 de fevereiro de 1905, passando a ser conhecida como Irmã Margarida de Martins.

O trabalho desenvolvido pelas irmãs capuchinhas ultrapassou os muros do Colégio, porque eram também realizadas atividades apostólicas e de catequese. Castilho (2004, p. 36) cita um trecho do relatório oficial de Frei João Pedro: “As irmãs são uma benção de Deus para o Prata, colaborando fraternalmente com os missionários para que a Colônia alcance o objetivo para qual foi fundada”.

Para descrever as características individuais das cinco irmãs capuchinhas co-fundadoras, usaremos como base os relatos de Castilho (2004, p. 32, 33 e 34), que as considera como as primeiras sementes lançadas para consolidar a “[...] árvore centenária”, neste caso, dando ênfase a participação das mesmas na Missão Capuchinha Lombarda.

Mas, ainda antes disso, é importante chamar a atenção para o fato de que a historiografia sobre a Congregação costuma dar ênfase ao papel do seu fundador, Frei João Pedro, o que pode ser percebido pelas várias obras contando sua história e seus feitos, como vimos anteriormente. Todavia, existem relativamente poucos relatos sobre as características individuais das co-fundadoras, que são sempre retratadas de forma coletiva, como se todas fossem iguais, deixando suas individualidades em segundo plano.

Sobre esse fato, é perceptível que a história, por um longo tempo, deixou a presença das mulheres excluída da historiografia, reservando a elas o papel de coadjuvante, praticamente sem nenhuma representação, lembrando que a história era narrada por homens, fato este constatado nas referências bibliográficas encontrada sobre a temática. Perrot (1988), colocando que o *ofício do historiador* é um ofício de homens, que escrevem a *história no masculino*. Para esse diálogo, é pertinente citar a Escola de Annales ao marcar mudanças significativas na construção historiográfica, partindo do rompimento com estudos estritamente políticos, positivistas e cronológicos, sem preocupação com os aspectos sociais dos acontecimentos. Esse pensamento é defendido pelos teóricos da primeira geração, como Marc Bloch e Lucien Febyre.

Em seguida, surge uma nova perspectiva que dá relevância à exploração do saber, trazendo a questão do tempo (Tempo dos Acontecimentos; Tempo Médio, que são as conjunturas; Tempo na sua estrutura, que é o tempo longo). A reflexão contida na terceira geração dos Annales, tendo como defensores Nathan Wachtel (historiador e Antropólogo francês) e Jacques Le Goff (historiador francês) traz à luz uma multiplicidade de métodos e uma forte inflexão à interdisciplinaridade, protagonizando uma nova versão da relação entre o conhecimento histórico com outras disciplinas, ou seja, a decomposição do objeto histórico sem ruptura do intercâmbio disciplinar.

Petersen (2008) indica que, no próprio contexto dos Annales e em outros contextos teóricos, verificou-se também a aproximação dos historiadores às

disciplinas vizinhas. Com isso a imagem da mulher começa a mudar de foco, bem como os aspectos metodológicos que constituem a narratividade da história. Entretanto, na visão do fundador da Congregação, parece já existir um olhar diferenciado para a lugar e papel das mulheres na missão, como ilustra Castilho (2004, p. 83):

No contexto da época em que viveu Frei João Pedro, não havia ainda a compreensão de unir, de modo explícito, feminilidade e vida consagrada, no entanto o Fundador possuía uma visão profética sobre a Congregação que fundara: um Instituto de mulheres consagradas para ocupar um espaço que se encontrava vazio, o componente feminino, na Missão, para a evangelização e educação das mulheres indígenas.

Castilho (2004, p. 84) reitera que “[...] ele antecipava, deste modo, a visão conciliar e o pensamento do Papa Paulo VI: o contributo da mulher é uma condição imprescindível para a paz do mundo e a vida na Igreja”. Enredado neste cenário, a participação das irmãs vai além do papel de simples coadjuvantes, representando uma quebra de paradigma e a ocupação de um espaço predominante masculino.

Mas, voltando à pergunta: quem eram essas mulheres?

#### **- Francisca Barbosa Magalhães (Irmã Isabel Maria de Canindé): 1869-1928**

É descrita por Castilho (2004) como uma mulher com características marcantes e de temperamento forte, mas ao mesmo tempo possuía um olhar marcado pela serenidade e bondade e a alegria ao servir Jesus Eucarístico. Castilho ainda destaca que ela foi a fundadora do Colégio em Barra do Corda, em 1910 e superiora da Fraternidade, sendo posteriormente em 1924 eleita a 1ª Conselheira do primeiro Governo Geral da Congregação.

#### **Maria de Nazaré dos Santos Lessa (Irmã Madalena Maria de Canindé): 1875-1947**

“Alma missionária amiga dos pobres, conselheira dos aflitos e misericordiosa com os doentes”, assim Castilho (2004, p. 33) define a mais nova das co-fundadoras, que na época tinha apenas 29 anos de idade. Dona também de uma personalidade enérgica, no entanto, poderia ser definida como uma pessoa retraída, de fala mansa e firme. Neste sentido Castilho (2004, p. 33) frisa que “[...] bebeu em

profundidade os ensinamentos dos mestres missionários, especialmente do fundador”.

### **Cecília de Paula Pimenta – (Irmã Verônica Maria de Canindé): 1866-1960**

Segundo Castilho (2004), Cecília iniciou sua vida religiosa aos 38 anos e ficou conhecida pelo seu peculiar silêncio; era muito observadora, cortês e muito amável. Os pontos marcantes de sua personalidade eram a pobreza e a simplicidade. Por essas características e pelo trabalho missionário desenvolvido, ocupou o cargo de Mestra das Noviças e Conselheira Geral do Governo Geral da Congregação. Alegria! Isso foi o que mais evidenciou em sua personalidade.

### **Ana Xavier Macambira (Irmã Clara Maria de Canindé): 1869 – 1924)**

Mulher corajosa e determinada, sendo a primeira a dizer o *sim* para o convite de Frei João Pedro. Tinha uma alma sensível, principalmente no que tange ao olhar cuidadoso às necessidades do seu semelhante, iniciando sua vida religiosa aos 35 anos de idade. Sobre as especificidades de sua atuação, Castilho (2004, p. 34) esclarece:

Levava muito a sério sua congregação, por isso, buscava ter uma vida austera, observante e de muita oração. Tinha uma especial devoção ao Templo – igreja ou capela – preocupava-se em conservá-lo limpo e bem ornamentado. Foi Mestra de Noviças e Superiora local em algumas Fraternidades.

### **Maria Barbosa Cordeiro – (Irmã Inês Maria de Santa Quitéria): 1874-1963**

Entre as cinco, é a única que não é natural de Canindé e ficou conhecida pelo seu olhar empreendedor, de temperamento firme. Como as demais, tinha uma intimidade com Deus, disciplinada na oração diária e na confissão semanal. Sábia, sabia ouvir e principalmente guardar o que ouvia, bem como se posicionar na hora certa. Então, entre todas, se destacava pela sua inteligência, no que Castilho (2004, p. 34) confirma:

Foi a primeira Mestra de Noviças e a primeira Superiora da Fraternidade do Prata. Gostava de estudar e empenhava-se em aprender tudo o que fosse

necessário para melhor ajudar a Congregação e incentivava também as Irmãs para estudarem, a fim de servirem com eficiência à congregação e à Igreja.

Esse diferencial rendeu-lhe a participação no I Governo Geral, no Anil<sup>4</sup>, em 1924. Posteriormente, por ocasião do II Governo Geral, foi eleita a segunda Superiora Geral da Congregação. Durante seu mandato, transferiu o Noviciado e a Sede Geral do Anil para o Ceará. Um ponto em comum entre as características das Co-fundadoras, era o desejo de seguir os ensinamentos de Deus, evangelizar de acordo com a fé católica, assim contribuindo com a expansão da Igreja Católica.

#### **2.4 A congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas e a educação no Maranhão**

No Estado do Maranhão, o ano de 1904 pode ser apontado como o ano do renascimento da educação catequética, com o projeto evangelizador liderado pela Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, marcando a história da escolarização maranhense. Doravante, é a partir de 1910, com a fundação de uma escola em Barra do Corda, que esse processo passa a se dar com maior intensidade e é ampliado sob a administração de Frei Roberto (1922 a 1924), sendo marcado pela criação de três colégios: um na cidade de Grajaú, um em Imperatriz e o último em Turiaçu – todos administrados pelas Irmãs Capuchinhas. Custódio (2017, p. 71) esclarece:

Em 1910, da educação de meninas indígenas no estado do Pará, as capuchinhas passaram a assumir a educação de meninas e meninos não indígenas nos interiores do Maranhão. Um dos motivos que pode explicar a mudança de clientela e de foco é o fato de as congregações religiosas atualizarem constantemente seu carisma inicial por conta da necessidade de se adaptar aos novos contextos socioeconômicos das regiões onde se inseriam. Assim, na esteira dos capuchinhos italianos, as novas missionárias se deslocaram para o Maranhão, onde sediaram o maior número de escolas fundadas ou dirigidas por sua congregação ao longo do século XX.

Podemos vislumbrar a educação catequética como um elo entre a Igreja e o saber, ou seja, entre evangelização e escolarização, utilizando estratégias que possibilitavam atingir o principal objetivo, que era atrair adeptos para a Igreja Católica. De acordo com Fernandes (2003, p. 253), a criação dessas escolas “[...] foi

---

<sup>4</sup> O Anil era uma área (atualmente, um bairro), de São Luiz, capital maranhense.

efetivada pela Lei nº 363, de 31 de março de 1905, que autorizava o Governo a criar Grupos Escolares no interior do Estado, modelando-se pelos da capital”. No entanto, Custódio e Sousa (2018, p. 101) alertam que, “[...] devido a uma série de fatores, que vão desde a insuficiência de recursos financeiros até a falta de professores qualificados, os grupos escolares maranhenses foram extintos em 1912 e reerguidos em 1919”.

É importante salientar que, nesse primeiro momento de atuação da Congregação, a sociedade brasileira passava ainda por um momento de transição no seu regime político, já que em 1889 tinha sido proclamada a República e o país precisava então reorganizar-se nos setores políticos, econômicos e sociais, como pontuam Silva e Paixão (2011, p. 48):

O marco inicial dessa nova fase foi o ano de 1894 com a eleição do presidente civil, Prudente de Moraes. A queda de Floriano significou a vitória das Oligarquias e a solução da crise política. Quanto à crise econômica, a possibilidade de superação parecia estar na aliança com a burguesia internacional e a reorganização interna com a adoção 'política dos governadores. Neste contexto, toda discussão de grandes temas nacionais perdeu o fôlego'.

De forma resumida, apresentamos alguns pontos que contribuíram para a expansão do ensino catequético no Brasil naquele momento. A Constituição Federal de 1891 aboliu a obrigatoriedade da escola primária e o ensino secundário passa a ter, como referência, o Colégio D. Pedro II. O ensino superior fica restrito aos alunos/as das classes privilegiadas, ou seja, prevalece o ensino dual. A Constituição instituía também o sistema federativo de governo e, com isto, o ensino foi descentralizado, reservando a União o direito de criar escolas superiores e secundárias nos Estados e municipal o Distrito Federal de ensino secundário, ficando os estados com o ensino primário e ensino profissional (escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes).

Romanelli (2002, p. 40) é contundente ao afirmar que nesta época “[...] o ensino, sobretudo, o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino”.

Enquanto isso, no Maranhão, segundo Custódio e Souza (2018, p. 101):

Outra marca desse período foi a criação de grupos escolares, centrando força na modernização da instrução pública, como desejava o Movimento

da Escola Nova, e na universalização da educação primária; todavia, sua implantação no Brasil ocorreu em diversos momentos da Primeira República. No Maranhão, foco deste ensaio, políticos e intelectuais, influenciados pelo fervor ideológico adquirido no início da República e inspirados nos grupos escolares de São Paulo, mobilizaram-se para implantar esse tipo de escola. Os primeiros grupos escolares foram criados em 1903, na capital, São Luís (para isso, seis escolas estaduais foram redimensionadas em dois grupos); no interior, os grupos começaram a surgir em 1906, nos municípios de Rosário e São Bento, e, em 1908, em Codó. Devido a uma série de fatores, que vão desde a insuficiência de recursos financeiros até a falta de professores qualificados, os grupos escolares maranhenses foram extintos em 1912 e reerguidos em 1919. Mas somente a partir de 1920 o governo estadual construiu prédios próprios para esses grupos.

Ainda tratando do cenário estadual, Fernandes (2003, p. 39) corrobora com a falta de recursos financeiros:

E assim, de fato, aconteceu depois de 1888, a vida econômica do Maranhão acabava de sofrer um formidável abalo com a abolição da escravatura. A lavoura estava no domínio das fazendas e era sustentada pelo braço escravo. O algodão, o açúcar, o arroz, e mais alguns cereais constituíam a sua melhor opção. Em meados de 1892, pouco mais de dois anos decorridos do Novo Regime, o primeiro governador eleito do Estado, capitão-tenente Manuel Inácio Belfort Vieira, regozijando-se 'com o Congresso Constituinte pela vitória da grande causa que defendia', não esconde a má situação do Tesouro do Estado.

Concordando com Custódio e Souza (2018), essa ineficiência do Estado em assumir a educação em todos os municípios, oportunizou a criação de escolas católicas no território, partindo em primeiro plano de escolas paroquiais, que ofereciam uma educação pautada na pedagogia confessional. Considerando esse contexto, trazemos dois tópicos de uma circular de 26 de outubro, dirigida às paróquias da Prelazia de Grajaú, que retratam o objetivo evangelizador da Missão:

3. Instituem, em cada parte, centro de catecismo e mantenham-se em contato com os auxiliares de catequese. 4. Coisa sumamente desejável fora a abertura de escolas paroquias em cada povoado, ainda pequeno; na impossibilidade de isto fazerem, procurem ao menos aproximar, com tino e prudência, as professoras da escola pública, influndo beneficentemente sobre elas para uma orientação católica do ensino (CRUZ; ANJOS; RIBEIRO, 2012, p. 51).

Seguindo o objetivo da Missão, a Congregação Capuchinha, em 1932, já possuía diversas escolas de formato diversos na Prelazia de Grajaú<sup>5</sup>, como colégios

---

<sup>5</sup> A Prelazia de Grajaú, foi criada em 1922 e compreendia cinco paróquias: Santa Cruz da Barra do Corda, Nosso Senhor do Bonfim de Grajaú, São Pedro de Alcantara de Carolina, Santa Teresa de Imperatriz, Porto Franco e São Francisco Xavier de Turiaçu.

com internato e externato, ginásio misto, escolas normais e escolas paroquiais. Mais especificamente, conforme Nembro (1975), ao todo foram 5 colégios, 02 ginásios mistos, 01 cátedra no ginásio de Carolina; 02 escolas normais (além de 14 escolas paroquiais).

Custódio (2017, p. 172) reitera que “[...] de todas essas instituições criadas ou administradas no Maranhão, merecem destaque a Escola Santa Teresinha de Imperatriz, primeira fundação depois da eleição do primeiro governo geral da congregação, em 1924”.

## **2.5 As Irmãs Capuchinhas em Imperatriz**

Com a ausência do sistema público de ensino nos estados e nos municípios, no Maranhão as escolas particulares se sobressaíam, sendo que estas funcionavam em residências e nas fazendas. Outra forma também utilizada para manter a escolarização era a contratação de professores pelos fazendeiros circunvizinhos, para atender seus filhos e filhas. Em Imperatriz, o início do processo de escolarização data de 11 de julho de 1864, com a promulgação da Lei Provincial que criava duas cadeiras, sendo uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, já que nesta época meninos e meninas estudavam em salas separadas. Sobre esse período de escolarização, Silva e Cruz (2012, p, 30) informam que:

Nesse sentido percebeu-se que a principal característica da instrução primária nos primeiros anos de Imperatriz foi a falta de professores concursados dispostos a se fixar na região, são marcados ainda por pedidos constantes de transferência e exoneração de professores, e ainda a falta de comunicação e fiscalização por parte dos Delegados Literários.

Dentro desse contexto, a rotatividade de professores, bem como descaso das autoridades governamentais na região, faz com que o trabalho educacional das Irmãs Capuchinhas ganhe espaço no estado, no que culmina com a criação de várias escolas no interior, dentre elas a Escola Santa Teresinha. A contribuição das irmãs em Imperatriz perpassava o campo educacional, já que se envolviam em ações no campo religioso, principalmente, com as classes mais populares.

No primeiro Livro de Tombo (p. 11), encontramos evidências dessas ações:

Aos oito de setembro de 1928 festividade de Nossa Senhora, na Igreja Matriz desta cidade, foi fundada a PIA União das Filhas de Maria. As 6 ½ houve missa com cânticos, foi celebrante o D.D. Vigário Frei Cherubim.

Terminou a S. Missa com a maior solenidade possível houve a recepção das fitas e medalhas, sendo sete filhas de Maria e duas Aspirantes, em seguida o Revmo. Vigário fez uma breve e comovente exortação as Filhas de Maria encerrou o acto com a benção da reliquia de Nossa Senhora.

De tal modo, estava criado o Primeiro Movimento Leigo em Imperatriz, que iria contribuir com as irmãs nas ações em desenvolvimento. Outra contribuição que faz jus a solidariedade das irmãs na Missão era o seu acompanhamento nos trabalhos de *desobrigas*<sup>6</sup> dos frades nos povoados de Montes Altos, Gameleira, Coquelândia e Sítio Novo do Maranhão. Dentre estas contribuições, podemos citar: evangelização, preparação de festejos e cursos de Catequese. Sobre essa desabriga, colocam Silva e Castro (2004, p. 33):

Nos estudos, as irmãs se empenhavam na elaboração de cursos catequéticos para a formação de moças da comunidade local, preparando-as para assumirem as salas de catequese, contribuindo assim para que pudessem dispor de maior tempo para auxiliar os frades no árduo trabalho da assistência religiosa e espiritual nos longínquos povoados de difícil acesso da região. Eram também de sua responsabilidade os trabalhos nas atividades escolares.

Ainda em relação a contribuição das irmãs para com a cidade de Imperatriz os mesmos autores mencionam:

A prática de lazer das irmãs e dos frades capuchinhos aconteciam através de festinhas dramáticas escolares e paroquiais, além de momento de descanso e reflexão em chácaras e sítios cedidos por pessoas da comunidade. As festinhas dramáticas paroquiais eram geralmente realizadas para homenagear um superior ou superiora da Congregação que para cá vinha em visita canônica. Já as festinhas escolares eram promovidas nos encerramentos de cursos, das atividades escolares anuais, datas cívicas, bem como nas solenidades de entrega de resultados escolares finais (SILVA; CASTRO, 2004, p. 34).

Sobre os fatos aludidos encontramos apontamentos no Livro de Tombo (1926-1945, p. 43) que os confirmam: “Hoje, depois da Santa Missa solenemente cantada pelo Sr. Bispo houve, no terraço em frente a este convento, uma pequena manifestação ao referido Sr. Bispo, D. Emiliano, feitas pelas alunas do nosso Colégio” (26/maio/1943). No livro, ainda consta que as apresentações que envolviam ginástica, jogos e recitais foram assistidos pela população em geral.

---

<sup>6</sup> As desobrigas eram incursões a regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo os sacramentos.

No mesmo Livro de Tombo da escola (1926-1945), ainda há inúmeros relatos envolvendo a imbricação das irmãs em várias atividades que, de certo modo, faziam parte também da vida cultural e espiritual da cidade. Sobre esse imbricamento, iremos tratar melhor no Capítulo 4 dessa tese. No decorrer dos anos, a integração entre as irmãs capuchinhas e a comunidade local foi se alargando ao ponto de estarem entrelaçadas em diversos aspectos, chegando a realizarem retiros espirituais nas chácaras ou sítios da região, uma espécie de colônia de férias direcionadas principalmente as alunas internas da escola.

Estes momentos eram movidos por descontração e oração. Entretanto, pelo registro no Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1924-1945, p. 37) percebemos que essa prática de retiro espiritual também fazia parte do ritual católico: “Catecismo” “1ª Comunhão”. Notem: “Corpus Christ! Festa reservada as crianças. Após três dias de retiro, realizou-se a 1ª comunhão de 13 meninas e 18 meninos e todas as crianças do catecismo. As 8 ½ houve missa cantada á tarde renovação das promessas do batismo”.

Antes de entrarmos nas questões que tangem as relações entre a escola e a sociedade local, é importante conhecermos a própria história da instituição, em um nível mais detalhado. É o que veremos no capítulo a seguir.

### 3 ESCOLA SANTA TERESINHA: UMA ESCOLA CATÓLICA CONFSSIONAL

#### 3.1 O cenário histórico de implantação da escola

Para que possamos compreender as complexas relações entre a escola e a sociedade, bem como suas peculiaridades como uma instituição confessional, é pertinente descrever o cenário histórico da criação da escola, na medida do possível, contextualizando-o com a história da formação da própria cidade de Imperatriz, tendo como norte as questões sociais, econômicas e políticas que contribuíram para sua fundação, em 1924.

Sobre a fundação de Imperatriz, Franklin (2005, p. 44) descreve que:

Assim, no dia 16 de julho de 1852, quando o rio Tocantins se mostrava com todo seu esplendor, as praias e as margens se apresentavam exuberantes, frei Manoel Procópio aportou ao lado da confluência com o riacho Cacau, local que imaginou livre das águas durante o período invernos. Com ele seguiam os colonos Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva e suas famílias, além de quatro soldados, todos estes recrutados na Colônia de São João do Araguaia, da qual o religioso era capelão. A chegada do inverno, que nas grandes cheias represa o riacho Cacau e inunda todo o campo escolhido por frei Manoel Procópio, demonstrou que a escolha não tinha sido adequada. A nascente povoação foi então mudada para outro local, pouco abaixo, nas ribanceiras que compreendem hoje a Praça da Meteorologia e suas imediações. Ali, o missionário logo construiu uma capela em honra a Santa Teresa d'Ávila, santa espanhola de quem carregava uma imagem e a quem deu o patronato da missão.

O carmelita Frei Manoel Procópio do Coração de Maria tinha como missão fundar uma Colônia Militar nas fronteiras do Maranhão e Goiás. Essa missão lhe fora dada pelo então Governador da Província do Pará, Jerónimo Francisco Coelho. No local escolhido, à margem direita do rio Tocantins, foi construída uma capela homenageando a santa de devoção do frei, Teresa de Ávila, que deu nome também ao povoado, Colônia de Santa Teresa.

A região em que Frei Manoel estabeleceu seu assentamento era área ocupada tradicionalmente por indígenas Timbira<sup>1</sup> e autores como Franklin (2005) retratam o contato como tendo natureza amistosa<sup>2</sup>, sendo que após a aproximação

---

<sup>1</sup> Os Timbira representam um conjunto de povos indígenas, entre eles as etnias Krikati, Canela, Gavião, Apinayé e Kraho, ligados à Família Linguística Jê, localizados no sul do Maranhão, leste do Pará e norte de Tocantins (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA), 2012).

<sup>2</sup> Obviamente essa afirmação representa uma construção idealizada, uma visão naturalizante do processo de conquista e domínio territorial das sociedades não indígenas sobre as indígenas, constituindo uma espécie de *mito fundante* baseado na boa intenção do colonizador. Por esse

com os nativos e a construção da capela, é iniciada a catequese entre aqueles indígenas, rapidamente se expandindo para outras áreas e outras etnias indígenas.

Exímio no trato com os indígenas, Frei Manoel Procópio tratou logo de expandir seus contatos com as demais tribos da região. No mesmo ano, contatou com os índios das proximidades da barra do Farinha que viviam em permanente conflito com os fazendeiros de Carolina, e convenceu-os a se aldearem sob sua direção. Descendo então 302 indígenas para a proximidade de Santa Teresa e, em seguida, mais de 500 dos sertões. Assim, o povoado cresce rapidamente (FRANKLIN, 2005, p. 45).

Franklin (2005) pontua que, até então, o governo do Maranhão não tinha conhecimento dessa nova povoação e que somente em 1855, após vários apelos de Frei Manoel Procópio e através do Juiz de Carolina, o governo toma conhecimento da fundação desse povoado que, tempos depois, em 22 de abril de 1924, seria elevada a cidade e seu nome seria *encurtado* para Imperatriz. Nesse meio tempo, na última década do século XIX, inicia-se no Maranhão a história de catequizaçãõ protagonizada pelas Irmãs Capuchinhas. Em meio ao contexto de um novo sistema de governo (presidencialismo), é fundada em Belém do Pará, na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, pelo Frei João Pedro de Sexto São João, a Congregaçãõ das Irmãs Capuchinhas, no dia 18 de dezembro de 1904.

Várias décadas se passaram e, ainda em 1918, não havia escola pública em Imperatriz. Sobre isso, afirma Coutinho (1994, p. 173):

No primeiro quartel do século XX, precisamente no ano de 1912, dignou-se o governo do Estado a criar em Imperatriz sua primeira escola pública, regida pelo professor primário José Bento Moreira Ferraz. Entretanto, quatro anos depois desse auspicioso evento, a Vila sofria grave defasagem em sua economia. Muitas fortunas foram-se de água abaixo, desestimulando até mesmo os nascentes processos educacionais no município.

Concordando com Coutinho, Custódio (2017, p. 175) expõe que:

Essas questões se prolongaram até os primórdios da República (Saldanha, 2008), fazendo com que o governo estadual não conseguisse ou não se empenhasse o suficiente, como sugere a literatura, para criar e manter escolas ativas em Imperatriz. Desse modo, não se sabe se as primeiras escolas de Imperatriz foram criadas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Por exemplo, em 1866, Manoel Procópio do Coração de Maria, frade carmelita que fundou a cidade, foi nomeado delegado literário, sinal de que deveria haver alguma escola pública, embora não se tenha nenhum registro sobre o desempenho do frade nesse ofício (Cruz, 2012). Da parte da

---

motivo, deve ser lida de forma relativizada, já que a situação de contato provavelmente foi mais complexa e conflituosa.

iniciativa privada, padre Domingos Elias da Costa Moraes inaugurou, em 1867, uma 'Escola de primeiras letras gratuita' (SILVA & CASTRO, 2004, p. 23) provavelmente do tipo paroquial.

É nesse cenário educacional que se constitui o principal motivo pelo qual é feito o convite, pelas autoridades de Imperatriz, para que a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas implantasse na cidade uma escola, com o objetivo de atender filhos e filhas das famílias da elite tradicional local.

A esfera de governo local, por sua vez, criou a primeira escola municipal em abril de 1935: a Escola Mista Humberto de Campos, que tinha uma só sala e funcionava em um único horário. Em agosto do mesmo ano, essa escola foi desmembrada em duas: uma para o sexo masculino e outra para o feminino (CUSTÓDIO, 2017, p. 175).

Segundo Custódio (2017), com a promulgação do Decreto n. 4, de 23 de agosto de 1935, a escola foi desmembrada, passando a funcionar ao mesmo tempo em duas unidades. Ficou a Escola Humberto de Campos com a incumbência de atender somente o sexo feminino e a Escola Municipal Coelho Neto para o sexo masculino, ressaltando que ambas funcionavam em prédios distintos. No entanto, em 1936, essas escolas foram desativadas, por questões incertas, já que nada sobre isso foi encontrado na historiografia local, principalmente por falta de fontes documentais.

É justamente nessa lacuna na educação de Imperatriz, no que se refere ao ensino público estadual e municipal, que a Escola Santa Teresinha é considerada pela população local, bem como por suas fundadoras, a primeira instituição educacional pedagogicamente organizada da cidade, organização sobre a qual iremos discutir mais adiante.

Chamada inicialmente de Escola Santa Teresinha do Menino Jesus, foi criada pelas irmãs capuchinhas Judith Maria de Fortaleza, Águeda Maria de São José, Eleonora Maria de Quixeramobim e Júlia Maria de Barra do Corda, que chegaram em Imperatriz, de acordo o Livro de Tombo (1926-1945, p. 2) *aos 24 de julho de 1926*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Nesse ponto, verificamos uma inconsistência na cronologia, pois os autores consultados que pesquisaram a escola, como Custódio, Cruz, Silva e Castro entre outros, indicam a data da fundação como sendo 03 de agosto de 1924. O próprio site da escola informava que, em 2021, a mesma estava completando 97 anos de existência. No entanto, o primeiro Livro de Tombo é datado de 1926 e dá como data da chegada das irmãs fundadoras da escola o dia 24 de julho de 1926.

Deste modo, as atividades de ensino foram iniciadas em agosto do mesmo ano. O objetivo da fundação da escola tinha, como pano de fundo, trazer suporte educacional e católico às famílias que se instalaram na região por essa época. Do ponto de vista da caracterização da sociedade que frequentava a escola, Silva e Castro (2004, p. 29) colocam que:

No contexto educacional, a escola colaborava na formação da elite local, sendo os alunos pertencentes em sua maioria a famílias de grandes fazendeiros, donos de engenho, oferecendo a essa parcela da sociedade um ensino que correspondia aos anseios exigidos pelos proprietários da região.

Como sustentação a senhora Domingas Machado Batista, ao responder uma questão sobre se a escola sempre foi administrada pelas Irmãs Capuchinhas, de repente lembrou-se dos alunos e alunas que frequentavam a escola, deixando escapar importantes informações sobre quem eram:

*[...] sim, pelas irmãs missionárias capuchinhas, de antemão, a sede era no Estado do Pará [...] busca na memória qual era o Frei da época...demora mais um pouco [...] lembrei-me era João VI [...] me desculpe não me recordo fielmente do nome completo. Iniciou-se com uma congregação fundada na cidade de Bragança no Pará, onde, de lá, as irmãs vieram aqui para Imperatriz trazidas pelo Frei Manoel Procópio, não exatamente trazidas mais influenciadas pelo Frei. A vinda da escola para o município, partiu de um convite dos fazendeiros da região, pediram ao Padre da época, não foi o Padre que trouxe a escola, mais foi ele que influenciou sua vinda. Domingas continua: - os grandes fazendeiros [endinheirados, risos] não queriam misturar seus filhos com os filhos dos agricultores [apontou para ela, e riu] uma forma elitizada, talvez as filhas dos agricultores eram danadas [riu alegremente]" (BATISTA, Domingas M., entrevista a autora).*

Aqui, vale a pena refletir sobre esse salto de memória perpetrado pela entrevistada. Halbwachs (1990 *apud* BORGES, 2011, p. 5) menciona que:

[...] memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é 'memorável', e também como será lembrado. Assim, as memórias social e individual se interligam. Quanto mais fortes são os grupos, mais agregadoras são as memórias. Dessa forma, o que está em jogo não é como as pessoas lembram, mas sim em que contexto isto ocorre. Os grupos aos quais convivemos é que estruturam nossa memória. O grupo é importante, fundamental é o processo de sociabilização que vem através da linguagem que possibilita contar a história. As lembranças vêm de acordo com a vivência que o tempo presente suscita. Recordar é ter

uma imagem do passado, essa imagem é uma impressão deixada pelos acontecimentos ocorridos e que permanece fixada no espírito.

Com relação ao início do funcionamento efetivo da escola, existem algumas inconsistências como, por exemplo, a data do início das matrículas; enquanto no livro publicado em comemoração aos 80 anos do educandário (SILVA; CASTRO, 2004), consta que o fato se deu no dia 03 de agosto de 1924. Já no Livro de Tombo (1926-1945, p. 2) Irmã Judith Maria de Fortaleza escreve: “3 de agosto de 1926 – Abriu-se a matrícula da Escola Santa Teresinha do Menino Jesus”.<sup>4</sup>

Reforçamos tal inconsistência cronológica fazendo referência a fala de uma das senhoras entrevistadas. Ao ser perguntada se todos os membros da família estudaram na Escola Santa Teresinha, a senhora Alzira Milhomem (entrevista à autora) respondeu: “[...] a *minha mãe e todos os filhos/as dela estudaram, em 1924 [...] a escola foi fundada em 1926 e a mamãe já foi estudar lá*”. Aparentemente, essa inconsistência também se reflete na memória de quem ouviu relatos de seus antepassados e parentes, que estudaram na escola no início da sua fundação.

Uma outra questão que pode trazer problemas de inconsistência se dá nos diversos nomes que o educandário teve, ao longo do tempo, o que de certo modo está ligado ao cenário histórico de cada época. Para um melhor entendimento dessa diversidade de nomes, apresentamos o quadro 4, contendo a denominação, o período temporal e as resoluções normativas correspondentes a essas mudanças.

Quadro 4 - Os diversos nomes da escola

NOME	DÉCADA/ANO	PARECERES/PROTOCOLOS
Escola Santa Teresinha do Menino Jesus	1924/1926	-
Colégio Santa Teresinha do Menino Jesus	1930/1940	Indefinição (ora Escola, ora Colégio)
Educandário Santa Teresinha	1943/1950	Registro Estadual 224/ protocolo nº 8703, sendo o Estatuto do Educandário publicado no Diário Oficial do Estado, edição nº 161, de 13 de agosto de 1951
Educandário Santa Teresinha/ Escola Normal Regional Santa Teresinha.	1961/1962	Educandário Santa Teresinha (equiparada às Escolas Primária estaduais pelo Decreto nº 2243, de 31 de julho de 1962). Escola Normal Regional Santa Teresinha (curso de formação de professores)

<sup>4</sup> Ver nota de rodapé 3 do capítulo 3.

		que adquiriu personalidade jurídica em 1º de setembro de 1960 sob o nº 92.
Escola Normal Ginásial Santa Teresinha	1971	Autorizada pelo Conselho Estadual de Educação – formação em nível de primeiro grau (antigo curso secundário em conformidade com LDB/4024/1961), autorizada pelo Conselho estadual de educação pela resolução nº 5 de 1972.
Escola Santa Teresinha	1972	Dispositivos da Lei nº 5692 houve a unificação do Educandário Santa Teresinha à Escola Normal Regional, constituindo-se uma única entidade escolar. (atendendo o ensino de primeiro grau completo).
Escola Santa Teresinha/ Colégio Ginásial Santa Teresinha.	1973/1974	Emissão do Estatutos e Regimento Interno, exigidos pela LDB/4024, e apresentação do Plano de implantação do Ensino de 2º grau. 27 de março/1974 o Conselho Estadual autoriza o funcionamento do Curso de de Formação para o Magistério de 1º grau.
Escola Santa Teresinha	1980	Unificação, sendo denominada somente Escola Santa Terezinha, atendendo 1º e 2º graus.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva e Castro (2004).

Os dados apresentados no quadro 4 revelam que essa rotatividade na denominação da escola está ligada a fatores relacionados ao seu processo de sistematização, bem como a adequação às normativas educacionais da época, visto que de acordo com a demanda da sociedade a escola foi alargando o seu atendimento às diferentes etapas de ensino. Confirmando um dos motivos dessa rotatividade de nomes, trazemos a citação que descreve um trecho do depoimento da professora e ex-aluna Edelvira Marques M. Barros, dado à Silva e Castro (2004, p. 103):

Comecei a estudar na Escola Santa Teresinha em 1939, quando fiz o primeiro ano primário e estudei até a 5ª série. Depois não tinham mais a oferecer. Ao passar os anos as irmãs fizeram um esforço junto ao governo para equiparar ao ginásio. Depois ofereceram novamente a 5ª série, no ano seguinte não obtiveram autorização e parou novamente. Em 1961, irmã Glória consegue autorização para funcionamento do Curso Normal superior.

Vale a pena também mencionar uma breve caracterização dos prédios que serviram de sede para o funcionamento da escola, desde sua primeira instalação até

a atualidade. De acordo com Castilho (2004) nesse momento, no governo de Frei Roberto (1918-1924), a Congregação já havia conquistado sua independência e tinha como meta a abertura de novas casas.

Fazendo uma leitura dos acontecimentos, percebe-se que os frades representados por Frei Roberto, especialmente, por Frei Estevão que queria muito bem a Congregação e, segundo algumas fontes tinha um compromisso com Frei João Pedro, por ocasião da sua morte, de protegê-la e ajudá-la, desejavam que às Irmãs tivessem sua autonomia, e, de acordo com suas próprias palavras: 'dar um cunho próprio e maior desenvolvimento à Congregação' (CASTILHO, 2004, p. 61).

Castilho (2004, p. 61) ainda afirma que “[...] oportunamente, valeu-se da promulgação do Novo Código do Direito Canônico, que determinava a autonomia do Governo das Congregações femininas, para orientar as Irmãs a se organizarem e promoverem um Capítulo Geral Eletivo”. Temos aí, nesse período, a busca pela autossustentação da Congregação, com o assessoramento espiritual e econômico de Frei Estevão.

Retornando ao cenário da fundação da Escola Santa Terezinha, recorreremos a trechos do depoimento da Irmã Júlia Varão, uma das fundadoras da escola, para compreendemos também o contexto social, político e econômico da cidade de Imperatriz, nessa época. Esse depoimento se deu na forma de texto, escrito à mão em 25 de abril de 1983, tendo se tornado público pela primeira vez em uma edição comemorativa aos 70 anos de fundação da Escola, em 1994. Posteriormente, foi incluído como depoimento no livro publicado em comemoração ao aniversário de 80 anos da mesma instituição em 2004 (SILVA; CASTRO, 2004).

No depoimento, Irmã Júlia, mesmo aos 80 anos de idade, traça um cenário histórico impressionante, lembrando de detalhes que marcam uma história de desafios, conquistas e, principalmente, de determinação e resiliência por parte das Irmãs Capuchinhas, que seguem fielmente o ideal católico, bem como o alcance das metas traçadas pela Congregação em face ao desenvolvimento das ações. Irmã Júlia, ao escrever suas memórias sobre os primeiros tempos em Imperatriz, não somente *relembra*, mas reconstrói e repensa aquele momento, da maneira como aponta Bosi (2012, p. 55): “[...] segundo Halbwachs na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

No que tenho a dizer sobre minha primeira estada em Imperatriz, faço uma ligeira descrição dos primeiros dias de fundação. Chegando aí, aos cinco de setembro de 1924, as Irmãs já haviam começado as aulas, no dia três de agosto, numa casa desocupada de uma senhora que estava em Marabá, no Pará, enquanto se fazia a limpeza e adaptação da casa comprada para nós. Naturalmente deve ter havido Missa de abertura. Na minha timidez deixei de indagar como se deu. O fato é que estava fundada a Escola com o nome de Santa Teresinha do Menino Jesus, nome dado por Frei Bernardino, naquele tempo Vigário Capitular em lugar de Dom Roberto – de Grajaú. A nossa Escola foi a primeira da cidade! Surpreendeu-nos a chegada inesperada da dona da casa a qual exigiu nossa saída imediata. Tivemos de sair as carreiras na mesma hora. Primeiros sofrimentos, mas sentimo-nos inundadas do espírito de São Francisco e humildemente saímos [...] (O importante é que mais tarde esta senhora, tornou-se nossa grande amiga e benfeitora). Lutamos com muita dificuldade financeira, não só ao enfrentarmos a precariedade do material didático, como para nossa manutenção: passamos até a falta do necessário... Certo dia, não tínhamos nada para a refeição após as aulas. A Superiora tocou o sino e fomos rezar pedindo também o pão material. Não demorou – logo bateu à portaria, chega um velho do interior que trazia abóboras, feijão e arroz. Na outra residência já havia o mínimo necessário para nos instalarmos. Era meio-dia. Encontramos 4 camas com colchões e cobertores, um sofá e 10 cadeiras de palhinhas novinhas, uma mesa grande que servia de carteira para os meninos que se encontravam ao redor. As carteiras eram de caixas de querosene; quadro negro e bancos emprestados; muita louça, tudo fornecido pelos Padres que nesse tempo nos forneciam mantimentos e assistência espiritual. Tínhamos, porém, o suficiente para a vida, o trabalho, a manutenção. O que nos faltou durante um mês foi a presença do Santíssimo Sacramento, por falta de Sacrário (SILVA; CASTRO, 2004, p. 84).

O cenário apresentado pela irmã caracterizava a realidade da cidade de Imperatriz da época, que era desprovida de políticas públicas em todas as áreas, não dispendo também de estrutura urbana. Coutinho (1994, p. 148) alude que “[...] as atividades que predominavam eram a agricultura e pecuária”.

Coutinho (1994) também menciona dois aspectos que contribuíram para com o desenvolvimento econômico e social da cidade: o primeiro foi a inauguração do telégrafo, que acelerou a atividade econômica da então vila, pois permitia uma comunicação rápida entre importadores e exportadores; o outro era a presença dos viajantes, que o mesmo os considerava *verdadeiros construtores do progresso*. Retornemos então, mais uma vez, ao depoimento da Irmã Julia.

Logo que o Sacrário ficou pronto, o Padre ia celebrar de segunda a sábado. A Missa era as 5:45h da manhã. Acordávamos as 4:30h da manhã para rezar o ofício e fazer a meditação. As 7:00h da manhã aguardávamos a chegada dos alunos. As aulas dos meninos funcionavam a tarde e das meninas pela manhã. Havia também a tarde, aulas de prendas domésticas. Em dezembro de 1927 a Madre Judite foi transferida para Barra do Corda. Em fevereiro de 1928 chegou a Madre Jacinta para substituí-la. As Irmãs faziam comédias, dramas, etc. nas casas onde haviam salões grandes. Angariavam assim meios, recursos, para melhorar as salas de aulas que já tinham carteiras próprias, quadro negro, etc. Além desse trabalho em casa,

aos domingos às 14:00h da tarde iam duas Irmãs dar Catecismo aos meninos na Igreja que era distante, gastando-se de 15 a 20 minutos para lá chegar. À noite, ia sempre a Organista Irmã Águeda acompanhada de uma Irmã para tocar o harmônio (SILVA; CASTRO, 2004, p. 84).

Notamos, nesse trecho, além de vislumbres da rotina diária das irmãs e sua ação empreendedora, conciliando os preceitos didáticos e pedagógicos da escola e a autossustentabilidade, mediadas pela interação com a comunidade.

Em outro depoimento, agora da ex-aluna Manuela Barbosa, também publicado em Silva e Castro (2004, p. 91), temos um breve relato sobre a primeira sede da escola: “Comecei a estudar em 1928. A casa antiga era feita de adobão, a cobertura tinha uma parte de telha e outra de palha, com apenas 2 salas e do outro lado ficavam as freiras.” Na figura 3 podemos ver uma fotografia dessa primeira sede da escola, mencionada pela ex-aluna.

Figura 3 - Ao fundo, o prédio da primeira sede da escola



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

Legenda: Em primeiro plano, alunos e alunas da banda marcial, em comemoração cívica.

Na fotografia estão em evidência alunos e alunas da Escola Santa Teresinha, desfilando no dia 7 de setembro, em um momento posterior não identificado. Mas que mostra a casa ao fundo (que havia sido doada por uma moradora, sobre a qual não conhecemos mais informações), que é o marco local onde tiveram início as primeiras atividades educadoras das Irmãs Fundadoras – Eleonora, Judith, Águeda e Júlia.

Podemos afirmar que foi nesse primeiro local onde, de fato, a escola funcionou de forma estruturada e organizada, em sua primeira fase. Esse período

inicial pode ser captado por um trecho do depoimento da Ir. Filomena Maria de São Luís:

Ao chegar em Imperatriz a cinco de fevereiro de 1936, era de uma pobreza realmente franciscana. Tudo era pobre. Apenas tínhamos o necessário para a vida diária. Basta dizer que até os genuflexórios das Irmãs eram de caixão de querosene ainda com a marca 'Jacaré'. Recebi a incumbência de assumir os alunos (masculinos) num total de 85. Do 1º ao 5º ano. Tive que me desdobrar. Pela manhã dava aula do 1º ao 3º e à tarde do 4º ao 5º ano. Isto desde 1936 a 1941. Além das classes aos domingos aula de Catecismo na Matriz para os rapazes. Ajudava também na limpeza e trabalhos da Igreja (SILVA; CASTRO, 2004, p. 86).

Uma segunda fase de estruturação da escola teve início por volta dos anos 1940, com a construção de uma nova e maior sede. Essa fase também é descrita por Irmã Júlia:

Durante a construção da Igreja e do Convento onde as Irmãs moravam até pouco tempo, nós, as primeiras Irmãs, as meninas e o povo em geral, íamos nas noites de luar carregar areia, pedras, telhas, tudo para a construção. Descíamos o barranco cantando... Naquela alegria... para construção da Igreja e de nossa Escola que seria a realidade que todos desejavam e sonhavam. Além disso, Irmã Águeda promovia festas, rifas, comédias com as meninas e eu com os meninos, de maneira que ajudam o bastante na construção da Igreja e do Convento. Em 1940, o bispo Dom Emiliano Lonati (Bispo da Prelazia de Grajaú) e os Padres, cederam a casa para as Irmãs. Em 1948 voltei novamente a Imperatriz, mas já a casa tinha o necessário para funcionar o jardim, o único que era misto. Os meninos bem separados num salão na casa dos Padres. Nesse tempo a não ser Pastoral que fizemos aí e em Itaguatins, no Goiás, ajudadas por Frei Ângelo (que já faleceu), nada de novidades ou dificuldades passamos a não ser o de costume: destaco as visitas da Madre Geral, etc. (SILVA; CASTRO, 2004, p. 84).

Percebemos, por estes relatos, a nítida ascensão da Congregação no que se refere à busca da autonomia financeira. Castilho (2004, p. 65) lembra que, justamente o período de 1924 a 1929, na história da congregação, ficou conhecido como o período da *autonomia financeira*, tendo a Madre Gertrudes como coordenadora, que dizia que “[...] o sofrimento tem a função de desempenhar o papel da tesoura para podar a planta”. De tal modo, as irmãs foram preparadas, após a morte do seu fundador, a assumirem sua própria caminhada. Neste sentido, o fluxo de crescimento do trabalho educacional proposto pela Congregação foi por meio da junção de parcerias com a sociedade secular, principalmente, pelas classes mais altas.

O novo prédio, na segunda fase, foi construído em estilo arquitetônico românico e estabelecido nos fundos da Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila (1940-

1950), que depois passou a ser a Casa Pastoral, residência dos párocos e vigários da paróquia Matriz (figura 4).

Figura 4 - A nova sede da escola, em prédio em estilo românico, nos fundos da Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

No andar superior funcionava o alojamento das moças internas na escola e das irmãs; já no andar inferior, funcionavam as salas de aulas que, até aquele momento, ocorriam nos corredores do fundo da Igreja de Santa Teresa D'Ávila (figura 5).

Figura 5 - A sala de aula, nos corredores ao fundo da Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

A mensalidade da escola, nessa época, variava de 1\$500 a 5\$000 Réis<sup>5</sup>, o que indica que a parcela principal da sociedade atendida estava relacionada a uma classe social mais alta, de maior poder aquisitivo. Mas, como também era de costume, os colégios confessionais católicos reservavam algumas bolsas de estudos para alunos(as) de famílias de menor poder aquisitivo. Nesse sentido, a Escola Santa Teresinha oferecia bolsas de estudos para as filhas das lavandeiras, empregadas domésticas e pequenos comerciantes (SILVA; CASTRO, 2004).

Voltando à questão da relação entre a escola e as classes sociais mais altas, implicando na formação intelectual de uma parcela da sociedade local, um exemplo foi a matrícula dos filhos, netos e bisnetos da família Cortez Moreira, uma das mais ilustres da sociedade imperatrizense, na época. O pai e cabeça da família, Simplício Moreira, iniciou a vida como coletor de castanhas no sul do Pará, transformando-se em seguida em dono de castanhais. Franklin (2005, p. 52) destaca que isto “[...] lhe rendeu riqueza e prestígio político, tornando-se prefeito da cidade, e importante liderança política por mais de três décadas”. Anos depois o filho, Renato Cortez Moreira, que fora educado na Escola Santa Teresinha, foi também eleito prefeito de Imperatriz, por duas vezes.

---

<sup>5</sup> Em moeda atual, seria aproximadamente entre R\$ 184,00 a R\$ 615,00.

Sobre a escola atender estudantes de classe baixa como bolsistas, vale a pena trazer um trecho da entrevista com a senhora Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora), lembrando um diálogo entre ela e seu pai: “[...] *a princípio estudei na Escola Santa Teresinha, pois na época era a única [particular] e o Governador Archer [pública]. Quando minha irmã Gracinha quis estudar no Governador Archer, aliás, ela estudou ainda um ano, seu pai a chamou e disse: - Filha você vai estudar no Santa Teresinha, por que eu posso pagar, deixa as vagas do Governador Archer para as crianças que não tem condições financeiras*”.

Já da senhora Evane Santos Ferreira (entrevista à autora), de origem mais humilde, trazemos esse depoimento: “*Estudei com gratuidade, minha mãe pagava minha mensalidade passando e cozinhando para as irmãs, também ajudava nas festas da escola*”. Sobre gratuidade, nota-se que na visão da entrevistada era uma espécie de troca de favores.

É interessante perceber também que existe um uma espécie de período migratório de alunos/as da Escola Governador Archer (pública) para a escola Santa Teresinha (privada) por meio de bolsa de estudos, ou por troca de serviços entre seus pais e as administradoras da escola e que dependerá da situação econômica familiar em um determinado momento, como podemos ver na fala da senhora Domingas Machado Batista (entrevista à autora):

*“[...] eu gosto de colocar as coisas dentro das décadas, que estudei na escola Santa Teresinha na década de 50 até começo da década de 60, bem a escola era frequentada pela elite da região. Só que antes de estudar na escola, fui aluna do grupo Governador Archer, pois meus pais não tinham condições financeiras.”*

Chegamos assim à terceira fase de estruturação, com a edificação mais recente da Escola Santa Teresinha, ou seja, a construção do prédio atual, a partir da década de 1960 (fotografia 1).

Fotografia 1 - Fachada atual da Escola Santa Teresinha

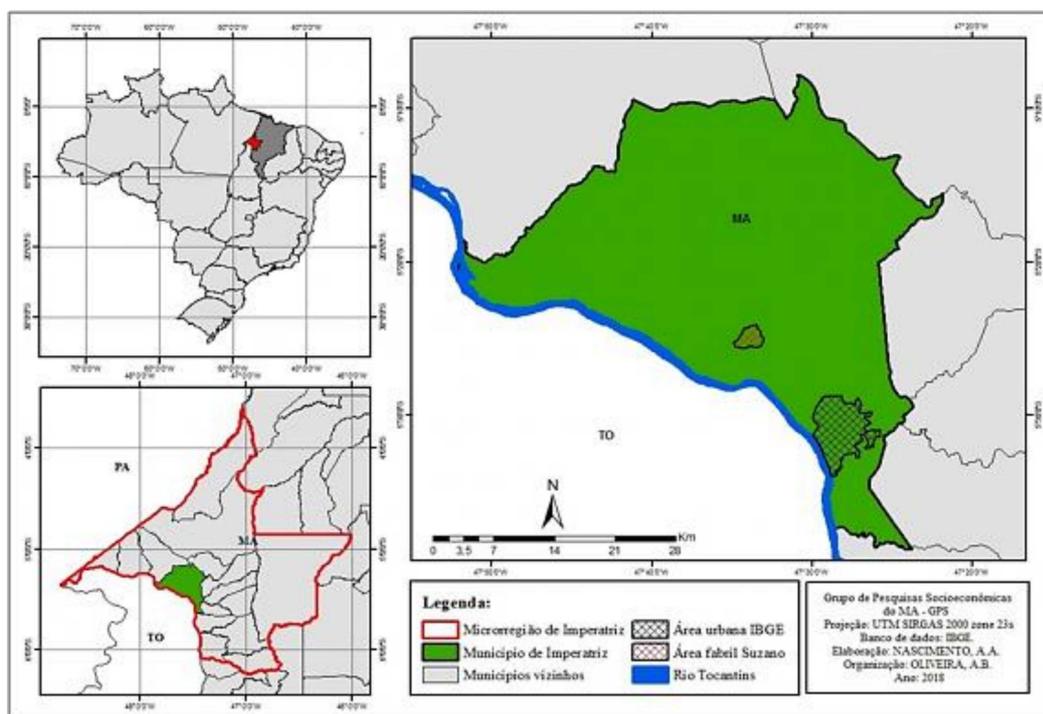


Fonte: Registrada pela autora.

Entretanto, antes de tratar da nova estruturação especial da escola, é pertinente, nesse momento, abrirmos um espaço para tratarmos do desenvolvimento de Imperatriz nesse momento histórico, já que esse aspecto foi fundamental para o crescimento estrutural e pedagógico da instituição.

Localizada às margens do Rio Tocantins e distante 629,5 km da capital, São Luís, Imperatriz é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, tendo completado 168 anos de fundação em 16 de julho de 2020. Geograficamente, faz fronteira com os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis e Governador Edison Lobão. Suas coordenadas geográficas são 5° 31' 32' latitude sul; 47° 26' 35' longitude a W Gr., com altitude média de 92 metros acima do nível do mar. Com cerca de 160 bairros e 1.367,90 km<sup>2</sup> de área total, a cidade de Imperatriz corresponde a aproximadamente a 0,46% do território do Estado do Maranhão. Porém, a cidade já possuiu área total de 13.352 km<sup>2</sup> em 1980, antes do desmembramento de outros municípios (figura 6).

Figura 6 - Localização do município de Imperatriz



Fonte: Oliveira e Nascimento (2018, p. 7).

Com aproximadamente 258.682 mil habitantes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), a cidade teve sua ocupação acelerada após a abertura das rodovias Belém-Brasília, que corta o oeste maranhense no território do município, da BR-226, que liga Teresina à Região Tocantina, e da BR-222, que liga a região do Mearim às terras devolutas do Alto Pindaré, o que permitiu mais fácil comunicação rodoviária entre Imperatriz e Belém, São Luís, Anápolis, Brasília, Goiânia, São Paulo, todo o Centro-Oeste e o Nordeste. Sobre esse processo, Santos *et al.* (2019, p. 117) colocam que:

A formação histórica de Imperatriz, no período compreendido entre 1960 e 1980, foi constituída por 'ciclos de desenvolvimento econômico'. Nesse sentido, atenta-se para os fluxos migratórios que, condicionados por esses diferentes 'ciclos de desenvolvimento econômico', contribuíram na dinâmica populacional do município de Imperatriz a partir da década de 1960. Especificamente sob o ponto de vista da dinâmica populacional, com base nos dados dos censos demográficos realizados entre 1960 e 1980, é possível perceber um surto de crescimento no município de Imperatriz. Em 1960 Imperatriz possuía uma população total de 39.169, em 1970 atinge 80.722 habitantes e em 1980a população total do município alcançou 220.079 habitantes (IBGE, CENSOS 1960, 1970, 1980). A magnitude apontada pelos dados populacionais de Imperatriz, no período entre 1960 e 1980, induz a acreditar que a maior parte da ocupação espacial daquele município ocorreu durante as décadas de 1970 e 1980. Esses dados levantam uma série de indagações, principalmente sobre a forma como se constituíram os fluxos migratórios a partir dos ciclos econômicos

responsáveis por essa ocupação populacional, bem como os fatores que contribuíram para incentivar a migração dos lugares de origem para Imperatriz.

Assim, Imperatriz apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km e forma com Araguaína em Tocantins, Marabá em Pará, Balsas e Açailândia em Maranhão uma importante província econômica. O município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Parauapebas), a mineração do Igarapé Salobro (Marabá/Parauapebas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, as indústrias guseiras (Açailândia), a indústria de papel e celulose Suzano (localizada na Estrada do Arroz) entre outros.

Santos *et al.* (2019) dividem esse processo em ciclos de desenvolvimento, sendo a imigração um dos fatores principais e a construção da rodovia Belém-Brasília sendo considerado o primeiro ciclo, pois representou a abertura dos fluxos migratórios, culminando com a chegada de pessoas de vários locais, ocupando então as terras maranhenses, surgindo os ciclos do arroz e da madeira. Santos *et al.* (2019, p. 127) apontam o ciclo do ouro como o marco mais significativo:

O ciclo do ouro é representado [...] pelo garimpo de Serra Pelada como o marco mais significativo desse período, que apareceu no final do ano de 1979 e foi considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo. Os efeitos causados ao município de Imperatriz foram caracterizados pelo esvaziamento durante o auge de Serra Pelada, com a saída as pessoas principalmente da agricultura para a região de extração, transferência de recursos financeiros de empreendimentos para custear o garimpo e o fornecimento de produtos necessários para a sobrevivência dos garimpeiros.

De fato, o processo de migração em Imperatriz tem suas especificidades, como relatam Santos *et al.* (2019, p. 131):

Os movimentos migratórios para Imperatriz foram se definindo e se redefinindo observando que eles aconteceram inicialmente tendo Imperatriz como uma passagem destacada pelo porto, ou seja, uma via de acesso para os castanhais de Marabá (PA). Com o fim da exploração da castanha, iniciou-se em Imperatriz o ciclo do arroz que se expande com a rodovia Belém-Brasília, desse modo as configurações do espaço produtivo foram se constituindo, com o migrante dono de uma pequena propriedade; o migrante trabalhador na pequena propriedade e o migrante proprietário dos meios de produção mais importante daquela época (ferramentas, equipamentos, suprimentos e estrutura de comercialização). A estrutura e superestrutura assumiram formas derivadas da formação econômica do Nordeste, promovendo um crescimento concentrado da riqueza.

Tais movimentos se consolidam por meio dos dados do IBGE (2019), nos censos demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980. A cidade de Imperatriz, na década de 1950, tinha 14.064 habitantes, sendo 1.630 urbanos e 12.434 rurais. Na década de 1960, a população total era de 39.169 habitantes, sendo 8.987 urbanos e 30.182 rurais. Na década de 1970, a população total sobe para 80.722 habitantes, sendo 34.709 urbanos e 46.013 rurais e na década de 1980, o total da população era já era de 220.469 habitantes, sendo 111.818 urbanos e 108.651 rurais.

Sobre esses dados e os processos migratórios, Martins e Santos (2012, p. 6) enfatizam:

“[...] com a construção da rodovia Belém-Brasília, o fluxo migratório acelerou-se, tomando o lugar do que antes era a via do rio Tocantins. A instituição da rodovia propiciou a migração de várias famílias vindas de diversos estados brasileiros, como paulistas, goianos, mineiros, paranaenses e gaúchos, entre outros. Ainda ratificam que a produção e extração de madeira foi outro grande fator de atração do fluxo migratório, porquanto a acessibilidade com outros mercados, a exploração vegetal descontrolada e em abundância, propiciava aos olhos dos madeireiros e moveleiros, sinais de bons negócios e prosperidade”.

Podemos perceber que é neste processo migratório que a Escola Santa Teresinha cria raízes sólidas não só no meio educacional, como também no político e no social, deste modo demarcando espaço e fazendo história. Com isso, a construção da sede própria, bem como posteriormente sua reestruturação tem como objetivo atender essa crescente demanda populacional.

Um dos acontecimentos que fazem parte do processo histórico da escola, sendo decisivo para a edificação da sede própria, foi a vinda no dia 25 de janeiro de 1961 do então Presidente da República Juscelino Kubitschek, para a inauguração de um trecho da *estrada da integração nacional*, a tão sonhada Belém-Brasília. Ele foi recepcionado pelas autoridades políticas e eclesiásticas da cidade, dentre elas a diretora da Escola Santa Teresinha Irmã Glória Maria, que nesta cerimônia conseguiu entregar ao então Presidente uma carta pedindo repasses federais que eram destinados as Instituições Filantrópicas, e que naquele momento tinham sido cortados em todo território nacional. Sobre este momento, há um depoimento dado pela Irmã Glória, coletado por Silva e Castro (2004, p. 50):

Obtive licença de falar com ele por intermédio do tenente-coronel, que veio preparar sua passagem na cidade. Nesta ocasião lhe ofereci um ramalhete de flores e um pergaminho. Quando falei com ele, prometeu-me que

atenderia com máximo prazer. E cumpriu. Antes de quinze dias recebi um telegrama do Gabinete do Presidente autorizando uma das verbas de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Nos salvou daquele aperto.

É oportuno mencionar que a Constituição de 1937 previa a destinação de recursos financeiro às escolas particulares, com o intuito de ajudá-las na manutenção. No entanto, com as dificuldades econômica do Brasil, essas verbas estavam sendo comprometidas, principalmente, na década de 60. Alves (2009, p. 73) reitera: “Esse dispositivo legal do repasse de verbas públicas para a escola privada, subsiste hoje na Constituição, mas inexistente na prática e nunca chegou a ser devidamente regulamentado”.

Ainda sob o aspecto da relação entre o crescimento do município e a consolidação da escola Santa Teresinha, Silva e Castro (2004, p. 82) trazem a fala da professora Edelvira Marques:

Chega a rodovia Belém-Brasília. A cidade ressurgiu e, para liderar a Escola Santa Teresinha, Deus envia a irmã Glória. É criado então o Normal Regional em quatro anos. O prédio da escola torna-se insuficiente, mas atrás com frente para a rua Coronel Manoel Bandeira, há um grande terreno vago. Irmã Glória inicia, corajosamente, a construção de um novo prédio. Todos ajudam na construção, a escola recebe auxílios através do amigo Henrique de La Roque e outros políticos, como Freitas Filho. O prédio que parecia um sonho torna-se realidade e logo fica lotado.

É verdade que as nuances que envolveram e envolvem a história da Escola Santa Teresinha são descritas de forma imbricada com a própria história da cidade e que vai além do seu caráter propedêutico, como veremos com mais detalhes no Capítulo 4, quando iremos tratar do envolvimento da Escola com a vida social e cultural da população imperatrizense. No entanto, é importante também dedicar alguma atenção às Irmãs Capuchinhas fundadoras da Escola.

### **3.2 As Irmãs fundadoras da Escola Santa Teresinha**

Na historiografia sobre a chegada das irmãs capuchinhas em Imperatriz é sempre mencionado que este evento foi muito comemorado pela sociedade da época que esperavam que, com o trabalho missionário, algumas mazelas da saúde e educação fossem sendo minimizadas. No entanto, sobre esta chegada existem divergências de data, entre o que nos diz a historiografia e o registro feito no Livro de Tombo da instituição.

Silva e Castro (2004, p. 26) colocam que as irmãs missionárias capuchinhas Judith Maria de Fortaleza, Águeda Maria de São José e Eleonora Maria de Quixeramobim chegaram em Imperatriz no dia 24 de julho de 1924, a bordo da pequena lancha Boa Nova. Porém, no Livro de Tombo (1926-1945, p. 2) está escrito que: “Aos 24 de julho de 1926 chegaram a esta cidade de Imperatriz as venerandas Irmãs Judith Maria de Fortaleza; Águeda Maria de S. José e Eleonora Maria de Quixeramobim, destinadas pela Santa Obediência a fundarem uma casa religiosa e uma escola para alunos de ambos os sexos”.<sup>6</sup>

Sobre essas divergências, vale pontuar ainda que nos documentos oficiais da escola, como a Proposta Pedagógica de 2020, é confirmado que “[...] o marco inicial da fundação da Escola foi dia 03 de agosto de 1924, quando aqui chegaram as primeiras IRMÃS CAPUCHINHAS”. Vamos nos deter, a seguir, nas principais informações que dispomos sobre essas irmãs fundadoras (ESCOLA SANTA TERESINHA, 2020, p. 31)

**- Irmã Águeda Maria de São José (Severina Maria Guedes - \* 12.02.1885 - + 01.12.1966)**

De acordo com os relatos, Irmã Águeda tinha personalidade marcante e decidida e muito cedo decidiu-se pela vida religiosa, vocação assumida aos 18 anos. Quando ingressou na Congregação Religiosa Capuchinhas, deixou seu legado como serva de Deus, como descrito:

Órfã, na tenra idade, teve por lar o orfanato das Irmãs Filhas da Caridade. Aos 18 anos, decidiu-se pela vida religiosa. Foi das primeiras Religiosas Capuchinhas e integrou a terceira turma de noviças, a 19 de março de 1907, em Santo Antônio do Prata e, com grande ufanía, contava haver recebido o hábito, das mãos do fundador, por quem mostrava a mais profunda e filial veneração. Contando quase sessenta anos de vida religiosa, octogenária, deixou-nos, Irmã Águeda, o exemplo de vida totalmente doada ao serviço de Deus e dos irmãos (SILVA; CASTRO, 2004, p. 68).

Silva e Castro (2004, p. 68) citam, em sua obra, a contribuição da Irmã Águeda como educadora nos educandários de Canindé, Turiaçu, Imperatriz, Barra do Corda, Anil e Caxias, citando ainda que “[...] nestas casas, também exerceu o ofício de organista (pessoa que toca órgão); aos 61 anos, deixava o campo

<sup>6</sup> Ver nota de rodapé 2 do capítulo 3

missionário e, por quase duas décadas, integrou a fraternidade da Casa Coração Imaculado de Maria.”

**- Irmã Eleonora Maria de Quixeramobim (Raimunda Nonata de Oliveira – \* 31.08.1902 - + 09.12.1972).**

Irmã Eleonora tinha como marca o sorriso farto que expressava sua alegria em ser uma Serva de Deus, alegria representada pelo seu jeito de cuidar dos mais necessitados. Tendo iniciado sua vida religiosa no Anil, tinha como seu guia espiritual Frei Marcelino de Milão. Sobre esta serva de Deus é relatado:

Fez o apostolado e o noviciado no Anil. Professando, foi para Imperatriz onde, durante treze anos, expandiu seu zelo apostólico, muito embora seu pesado ofício – a cozinha – poucas chances lhe oferecessem para uma atuação direta. Aí, no seu ofício, fazia tudo com gosto, variando a alimentação para agradar a todos. Procurando, sempre, ajudar os pobres. Mais tarde, trabalhou no Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, em Fortaleza, no Leprosário Antônio Justa, em Maracanaú e no Lar do Menor, em João Pessoa, onde se desvelou pelas crianças, apesar da dor de cabeça que o barulho destas provocava. Piedosa e ativa, Irmã Eleonora procurava imitar o Seráfico Pai, harmonizando oração e trabalho, sem que este sobrepujasse aquela. Sempre se mostrou alegre e feliz, responsável e dedicada. Nos recreios, era alegre, bem humorada, brincalhona, dançava, discutia política, contava história dos frades e das Irmãs e não deixava ninguém quieta. (SILVA; CASTRO, 2004, p. 79).

**- Irmã Judite Maria de Fortaleza (Isaura da Costa Rodrigues - \* 14.06.1893 - + 07.07.1983).**

De acordo com Silva e Castro (2004), irmã Judith, sempre apresentou um espírito de oração, tendo entrado para a Congregação ainda muito jovem, aos 21 anos de idade, contribuindo imensamente com as ações desenvolvidas pelas irmãs capuchinhas. Seu apostolado foi exercido primeiramente nas prelazias, especificamente em Grajaú, Barra do Corda e em Imperatriz. Por ser tão dedicada na missão, logo se tornou amada por todos/as chegando a ser chamada a *mãe dos sertões*. Sobre o apostolado consta:

Irmã Judite, durante longos anos, exerceu apostolado, nas prelazias, em Grajaú, Barra do Corda e Imperatriz. Quer como simples Irmã, quer como superiora, foi sempre muito dedicada, caridosa, incansável, amante do próprio dever, que procurava executar, como verdadeira Irmã Menor, pois o espírito de oração impregnava todo seu viver. Oração e sacrifício, eis o lema, ao qual se resume sua vida tão cheia de méritos. Aí, na missão, Irmã

Judite sentia-se realizada, feliz, muito embora a realidade fosse desafiadora e difícil (SILVA; CASTRO, 2004, p. 81).

**- Irmã Júlia Maria de Barra do Corda (Maria José Varão - \* 18.11.1901 - + 19.10.1995).**

Nas narrativas, Irmã Julia é descrita como uma missionária autêntica, pela sua gentileza, sensibilidade e disponibilidade em servir a Missão. Determinada percorria as cidades pertencentes a prelazia de Grajau a cavalo, a pé, nas matas, atravessava igarapés, nos barcos ou canoas.

Missionária autêntica, percorria o interior do Maranhão: Imperatriz, Turiaçu, Grajaú, Presidente Dutra, na época em que não havia transporte a não ser de animais de montaria. Andava a cavalo, a pé, nas matas, atravessava igarapés, nos barcos ou canoas, sem medir as consequências que poderia causar à saúde, tal qualidade de vida. A Missão, o povo estava acima de tudo. Superava, com dedicação as dificuldades e comungava com suas irmãs suas lutas e angústias (SILVA; CASTRO, 2004, p. 82).

Sobre sua origem, Silva e Castro (2004, p. 96), citam que:

Irmã Júlia nasceu e viveu sempre no Maranhão, terra e gente que mereceram o seu serviço e o seu amor. Foi imensa sua dedicação, sobretudo na Educação, nas Escolas pobres, nascentes no interior do Estado. Lá estava Irmã Júlia, inteligente, dinâmica, com seu português bem pronunciado, claro, convincente, impulsionando a instituição que se esboçava, pequena, para ser, mais tarde, escola padrão do lugar. Dava as aulas com muito amor, ajudando os alunos a discernir sobre o sentido da vida e descobrir os valores das pessoas. Como, naquela época, as turmas de meninos e meninas eram separadas, Irmã Júlia, com seu jeito forte e enérgico, optava por ficar com os meninos, a quem orientava com esmero e eficiência, mas, também, com dose certa de ternura. Pessoa humilde transparente, de oração e de forte experiência de Deus, procurava estar sempre nos atos comuns, ajudando a fraternidade a ser grupo de amor e de vida. Tinha muita sensibilidade para com as pessoas, alimentava boas amizades, recebia muitas visitas.

Irmã Julia, mesmo como uma idade avançada, ainda fora responsável pelo serviço da Procuradoria das casas e escolas dos municípios, ou seja, era responsável por resolver situações administrativas em São Luís, já que neste tempo tudo era centralizado na capital. Dentre suas obrigações, podemos citar: contratos, nomeações e pagamento de salários.

Sobre as irmãs, a ex-aluna e ex-professora Alzira Herênio Medlig, diz que “[...] elas, além de religiosas pioneiras em nossa cidade, foram também educadoras excelentes. São honestas e vencedoras! Moças dedicadas que trabalharam muito

por esta terra” (SILVA; CASTRO, 2004, p. 96). Alzira narra ainda, outro fato que irá consolidar as características individuais das irmãs e, principalmente, da Irmã Júlia:

Todas as irmãs eram muito alegres e brincalhonas, mas a irmã Júlia era muito fechada e zangada. Como nós éramos muito crianças, e criança é bastante atentada, nós nos combinávamos para zangá-las. Então a gente falava um para o outro: vamos colocar cisco dentro do pote? Então a gente pegava as canecas sujas e jogava dentro do pote. A irmã Júlia via, brigava tanto e gente ficava sorrindo achando graça (SILVA; CASTRO, 2004, p. 96).

### **3.3 O ensino confessional: educar evangelizando, evangelizar educando**

E a caminhada prossegue; houve pés que sangraram nos espinhos do caminho; houve corações que se alegraram, outros que partiram nas durezas da estrada. Mas a Escola Santa Teresinha prossegue e prosseguirá através dos tempos para a felicidade de Imperatriz, cumprindo, com retidão, sua missão de educar evangelizando e evangelizar educando. Edelvira M Marques, ex-aluna e ex-professora da Escola Santa Teresinha. (SILVA; CASTRO, 2004, p. 96).

Fazemos uso das palavras citadas no depoimento da escritora e historiadora Edelvira Marques, dado a Silva e Castro (2004, p. 96) “[...] para introduzir os princípios pedagógicos da escola, a partir da sua fundação, tendo como norteadores alguns questionamentos que serão respondidos ao longo desse texto: Quais nossas origens? O que somos? Onde queremos chegar?”.

Vamos ao primeiro questionamento. A Escola Santa Teresinha é fruto da missão evangelizadora da Congregação das Irmãs Capuchinhas, presente em vários estados.

A escola era parte integrante da missão dos padres capuchinhos, que marcaram presença na região a partir de 1910. A Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas não escolheu Imperatriz por ser uma grande cidade, pois na verdade só existia duas ruas. Elas tinham uma visão que ia além daquela pequena cidade e perceberam que o local era estratégico a partir de onde poderiam atender as cidades vizinhas, especialmente as famílias dos fazendeiros locais, por ser um ponto de convergência regional. (SILVA; CASTRO, 2004, p. 19).

Um detalhe chama atenção nesta citação Silva e Castro (2004, p. 19) “A escola era parte integrante da missão dos capuchinhos [...]” ou seja, seria um importante meio para irradiar a fé católica. Relembremos então que havia uma preocupação com a ação protestante no Estado, bem como a manutenção da supremacia católica.

Assim, nas regiões interioranas percorridas pelos capuchinhos italianos no final do século XIX e início do XX, a carência de instrução era patente e o analfabetismo representava uma barreira para a catequese, fazendo com que eles chegassem aos lugares e edificassem uma igreja e uma escola – ou uma igreja e uma escola funcionando dentro dela iniciativa repetida nos estados do Piauí, Ceará e Pará, conforme atesta a historiografia da ordem. (NEMBRO, 1998 *apud* CUSTÓDIO, 2015, p. 15).

Neste embate religioso, as escolas fundadas pela Congregação tinham uma organização pedagógica pautada nos ensinamentos rígidos da Igreja Católica, ou seja, de caráter confessional. Sobre o ensino confessional, vale lembrar que mesmo com a Proclamação da República, ainda era mantida nas escolas o uso do catecismo, tendo como fim a continuidade do catolicismo, por meio da formação intelectual e moral dos futuros seguidores da fé católica. Alves (2009, p. 72) reafirma a importância da escola confessional para o alargamento do atendimento educacional no Brasil, nomeadamente, nos locais mais longínquos desta nação, onde por ineficiência de ações públicas, o acesso à educação não existia:

A escola confessional, de denominações variadas, desde tempos imemoriáveis, foi sempre secundada, ainda que em número reduzido, por iniciativas de leigos e mestre-escola que, muitas vezes em suas próprias casas, levavam o conhecimento das primeiras letras às crianças dos mais recônditos rincões deste extenso território. Os exemplos pululam. Ao fazerem de tais iniciativas seu ganha pão não descuravam do ideal magnânimo de forjar valores nas futuras gerações. Algumas vezes ações desta natureza ocorriam de modo improvisado e desprezioso, quase caseiro e familiar, mas não menos revestidas do elevado ideal de instruir a infância, alçando-a do obscurantismo da ignorância. Assim, muitas crianças puderam prosseguir seus estudos, tornando-se figuras de proa em todas as áreas da vida nacional.

Essa vertente do ensino confessional, na Escola Santa Teresinha, é consolidada pelos fundamentos que embasam sua proposta pedagógica.

A proposta educacional revela sua identidade como ESCOLA CATÓLICA e, como tal, quer ser um centro irradiador de formação intelectual, moral, social, política e religiosa, campo de missão, para a vivência do carisma franciscano, como testemunho dos valores do REINO, como fraternidade aberta aos problemas do homem, da igreja e do mundo, à luz do evangelho, das Orientações da Igreja e das Leis Educacionais (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 10).

Enfim, essa proposta foi o norte da educação desenvolvida na escola, desde a formação da primeira turma, em 1926. Todos os acontecimentos relacionados a escola envolviam, no início ou no final, rituais católicos, como citado no Primeiro Livro de Tombo da escola (1926-1945, p. 2) “Aos 10 de janeiro de 1927, após a S.

Missa para esse fim celebrada, abriu-se a matrícula da Escola Santa Teresinha do Menino Jesus.”

Ainda como exemplo desta vertente confessional da escola, a senhora Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora) alude que:

*“[...] resumindo, as irmãs (professoras), preparava a gente nos aspectos sociais, culturais, interpessoal, as missas eram ensaiadas na Escola, a gente cantava em latim. (Neste momento da entrevista, a mesma emocionada canta um trecho da missa em latim, chegando a se emocionar)”*.

Nesse momento, vale a pena fazer um parênteses sobre a questão do ensino confessional, que teve sua maior influência no Brasil Império, sendo efetivado nas escolas pela Legislação de 15 de outubro de 1827, que no seu artigo 6 deixava claro que:

[...] os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrado, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRAZIL, 1827).

Este modelo de ensino perdurou ao longo do Império, tendo os ensinamentos da religião católica como eixo indicador da formação dos estudantes. Junqueira e Kluck (2017, p. 255) afirmam que: “[...] a perspectiva confessional tem a missão de ensinar verdades religiosas e morais que são fundamentais para a salvação das pessoas e da sociedade”. No entanto, a fundação da Escola Santa Teresinha se deu no início do século XX, no Estado Republicano, onde aconteceu o rompimento Estado/Igreja, tendo como bandeira *a laicização da Educação e a neutralidade escolar*.

Como resultado destes movimentos a educação passa ser oficialmente de caráter neutro, como explicita a Constituição Federal de 1891, no artigo 71, parágrafo 6º: “[...] será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRAZIL, 1891).

Quanto as estratégias de alfabetização, trazemos um trecho da fala da Senhora Alzira Milhomem, em entrevista à autora:

*“[...] eu me lembro bem da minha infância eu estudando o ABC, pois era o ABC que estudávamos naquele tempo, aí depois passei para... (buscou na lembrança) como se chama depois do ABC?...lembrei! Eram as cartilhas, não tinha períodos, tipo 1º período e 2º período...era primeiro o ABC, segundo a cartilha e depois o primário (1º ano). Quando estudávamos na cartilha fazíamos muita caligrafia, cadernos apropriados e muitas vezes já escritos com frases e palavras para a gente continuar escrevendo, outros era para cobrir para melhorar as caligrafias que eram feias”.*

Quanto ao segundo questionamento sobre *o que somos?*, encontramos algumas respostas no Primeiro Livro de Tombo da escola (1926-1945). Neste caso, representa a razão de ser da escola, de acordo com o cenário histórico, social e político de cada época, *servir pessoas, famílias e instituições, atendendo suas necessidades educacionais, com qualidade e dedicação, educando vidas.*

Essa perspectiva sempre esteve presente na trilha seguida pela escola, a partir de sua gênese, adequando-se a realidade de cada época, buscando se reinventar não tão somente na sua estrutura pedagógica, como também na expansão do seu espaço físico, como já detalhada anteriormente no item 3.1 (Cenário histórico da implantação da escola). Podemos também citar como exemplo a criação da Turma de Normal Regional, criada para atender a demanda social da década de 1960, com a formação de normalistas para ministrar aulas do 1ª a 4ª série.

Inerente a criação da primeira turma de Normal Regional, voltamos a recorrer a fragmentos dos depoimentos das entrevistadas. A senhora Domingas Machado Batista (entrevista à autora), conta que *“[...] estudei na escola Santa Teresinha na primeira Turma de Normalista, onde era composta por disciplinas pedagógicas, sendo que as moças que ali se formavam já tinham emprego garantido para ministrarem aulas para as crianças do ensino primário da Escola”.*

Já a senhora Evane Santos Ferreira (entrevista à autora), informa que *“[...] conclui o Curso Normal Regional em 1964, lembrando de forma gratuita, assim que me formei, já comecei a trabalhar na própria escola, onde iniciei minha trajetória como profissional na área da educação”.* Trazemos ainda a senhora Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora): *“[...] terminei o Normal Regional em 1962”,* alegando ainda que *“[...] estudavam treze disciplinas”.*

Precisamente neste ponto, é nítida a confluência das lembranças de cada entrevistada, mostrando o entrelaçamento da escola com a sociedade, ao formar

profissionais que iriam suprir a necessidade de professores/as da época, demanda esta, que era assistida pelo Estado. Essa confluência remete aos mecanismos de constituição de uma memória coletiva construída a partir de fragmentos de memórias individuais, como afirma Borges (2013, p. 2):

Halbwachs (1990) nos diz que a memória coletiva, nada mais é, do que a participação da memória individual de cada sujeito para com o fato, segundo o mesmo autor, 'diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva'. (1990, p. 51). A memória é o reconhecimento que é imediato, é a forma do passado agir no presente. Halbwachs (1990) nos aponta que a partir das vivências em grupo, a memória pode ser reconstruída

Por fim, o terceiro questionamento - Onde queremos chegar? - refere-se à visão de futuro da escola, significando que a mesma sempre buscou ser uma referência cristã, aliando as transformações culturais e tecnológicas, com seus ensinamentos tradicionais e regras disciplinares.

### **3.4 Propostas pedagógicas: metodologias de ensino e aprendizagem**

Uma fonte importante para a compreensão dos processos educativos utilizados na Escola Santa Teresinha, bem como sua função social, é a obra de Silva e Castro (2004), que traz o depoimento da ex-aluna e ex-professora Evane Santos Ferreira (a qual também entrevistamos para essa tese), que relata o seguinte: *“Na minha vida e na de minha família eu tenho um sentimento de gratidão, porque tive a graça de estudar sem pagar, tanto que meus filhos/as estudaram na Escola Santa Teresinha até terminar o ginásio, alguns com gratuidade e outros com meia bolsa”*.

Notável é que o ensino ali praticado estava presente no cotidiano do fazer pedagógico da escola, partindo da rigidez com o uso do uniforme escolar, do horário de entrada e saída nos diferentes níveis de ensino, assim discriminado: para o Primário, as aulas aconteciam pela manhã, com entrada às 07h30 e saída às 11h30; para o Ginásio, entrada às 13h30 e saída às 17h30. Não era permitido nenhum tipo de desobediência, pois caso acontecesse a aplicação de castigos físicos era garantida.

Sobre os distintos níveis de ensino, mostramos no quadro 5 uma sistematização quanto a cronologia (entre os primeiros anos e a década de 1970) em que ocorreram e quem era a clientela preferencial.

Quadro 5 - Organização do ensino na Escola Santa Teresinha (1926-1971)

NÍVEL	PERÍODO	CLIENTELA
Primário	1926 a 1961	Mista: meninas frequentavam as aulas de manhã e meninos à tarde.
Jardim de infância	1948	Mista: Meninos e meninas “bem separados”
Primário	1962 a 1971	A escola é equiparada às Escolas Estaduais, e a partir de 1971 meninos e meninas começavam a estudar na mesma sala.
Secundário – 1º ciclo/ginasial	1961 a 1971	Curso Normal. Equivalente ao ginásio. Com disciplinas pedagógicas complementares.

Fonte: Adaptado de Custódio (2017).

Com efeito, no ensino catequético havia uma grade de estudos onde constavam vários tipos de oficinas que envolviam teatro e poesia e, aos sábados, aulas práticas de bordado, crochê, cerâmica, pintura e técnicas agrícolas. A professora e historiadora (e ex-aluna da escola), Edelvira Marques, retrata fielmente o objetivo daquele tipo de ensino:

A Escola Santa Teresinha tem para com a sociedade imperatrizense uma relação de sinceridade, compromisso com a educação e espiritualidade católica. Os conteúdos disciplinares apresentados, a exigência quanto ao cumprimento das normas estabelecidas, fazia com que a juventude encontrasse apoio para seu desenvolvimento (SILVA; CASTRO, 2004, p. 82).

Esse compromisso com *educação e espiritualidade* é visível no Marco Filosófico da *Escola Educação Humanista, Cristã e Libertadora*, pautada nos seguintes princípios:

1. Ajustar o educando à sociedade atual que vive e prepara-lo para a sociedade de amanhã da qual será elemento de participação ativa e direta. 2. Ser sinal e testemunho da IGREJA, no campo educacional. 3. Ser verdadeira comunidade, formada por todos os elementos que a integram; 4. Estar aberta ao diálogo. 5. Propor-se a uma educação libertadora, criadora, existencial e, profundamente renovadora, tendo em vista o HOMEM NOVO, para uma SOCIEDADE NOVA, e para a IGREJA. (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 8).

Lembramos que, como a escola pertence a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, os marcos são os mesmos das demais escolas pertencentes a essa ordem religiosa, situadas no Norte, Nordeste e Centro-Leste do Brasil, ou seja, suas ações pedagógicas deverão ser operadas seguindo esses mesmos princípios norteadores:

A. Desenvolver uma educação formal que seja HUMANISTA, CRISTÃ, CATÓLICA E LIBERTADORA. B. Proporcionar uma educação eficaz que capacite o educando a integrar-se no seu meio como AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO. C. Oferecer clima de ACOLHIMENTO, ALEGRIA, CORDIALIDADE, SIMPLICIDADE E CONTEMPLAÇÃO, traços fundamentais do nosso carisma capuchinho. D. Desenvolver em todas as pessoas integradas em nossas ações educativas o SENSO CRÍTICO, a AUTONOMIA, o ESPERÍTO DE UNIDADE, a PARTICIPAÇÃO e a COMUNHÃO. E. Educar NA e PARA a JUSTIÇA. F. Desenvolver nos educadores e nos educandos o AMOR À VIDA, À IGREJA e aos MAIS POBRES. G. Promover o leigo, para que assuma sua posição, nas escolas, como EDUCADOR CRISTÃO. (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 8).

Tais princípios servem de base para estas ações desde a fundação da escola, em 1924, sendo aprimorados de acordo com as mudanças na sociedade, mormente, no que tange as tendências pedagógicas usadas no desenvolvimento do fazer pedagógico em sala e extra-sala, significando que seus princípios são sólidos e repassados de geração a geração.

Sobre o fazer pedagógico em sala e extra-sala, trazemos as falas de algumas das entrevistadas:

*“Além da parte escolar, lá tinha teatro, (dramatização), as alunas criavam peças belíssimas, e as roupas (fantasias) eram feitas de papel crepom, aos sábados tínhamos aulas de boas maneiras”* (MOREIRA, Raimunda C., entrevista à autora).

*“As aulas eram o dia todo, a gente ia para o colégio umas sete horas e voltava umas onze para onze e meia, e a tarde tinha trabalhos manuais, (bordados) ministrado pelas irmãs. As turmas eram imensas, cerca de cinquenta alunos/as”* (MILHOMEM, Alzira, entrevista à autora).

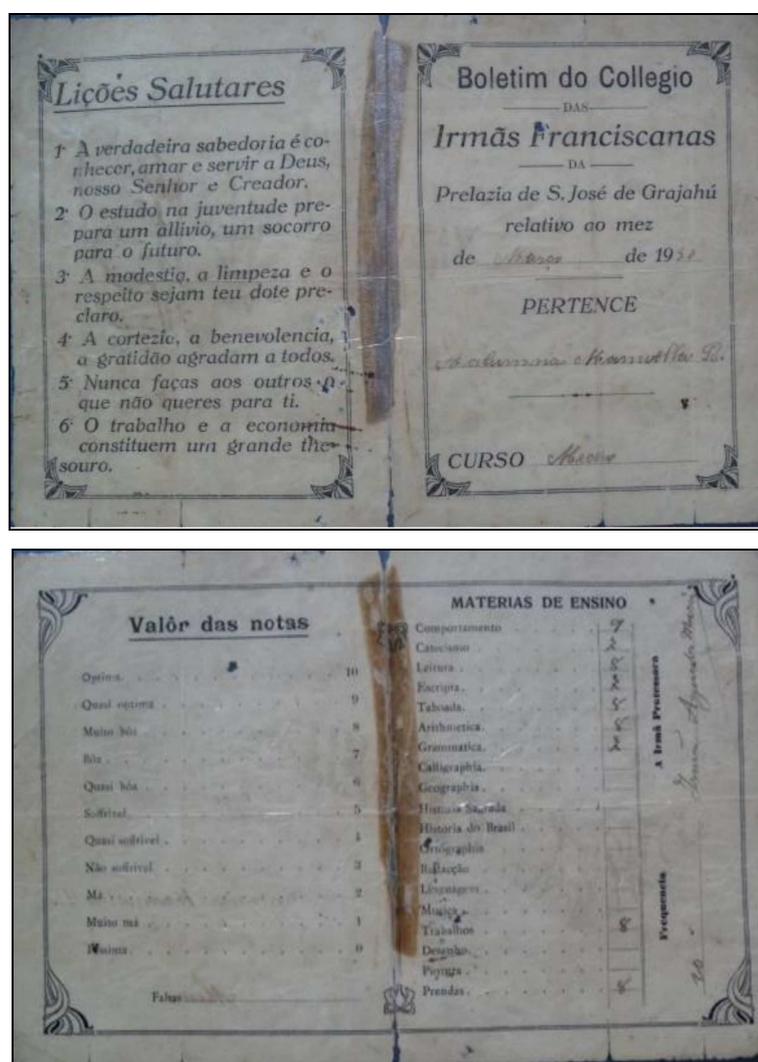
*“[...] as turmas tinham esta quantidade de alunos/as, porque era a única Escola da cidade e ainda atendia pessoas do Tocantins, Bela Vista que vinham de barco para estudar”* (MOREIRA, Raimunda C., entrevista à autora).

Todo esse conjunto de ações pedagógicas mencionadas revela uma proposta educacional inovadora, oriunda do movimento da Escola Nova, propondo uma formação integral, de acordo com a necessidade social da cidade. Questiona-se então essa questão social da cidade incluíam somente a formação de meninas?

### 3.4.1 Disciplinas ministradas

Com base no foi apresentado até o momento a organização curricular da Escola Santa Teresinha era feita de acordo com a legislação educacional de cada época e, principalmente, no direcionamento da Congregação. Nesse viés, podemos ter interessantes reflexões sobre as disciplinas ministradas, formas de avaliação e metodologias de construção de aprendizagens, analisando uma cópia de um boletim usado pelas escolas pertencente a prelazia de Grajaú (figura 7).

Figura 7 - Modelo dos primeiros boletins utilizados



Fonte: Entrevistada Manuela Barbosa, ex-aluna da Escola Santa Teresinha.

Legenda: Eram ainda nominados pela Prelazia de São José de Grajaú. O documento é do ano de 1937. O boletim relaciona o valor das notas às matérias de ensino.

Olhando para o boletim (figura 7) para se compreender melhor a organização curricular da escola, é relevante contextualizar o período histórico no que concerne

aos aspectos políticos, sociais e, principalmente, educacionais da época. Resumidamente podemos afirmar que vivíamos a força do *otimismo pedagógico* que, de certo modo, substituiu a força do *entusiasmo pela educação*, significando dizer que o primeiro tinha como preocupação o número de aumento de vagas nas escolas, uma expansão escolar, enquanto o segundo tinha um olhar direcionado aos aspectos didático-pedagógicos, que permearam o aprender e ensinar nas escolas entre 1920 /1930, do século XX.

Neste ponto, recorremos a Constituição Federal de 1934, que fixava o Ensino Primário como público e obrigatório, sendo incumbência da União a coordenação e fiscalização da sua efetivação em todo território nacional. A duração do Ensino Secundário se elevou para sete anos (cinco no curso fundamental e dois no curso complementar). Na Constituição, ainda era previsto que as disciplinas a serem ministradas, no Ensino Primário, deveriam ser assim divididas:

Quadro 6 - Organização das disciplinas no Ensino Primário, pela Constituição de 1934

ÁREAS	DISCIPLINAS
HUMANIDADES	Português, latim, línguas estrangeiras modernas (francês, inglês e alemão)
MATEMÁTICA	Aritmética, álgebra e geometria.
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Física, química e história natural
ESTUDOS SOCIAIS	História da civilização geral, da América e do Brasil; Geografia geral e do Brasil; e Educação Artística.

Fonte: Adaptado de Silva e Paixão (2011).

Sobre essa organização curricular, bem como a estrutura do ensino, as autoras Silva e Paixão (2011, p. 85), acrescentam:

1. O programa de cada disciplina servia para todo o país, com as respectivas instruções metodológicas.
2. O preparo para o ensino primário continuou através do sistema de escolas normais.
3. O Estado Novo se desincumbiu da educação pública, assumindo o papel tão somente de subsidiário.
4. Nesse mesmo período começou a ser emitida uma série de decreto leis, as Leis Orgânicas do Ensino, chamadas de Reforma Capanema.
5. A reforma Capanema também oficializou o dualismo educacional consagrado na Carta de 1937, organizando um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às elites e um ensino profissionalizante para as classes populares.

É nítido, neste recorte histórico, que até a Reforma Francisco Campos, não existia no nosso país uma política nacional de Educação, apenas pequenos ensaios sem nenhuma sustentação legal. Posto isto, retornemos a Escola Santa Teresinha, que organizava sua matriz disciplinar baseada na estrutura da época, como podemos perceber no quadro 7 (o boletim de notas de 1937, mostrado na Figura 7).

Quadro 7 - Organização do ensino na Escola Santa Teresinha (1926-1971)

QUADRO DE DISCIPLINAS				
LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	DIVERSIFICADO
Leitura	Tabuada	História Sagrada		Comportamento
Escrita	Aritmética	História do Brasil		Catecismo
Linguagens				Música
Ortografia				Trabalho
Gramática				Desenhos, pintura e prendas.
Redação				Prendas doméstica

Fonte: Elaborado pela autora, com base na entrevista de Manuela Barbosa, ex-aluna da Escola Santa Teresinha.

Observando o quadro podemos evidenciar que o ensino praticado na escola, envolvia desde o ensinar a ler, escrever e contar até outros aspectos de uma formação integral. É importante frisar que a escola, por um período longo, atendia somente o Ensino Primário e, posteriormente, o Jardim de Infância, porque estas eram as demandas da sociedade da época. Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 75) elencam que, ao pesquisarmos as instituições escolares, é relevante:

[...] destacar outro dispositivo, considerado importante na transmissão da cultura escolar: as disciplinas escolares. Afinal o que as disciplinas transmitem? Qual o currículo que é normativo e quais são suas finalidades? Como se configuram os programas de ensino? Que saberes são transmitidos? Por que são transmitidos? Quem os determinam? Estes e outros questionamentos instigantes diante de uma instituição educativa merecem nossa atenção.

Analisando, então, as disciplinas oferecidas, algo chama a atenção: será que todas eram oferecidas da mesma forma para meninos e meninas? Custódio (2017, p.12) explica:

Em meio a esse tipo de educação, pode-se verificar uma nítida distinção de formação para meninas e meninos, segundo sua posição de gênero. Contudo, fossem meninas ou meninos, aprendiam o catecismo católico e, embutida nele, a moral dos bons costumes, com ênfase para a obediência aos pais e demais autoridades, até porque a regra franciscana valorizava sobremaneira a prática dessa atitude entre seus membros e agregados. As meninas, além do ensino 'das letras e das ciências', aprendiam a fazer serviços de mulher, como trabalhos de agulha e linha, e eram incentivadas a participar de associações, como das Filhas de Maria, que ensinavam as devoções marianas, inculcando valores de pureza e abnegação feminina. Afinal de contas, era preciso formar mulheres castas, dóceis e submissas aos homens da casa, da Igreja e da sociedade; se seguissem carreira religiosa, deviam ser subordinadas também às madres superioresas, que encarnavam o poder masculino.

Sobre as particularidades descritas na citação encontramos registros do dia 31 de maio de 1935 no Livro de Tombo da escola (1926-1945, p. 32): “Encerramos o mês de Maria, havendo procissão, oferta dos corações pelas filhas de Maria e de flores pelas meninas do Colégio S. Teresinha do M. Jesus.”

Neste caso, os saberes trabalhados estavam fundamentados em preceitos religiosos, tradicionais, sustentados em regras rígidas de comportamento, regras estas impostas para professores/as e alunos/as. Reafirmamos que esta prática rígida é a marca da escola, como consta no depoimento da historiadora e ex-aluna Edelvira Marques (SILVA; CASTRO, 2004, p. 10): “Por ser exigente, com disciplina e comprometida, a Escola Santa Teresinha fez nascer em Imperatriz uma mentalidade diferente a partir de trabalho persistente e perseverante acerca de comportamentos, cultura e costumes”.

Sobre o regime disciplinar da escola<sup>7</sup>, a senhora Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora) lembra-se;

*“[...] nós também recebíamos castigo, ficávamos em baixo do relógio, em pé quando fazíamos coisas erradas, era um relógio bem grande (lembram as irmãs ao comentarem sobre o tamanho do relógio) que ficava localizado no pátio da escola para marcar as horas [...] daí se o aluno fazia algo errado, já sabia, ficava em baixo do relógio [...] era uma forma de nos expor, uma humilhação, tinha também o quarto escuro mais nenhuma de nós chegou a conhecer, só ouvimos falar”.*

É oportuno mencionar que, quando questionadas sobre o regime disciplinar da escola, as sete entrevistadas guardam em sua memória o relógio e sua representatividade, porém não como algo traumatizante e sim como uma forma

---

<sup>7</sup> Ver também a tese de Teixeira (2018), sobre o controle sociomoral, em estudo sobre o Colégio São José, Caxias, Maranhão, também administrado pelas irmãs da CIMC.

correta de ensinar da escola. Assim, Domingas Machado Batista e Francisca Paixão Machado (entrevista à autora) destacam que: “[...] a escola sempre foi pautada na religiosidade, na evangelização, com disciplina rígida. A sua disciplina e organização são os marcos de uma instituição de ensino até os dias atuais”.

Sobre essa representatividade do relógio nas memórias das entrevistadas, Halbwachs (1990) coloca que a memória do indivíduo é seletiva, e que passa por um processo de negociação, para que assim as memórias individuais e coletivas se conciliem, ou seja, não basta somente os testemunhos de outras pessoas para que as suas memórias sejam incorporadas por um indivíduo, é necessário que existam pontos semelhantes na memória já existente do mesmo, para que seja alicerçada sobre uma base comum. No caso em questão, ficar *em baixo* do relógio representava para elas um castigo, resultado de uma infração às normas disciplinares da escola, mas as mesmas reforçam isso refletindo a importância do regime tradicional na formação integral do cidadão.

Complementando essa questão das regras disciplinares, vejamos outra estratégia disciplinar utilizada pelas irmãs, envolvendo os dogmas da Igreja Católica (o certo e o errado, o céu e o inferno), citado por Domingas Machado Batista (entrevista à autora):

*“Todos os dias naquele mês de maio, antes de começar as aulas, em cada sala, era feito um devocional pois em cada uma tinha seu altar [...] sorri ela ao falar: -era engraçado a Pedagogia das freiras [professoras], no altar tinham barquinhos que os nomes dos alunos [nossos nomes] e o altar era azul com Nossa Senhora no centro e os barquinhos [nós] ao redor [...] na medida que fazíamos as travessuras de criança, elas [as professoras] iam trocando os barquinhos e afastando-os de Nossa Senhora como forma de nos chamar atenção, alertando-nos, se cuidem [risos] os que se comportavam direitinho ficavam perto da Santa”.*

Outro exemplo é o uso obrigatório do uniforme escolar como a quinta regra das orientações disciplinares da escola.

COMPAREÇA AO COLÉGIO UNIFORMIZADO. Compareça às aulas com o uniforme completo. O fardamento é o seguinte: calça comprida azul marinho (Terbrim Santista). Camisa própria da Escola. Sapato ou tênis – cor preta. Meias de cor branca (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 10).

Figura 8 - Modelo de uniforme (ou Farda) da escola, na década de 1960



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

Sobre a questão do uniforme/fardamento, Oziel Vieira da Silva, advogado e ex-aluno, menciona em seu depoimento cedido para Silva e Castro (2004, p. 13) que “[...] as escadarias que davam acesso ao piso superior não podiam ser subidas por meninos e meninas. Devido à saia, como indumentária feminina, meninas subiam após meninos e ai destes se se pusessem ao pé da escada”.

Nesse sentido, o modelo padrão de uniforme/farda da escola foi se adequando a cada cenário cultural, porém o seu uso ainda hoje é obrigatório. Esse uso obrigatório faz parte também das memórias das entrevistadas, com no caso de Francisca Paixão Machado e Domingas Machado Batista. Com riquezas de detalhes buscadas na lembrança e com os olhos emocionados, Francisca conta-me, riscando com os dedos em seu corpo os recortes de como era o uniforme utilizado pela escola naquela época, uma saia com prega macho, com um peitoral, um laço com um broche, que era usado no peitoral e que contém a imagem de uma cruz.

A descrição detalhada do broche foi tão significativa que, durante nosso diálogo, Domingas retirou-se e foi buscar o objeto que sua irmã descrevera com tantos detalhes e que ela guarda até hoje com grande estima, o broche que era utilizado na farda, um objeto pelo qual ela tem muito carinho e que guarda como uma recordação especial que marcou toda uma geração.

Sublinhamos a importância deste momento pautado em dois fatores: o primeiro ligado às normas pedagógicas da escola; o segundo, ao valor emocional e histórico do objeto (o broche) guardado com todo cuidado durante décadas, como também o orgulho da entrevistada ao expô-lo, como uma espécie de troféu,

confirmando a ligação estreita entre o mundo material, dos objetos, e o imaterial, ligado a memória da escola.

Como afirma Oliven (2009, p. 30), “[...] uma bandeira é um pedaço de tecido ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. Por exemplo, a comida é material, mas a culinária é imaterial”. Da mesma forma, o broche é parte do patrimônio material da entrevistada e o sentimento gerado por aquele objeto, representa seu patrimônio imaterial e ambos se complementam para evidenciar a importância da escola na formação do indivíduo, enquanto pessoa e da sociedade, enquanto coletividade.

### 3.4.2 Métodos de avaliação

Sobre os critérios de avaliação utilizados na Escola Santa Teresinha, analisando os Livros de Tombo, os boletins (como aquele apresentado ao longo desta tese) e mesmo nos depoimentos de ex-alunos/as, percebemos uma ampla variação no transcorrer do tempo, bem como conceitos que, vistos hoje, parecem estranhos ou até mesmo engraçados, como estes sistematizados a partir do boletim (notas de 1937, mostrado na Figura 7):

Tabela 1 - Conceitos avaliativos (1926-1971)

<b>CONCEITOS</b>	<b>NOTA</b>
Optima	10
Quase optima	9
Muito boa	8
Boa	7
Quase Boa	6
Sofrível	5
Quase sofrível	4
Não sofrível	5
Má	2
Muito má	1
Péssima	0

Fonte: Elaborado pela autora, com base na entrevista de Manuela Barbosa, ex-aluna da Escola Santa Teresinha.

Três situações merecem destaque: em primeiro lugar, a quantidade de disciplinas ministradas; em segundo, a diversidade de conceitos/notas e, em terceiro, a divisão dos pontos (0 a 10). Logo, entendemos que se tratava de uma avaliação que levava em conta apenas o aspecto quantitativo. Outro detalhe observável é o uso de conceitos e de notas simultaneamente e a fragmentação de pontos atribuídos. Isso parece indicar que o processo avaliativo, de fato, não avaliava saberes e competências, mas indicava que o(a) aluno(a) estava apto a seguir adiante no processo de sua formação.

No entanto, ou apesar disso, pelo menos um momento avaliativo, o Exame Final, era revestido de importância e cerimônia. No primeiro Livro de Tombo da escola (1926-1945, p. 35) existem registros da presença de familiares, pessoas ilustres da sociedade, no dia do Exame Final consta:

Aos 9,10,11 de novembro realizaram-se as sabatinas, presente o Juíz de Direito desta Comarca Dr. Waldemar de Carvalho. Encerrou-se no dia 15 com a Leitura das notas e a entrega de certificação á três alunas. Compareceram Frei Francisco, Dr Waldemar e várias famílias. Em seguida houve a exposição de trabalho (novembro/1936).

Em outro registro do Livro de Tombo, datado de 15 de novembro de 1937, “Presente várias famílias e a comissão nomeada pelo Juiz de Direito encerram-se as aulas deste estabelecimento; o resultado acha-se na ata do mesmo”.

Informações semelhantes àquelas mencionadas aparecem praticamente em todas as atas lavradas no primeiro Livro de Tombo da escola, sempre no mês de novembro, que era considerado o mês de encerramento das aulas e exame final. Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1945, p. 50) vejamos o registro:

Encerram-se hoje as aulas deste Educandário, depois de haverem prestado exames com a presença com a assistência das autoridades locais, houve a noite no salão S. Francisco, a Leitura das notas de aproveitamento e conduta, sendo conferido o Certificado de Curso Primário a 9 alunos. Houve também distribuição de prêmios de conduta e aplicação.

Interessante é que este momento solene de avaliação também se estendeu ao Curso Normal, implantado pela escola em 1961, como relata Edelvira Marques M. Barros:

As irmãs eram muito exigentes, lembro-me que em cada disciplina eram estudadas vinte unidades por ano. Quando chegava o mês de julho, sorteava-se uma unidade para fazermos a prova escrita e oral, e em

dezembro, era feito do mesmo jeito. Tudo isso acontecia diante de uma banca examinadora (SILVA; CASTRO, 2004, p. 103).

Sobre essa ritualização do Exame Final não existem registros da verdadeira função destas autoridades neste momento avaliativo. Tentando compreender melhor os aspectos subjetivos destes momentos tão importantes para a escola e para a cidade, buscamos pistas nas falas das senhoras entrevistadas como, por exemplo, Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora), que conta que “[...] *no exame final tínhamos que apresentar o que aprendemos para as autoridades locais, como por exemplo o Juiz da cidade*”. Já Domingas Machado Batista (entrevista à autora) lembra: “*Sim, lembro sim, o exame final era como se fosse hoje defesa de monografia, só que quem nos avaliava era as autoridades locais convidadas pelas Irmãs*”.

O mais instigante era a expressão de orgulho e contentamento das senhoras ao narrarem estes fatos, pois na visão delas, este método avaliativo era eficaz e demonstrava para as autoridades (Prefeito, Vereador, Juiz de Paz), a qualidade do ensino e aprendizagem praticados na escola. Sobre essa qualidade, relacionando-a aos aspectos pedagógicos avaliativos da escola, Raimunda Cortez Moreira (entrevista à autora) enfatiza:

*Aos sábados tinham as sabatinas da tabuada, funcionava assim: mandavam a gente estudar a tabuada, um perguntava para o outro, quem acertava pagava um bolo em quem errava. Os sábados iam variando e em alguns sábados tínhamos as aulas de boas maneiras, onde recitávamos, cantávamos e terminavam mais cedo [...] essa disciplina chamava-se boas maneiras e formação cultural. Lembro-me também que os padres eram os professores da disciplina de religião sobre os ditados [...] professora pegava a leitura, em todas as aulas de Português ela fazia isso pois era parte da grade curricular da escola, a professora ditava e depois corrigia como forma de nos ajudar a fixar e não errar mais. Também naquela época, nosso livro de Português [...] lembra-se saudosa Raimundinha continham palavras sinônimos que tínhamos que decorar pois a irmã [professora] ia nos perguntar a gente se preparava bem, diferente de hoje [olhar preocupado]. Nossos livros não tinham figuras [risos] eram só letras [risos] uma ou outra figura [risos], apenas nos livros de história que tinha algumas imagens e no de matemática que tinha os gráficos e as tabelas.*

Deste modo, a estratégia pedagógica e avaliativa era substanciada pelo currículo prescrito em todas as escolas pertencentes a prelazia de Grajaú, mantidas pela Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas e, em vários aspectos,

podemos perceber que essas práticas visavam estabelecer o fortalecimento da relação entre a escola e a cidade/comunidade.

### **3.5 O internato e a formação de professoras normalistas**

Como já foi referendado a Escola Santa Teresinha sempre esteve na vanguarda das Leis Educacionais. Neste intento criou, em 1943, o internato para atender as filhas dos fazendeiros que moravam distantes de Imperatriz, sendo que o ingresso nele obedecia a alguns critérios. Segundo Silva e Castro (2004 p. 32): “[...] só eram internas as mulheres com idade a partir de dez anos, elas estudavam o ano inteiro e nas férias voltavam para o convívio dos familiares”.

A pedagogia desenvolvida pelas irmãs, no internato, teve repercussão imediata nos municípios circunvizinhos, particularmente, pelo alto grau de disciplina, bem como as matérias e orientações oferecidas às internas, que naquela época contava com 60 alunas. Dentre as orientações, podemos destacar: prendas domésticas, hábitos e costumes a atender a formação esperada pela sociedade da época. Sobre o regime de internato, Conceição (2012, p.15) assim define:

[...] internato é compreendido como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondência, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas) e pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço.

A respeito da compreensão do modelo escolar do internato, Custódio (2017, p. 181) contribui explicando sobre a pedagogia empregada no internato da Escola Santa Teresinha, indicando que:

[...] aquelas que residiam nos internatos provavelmente eram alvo de uma formação religiosa ainda mais rigorosa, o que pode ser notado nas narrativas das capuchinhas, que pretendiam formar a infância e a juventude na perspectiva de difundir o pensamento cristão e recrutar, principalmente, adeptas para os seus empreendimentos.

Esse fato é confirmado por Silva e Castro, 2004, p 32): “[...] outro aspecto que dava segurança aos familiares era a convivência entre a escola e a família, onde a primeira tinha o poder de interferir na vida das alunas enquanto estivessem sob seus cuidados”.

Porém, compreendemos que nos Livros de Tombo não há uma ata especificando o internato, pois o mesmo funcionava como apêndice da própria escola, ou seja, era uma turma de alunas em separado, que faziam parte da mesma escola e itinerário escolar. No entanto, podemos conhecer o número de internas entre 1930 e 1943, como é mostrado na tabela 2.

Tabela 2 - Número de alunas do internato feminino da Escola Santa Teresinha, entre 1930 e 1940

PERÍODO	NÚMEROS DE ALUNAS
1930	6
1932-1933	6
1933-1934	7
1934-1935	7
1935-1936	9
1937	11
1943	60

Fonte: Adaptado de Custódio (2017, p. 180).

Outro ponto a ser enfatizado é que a Escola Santa Teresinha foi responsável pela criação do primeiro curso de formação de professoras, em 1960, em face da grande demanda educacional, exigindo assim mão de obra qualificada para atender as crianças em idade escolar (1ª a 4ª séries). A criação do curso foi balizada pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com efeito, a Escola Santa Teresinha sempre buscou atender as necessidades da sociedade, no que diz respeito à formação intelectual e moral de uma parcela da sociedade local e regional (BRASIL, 1961). Assim, de acordo com Silva e Castro (2004), no dia 3 de março de 1961, foi instalado o Curso Normal Regional, de Primeiro Grau, que continha disciplinas pedagógicas (figura 9).

Figura 9 - Primeira turma de Normalistas da Escola Santa Teresinha (1960/1964)



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

Legenda: Foto Oficial da Colação de Grau.

A fim de conhecermos um pouco mais sobre as particularidades da primeira turma de professoras do Curso Normal e a contribuição da Escola Santa Teresinha, na formação de professores, nos dispusemos a fazer uma breve aproximação ao estudo do grupo de alunas desse curso, na tentativa de compreender as redes de interação que o caracterizava.

O caminho metodológico para se conhecer as especificidades desta turma do Curso Normal, tem como ponto de partida uma análise nos Livros de Tombo (Ata do Exame de Admissão, Ata final da Escola Santa Teresinha) e a realização de uma entrevista com uma egressa desta turma, a professora aposentada Evane Santos Ferreira. Vale ressaltar que as informações obtidas por meio deste instrumento serviram para conhecer alguns pontos que foram impossíveis de detectar por meio de uma análise quantitativa.

Sendo assim, foram construídas cinco categorias que podem ser úteis para desvendar o perfil da primeira turma do curso Normal da Escola Santa Teresinha, apresentadas na tabela 3 (Livro de Atas do Exame de Admissão da Escola Normal Regional Santa Teresinha, dezembro/1960).

Tabela 3 - Categorias analíticas para a primeira turma do Curso Normal da Escola Santa Teresinha

Quantidade de alunos	Feminino	Masculino	Situação na Escola	Família/sobrenome
25	24	01	20 - particulares 03 - bolsistas 02 – gratuitos (troca de trabalhos domésticos)	01 - Herênio 01 - Moreira 01 - Milhomem 01 - Barros 01 - Lago 20 - Não faziam parte das famílias tradicionais e sim de comerciantes e empresários da época.

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de Escola Normal Regional Santa Teresinha (1960).

De acordo com as Atas (1960-1961), a forma de ingresso ao curso se deu por meio de aplicação de provas envolvendo as disciplinas de português, aritmética, geografia e história, abrangendo três critérios: escrita, oral e média (ESCOLA NORMAL REGIONAL SANTA TERESINHA, 1960). Essas avaliações aconteceram nos dias 13, 14, e 15 de dezembro de 1960 e nos dias 9, 10, 11, e 13 de março de 1961. Uma cópia da Ata, com as notas, pode ser vista na figura 10 (Atas de Exame de Admissão).

Figura 10 - Ata de notas do Exame de Admissão

*Escola Normal  
Imperatriz*  
*Ata geral de Exames de Admissão.*

*Nos dias 18, 19 e 20 do mês de  
... nesta cidade de  
Imperatriz, constituída dos Srs. Profes.  
... realizaram-se os exames de admis-  
são constam do quadro abaixo.*

Nome do Candidato	Português		
	Escrita	Oral	Médias
Maria Amélia de Moraes Barros	9	9	9
Silvia Cruz Lago	8,5	8,5	8,5
Lucimar Abreu Sousa	8,5	9	8,7
Maria das Bóias Santos Jonsêca	8,4	9	8,7
Faimunda Cortes Moreira	7	9	8
Evane Feis Santos	8,9	8	8,4
Uldesjan Chaves da Rocha	7	7	7
Coatuna Kerênio	6,5	9	7,7
Domingas Teixeira Machado	6	9	7,5
Neey Maria Bonfim	6,6	7,4	7
Odvia de Jesus da Cruz Silva	7	9	8
Maria de Nazare Fernandes Kéonic	5	5	6,5
Charilde Ferreira dos Santos	8,5	7	6,4
Maria Zilma Silva	8,3	7	6,2
Maria do Perpétuo Socorro Malthomen Rocha	7	5	6
Faimunda Costa Silva	6	6	6

Fonte: Escola Normal Regional Santa Teresinha (1960).

Outro ponto a destacar é a presença, no curso, de filhas de famílias que faziam parte da elite da sociedade da época (indicado pelos sobrenomes), bem como também o caráter filantrópico da escola, ao doar bolsas de estudos e gratuidade, sendo que as mães dos alunos que se enquadravam na última modalidade ajudavam as Irmãs nos afazeres domésticos, como nos informou a professora Evane Santos Ferreira (entrevista à autora): “[...] eu estudei de forma gratuita, porque minha mãe ajudava as irmãs nos afazeres domésticos, limpava, cozinhava e lavava roupas para garantir meus estudos”.

Sobre esse fato, Custódio (2017, p. 183) descreve:

Do ponto de vista sociocultural, a Escola Santa Teresinha atenderia aos anseios de escolarização da população com maior poder aquisitivo da cidade de Imperatriz e região. Prova disso é a constante alusão a ‘pessoas de destaque’ da sociedade, pais e parentes de alunas e alunos e, ainda, autoridades civis (prefeito, juiz, etc.), que povoam os livros de tomo da escola quando estes relatam rituais de encerramento do ano escolar, formaturas, cerimônias religiosas prestigiadas pelos alunos e cortejos à superiora geral quando ela visitava a comunidade escolar.

Também é citado pela professora e constatado na Ata da prova de admissão a presença de um único estudante do sexo masculino, Edson Gomes Soares, que

segundo ela, era filho de família rica de outro município, sendo que ele não concluiu o curso com a sua turma de origem.

Caracterizando-se como um curso de formação destinado predominantemente às mulheres, algumas disciplinas eram voltadas para a formação doméstica (economia doméstica e habilidades manuais), mas de uma maneira geral, envolviam aspectos práticos e teóricos. Evane Santos Ferreira (entrevista à autora), enfatiza: “[...] nós tínhamos aula até de anatomia, e erámos avaliadas também pela nossa conduta em sala de aula”, denotando a pedagogia tradicional e disciplinar da época.

É evidente que a proposta pedagógica pensada para o funcionamento do Curso Normal estava respaldada no aspecto religioso e nas regras disciplinares rígidas, tudo isso envolto em um currículo fechado, com disciplinas que envolviam aspectos cognitivos, culturais e que, de certo modo, representavam uma formação integral, visando a demanda de mercado da época. No quadro abaixo, são apresentadas as disciplinas do curso e seus/suas respectivos/as docentes, compilados por Aguiar, C. e Aguiar, G. (2020).

Quadro 8 - Disciplinas ofertadas para a primeira turma do Curso Normal da Escola Santa Teresinha

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>PROFESSORES/AS</b>
Religião	Padres Capuchinhos Frei Eliezer e Frei Tomé.
Português	Irmã Alberta – 1ª à 2ª séries, Irmã Anatólia – 3ª à 4ª séries.
Latim	Frei Eliezer – 1ª à 2ª séries, e Frei Tomé – 3ª à 4ª séries.
Francês	Frei Arcádio – 1ª série, Ivanilde Marinho – 2ª série.
Inglês	Frei Gil - 3ª série.
Matemática	Irmã Evangelina Maria – 1ª à 4ª séries.
História	Marly Maranhão – 1ª à 2ª séries, Irmã Evangelina – 3ª série.
Geografia	Irmã Otília – 1ª à 3ª séries
Ciências naturais e humanas	Frei Eliezer – 1ª à 3ª séries.
Metodologia	Professor.... 3ª à 4ª séries
Psicologia	Irmã Anatólia – 3ª à 4ª séries.
Atividade Agrícola	Professor .... 1ª série, jardinagem, hortas e noções de economia doméstica.

Desenho	Irmã Otília 1ª à 3ª séries, geometria e desenho artístico
Música	Maestro Moisés – 1ª à 3ª séries.
Sociologia	Professor.... 4ª série.
Trabalhos Práticos Manuais	2ª série, bordados, crochês “as alunas preparavam um caderno com os bordados e os crochês para avaliação ao final do ano”, pintura em pintura em vasos de cerâmica.

Fonte: Adaptado de Aguiar, C. e Aguiar, G. (2020, p. 63).

A questão mais marcante dessa primeira turma normal foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho na sociedade imperatrizense da época, haja visto que o objetivo do curso era formar um corpo docente qualificado para trabalhar com crianças do Ensino Primário. Nesse sentido, um ponto chama atenção: o fato de que as profissionais formados neste curso só poderiam ministrar aulas na região, ou seja, ultrapassar os limites geográficos já estabelecidos não era a elas permitido ainda.

Sobre essa questão, recorreremos novamente à fala de uma das participantes da pesquisa: Evane Santos Ferreira (entrevista à autora), que foi professora na escola, na rede estadual e municipal e Secretaria de Educação de Imperatriz, em 1993: “[...] algumas das colegas que formaram comigo, foram destaques na educação de Imperatriz, como Edelvira Marques de Moraes Barros, Nilza Lago, Domingas Paixão, que após a conclusão do curso já começaram a atuar como professoras na Escola Santa Teresinha”.

Custódio (2015) chama a atenção para o fato de que a escola também supriria as lacunas educacionais deixadas pelo Estado, em especial no interior, que se via prejudicado pela insuficiência e precariedade do sistema público de ensino. Custódio (2017, p. 187), afirma ainda que:

Contudo, os Cursos Normais das capuchinhas não se consolidaram: em Imperatriz, durante 12 anos (1961-1973), funcionaram como curso equivalente ao antigo ginásio e, depois da Lei 5.692, como magistério de 1.º grau. Em 1974 o curso foi elevado a magistério de 2.º grau, mas extinto em 1979.

A situação de entrada e permanência na escola se dava primeiramente pela aprovação no Exame de Admissão e o pagamento da mensalidade acontecia de três formas: pagamento integral, como bolsista e gratuita, sendo que cerca de 90% das alunas eram filhas de famílias tradicionais e de empresários da região, portanto,

pagavam integralmente, enquanto 10% pertenciam a classes sociais mais baixas, sendo bolsistas ou recebendo gratuidade.

A implementação do curso Normal na Escola Santa Teresinha foi um momento de fundamental importância nas relações e interações com a sociedade local, pois saíam daquele educandário pessoas que teriam grande influência, especialmente na área educacional, do município. Nesse sentido, a escola alicerça ainda mais sua presença em Imperatriz e estreita os vínculos com os âmbitos socioeconômicos, políticos e culturais da cidade. No entanto, esses vínculos serão ainda muito mais estruturados, como veremos no capítulo seguinte.

## **4 PARA ALÉM DA PROPEDEÚTICA: AS ATIVIDADES SOCIAIS E CULTURAIS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA COMUNIDADE**

### **4.1 Imperatriz/MA: sociedade e cultura na interface com a escola Santa Teresinha**

“A escola e a vida na cidade” (ESCOLA SANTA TERESINHA, 2000).

Partimos da subjetividade da epígrafe deste capítulo retirada do título da obra de Gatti (2013), para pensar a trajetória da Escola Santa Teresinha com relação ao entrelaçamento entre os fatos políticos, sociais e culturais, na cidade de Imperatriz e as ações pedagógicas da escola. Vale lembrar que, na época da sua fundação, a cidade de Imperatriz era um local relativamente pacato, de característica rural, onde meninos e meninas cresciam soltos, onde os locais de encontros dos moradores se restringiam à praça da velha igreja, às noites de festejos e aos dias de missa.

Com a ausência de atividades culturais e eventos sociais na cidade, a Escola Santa Teresinha passou também a exercer um papel de fomentadora da cultura local por meio de intensas atividades culturais, buscando integrar a escola e a comunidade, se pautando sempre nos preceitos morais e católicos. Isto é confirmado na síntese histórica do próprio Projeto Político-Pedagógico da escola (EESCOLA SANTA TERESINHA, 2000, p. 40):

[...] uma das características básicas da história da Escola Santa Teresinha, é a participação ativa na história e na mudança da sociedade imperatrizense e da Região Tocantina. Assim constatamos que a História da cidade de Imperatriz e da Escola são intrínsecas, uma faz parte da outra, ambas constituem a essência da história de vida de nossa gente.

Assim posto, o conceito de aprender e viver bem através da educação, para a Escola Santa Teresinha, tem como base os valores e princípios do Evangelho. Nessa articulação entre escola e cidade/cidade e escola, ambas cresceram no mesmo ritmo, resultante do objetivo comum de políticos locais e da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Sobre esse entrelaçamento, Silva e Castro (2004, p. 45), colocam que:

[...] o sonho inicial era criar ambientes onde as pessoas pudessem realizar o mais humano de todos os desejos: ser feliz! Uma cidade e uma escola onde a paisagem natural do rio Tocantins, por onde navegava a lancha ‘Boa Nova’ que trouxe as primeiras irmãs capuchinhas, se confundisse com a paisagem urbana da pequena vila de frei Manoel Procópio, com harmonia, paz e solidariedade.

A dimensão deste entrelaçamento também pode ser exemplificada na síntese histórica da escola, feita por Silva (2020, p. 40):

[...] o verbo dessa gênese é ENCONTRAR. Encontram-se, aqui neste rincão cercado de matas e rios, a Escola e a cidade. A entrada que propiciou favoravelmente o encontro da cidade da Escola com a Cidade de Imperatriz não foi uma rodovia, mas uma aquavia-o rio Tocantins. Por ele os ideais de Frei Manoel Procópio fundam a Vila de Santa Teresa (16/07/1852) que se ENCONTRA com os ideais missionários de Frei João Pedro através da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (fundada em 18/12/1904) seu memorial e legado da fé e missão que se faz presente em Imperatriz no dia 24 de julho de 1924, com a festejada chegada das Jovens Irmãs Capuchinhas – Eleonora, Águeda, Judith e Julia e que no dia 03 de agosto de 1924 fundam oficialmente a Escola Santa Teresinha.

Nessa perspectiva desse *encontro entre a escola e vida na cidade*, buscamos analisar diferentes fontes, tanto as escritas e institucionais como também as vozes de diferentes protagonistas, além de um pequeno auxílio da iconografia, especialmente, a fotografia. Sobre essa relação multifacetada da análise histórica, Petersen (2008) coloca que a disciplina de História não é um ente com vida própria, uma coisa, e sim uma área do conhecimento onde sua construção e transformações ocorrem no diálogo entre outros referenciais teóricos.

Com relação à escolha das fontes orais como instrumento de pesquisa, Ferreira (1997, p.171) coloca que:

Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular, isto é, são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, o que leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação; a pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevista, que são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando, assim, elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas - porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.

Sendo assim, as narrativas orais podem dizer algo a mais sobre um mesmo evento histórico, de pontos de vistas opostos, diferentemente, de uma visão historiográfica tradicional, em que o processo histórico se relaciona tão somente a questões políticas. Como nos lembra Burke (1992, p. 11), “[...] tudo tem uma história [...]”, que em essência está muito mais vinculada ao contexto social do que o político, embora aquele costume ser o mais visível. Sobre isso, Jardim e Piepper (2010, p. 80) lembram que:

[...] os Annales levantaram-se contra uma história que, até então, hegemonicamente, priorizava o estudo dos eventos de uma determinada ideia de política. Dessa forma, no fim da década de 20 (séc. XX), e no começo dos anos 30 (séc. XX), a ideia era combater a história política que se fazia. Esse combate priorizou o social em detrimento do político. Nessa perspectiva, organizava-se uma nova ideia de história, uma Nova História Social (NHS), que se contrapunha a uma velha história política, a qual via o passado como um quadro que reproduzia fielmente os fatos acontecidos, fatos esses que se explicavam por si mesmos.

De fato, não havia preocupação quanto as ações que contribuíram para o acontecimento histórico. Faltavam questionamentos acerca do objeto pesquisado, como: Quais fatores foram determinantes para o acontecimento? Quais eram as questões sociais da época? Como aconteceu a participação dos agentes sociais? Tais questionamento começaram a fazer parte da produção de conhecimento histórico especialmente com o advento da chamada Nova História, que estava preocupada com a análise das estruturas e processos históricos, quer seja no contexto da organização política, econômica e/ou social. No entanto, Ferreira (1997, p. 170) faz uma ressalva em relação aos procedimentos usados pela Nova História ao afirmar:

[...] que ao valorizar o estudo das estruturas, dos processos de longa duração, a nova história atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Em contrapartida, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, também desqualificou o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias.

É nesse contexto de renovação metodológica e conscientes de que estamos operando dentro de uma diversidade de aspectos que tratam de atividades sociais, religiosas e culturais, que procuramos também diversificar nossas fontes, utilizando tanto documentos oficiais, como os livros de tombo e atas da escola, como fontes secundárias (artigos, capítulos de livros, livros), imagens e depoimentos orais.

Sobre esses últimos, figuram especialmente as entrevistas com Evane Santos Ferreira e Domingas Machado Batista, já mencionadas anteriormente, ambas ex-alunas e ex-professoras da escola, ou seja, seus relatos são frutos de lembranças de fatos vivenciados em dois contextos diferentes, mas que se articulam, ora como alunas, ora como professoras. Ambas são idosas, mas nem por isso representaram problemas na aquisição de informações, como coloca Bosi (2004 *apud* SARTORI, 2013, p. 63):

[...] os velhos são os *guardiões do passado*. A partir de suas experiências, são os mais velhos que retomam as tradições e lembranças de um tempo longínquo e as insinuam como algo vivo nos meandros do presente. Pela memória de idosos, se percebe as transformações ocorridas no espaço, na história, nas instituições, nos papéis sociais e no imaginário social ao longo das gerações.

Feitas essas considerações, apresentaremos a seguir as atividades desenvolvidas pela escola, que ultrapassam os limites da sala de aula e do próprio espaço físico da instituição, envolvendo uma inter-relação mais ampla que se constitui em um contexto que vai além da educação propedêutica.

#### **4.2 Dramaturgia: o teatro como atividade educativa**

Desde sua fundação, a Escola Santa Teresinha manteve uma relação intensa com a sociedade envolvente, buscando de forma efetiva contribuir na formação e informação da população. Nesse intuito, a escola lança mão de suas ações pedagógicas para integrar a comunidade, que não eram destinadas somente as famílias que faziam parte da comunidade estudantil, mas em um âmbito muito amplo. Dentre as atividades culturais realizadas pela escola, destacava-se o teatro, especificamente, a apresentação de *dramas* pelas alunas.

Em Silva e Castro (2004), encontramos registros de peças teatrais que eram apresentadas pelas crianças, primeiramente nas fazendas e nas residências das famílias tradicionais da época, além de também serem apresentadas no palco da própria escola. Sobre essas apresentações Domingas Machado Batista (entrevista à autora), narra que “[...] era um momento mágico, ensaiávamos várias vezes, até decorar cada fala, por não ser permitido fazer feio na frente das pessoas”.

A título de observação, Domingas, nessa mesma entrevista, fez questão de cantar o Hino da Escola que, segundo ela, era cantado todos os dias. Além disso, salientou que, em sua época, o ensino já assumia um caráter de certa forma interdisciplinar, onde atividades de um determinado campo de conhecimento eram articuladas com outras, de campos distintos, bem como a inserção de conhecimentos que iam desde as chamadas *prendas domésticas* à prevenção de doenças. Essa contribuição social da escola é mencionada em Silva e Castro (2004, p. 38):

Além desses eventos culturais, havia na escola orientação aos pais sobre as principais doenças que acometiam as pessoas na região. Essa atividade era muito importante porque eram muitos frequentes focos epidêmicos de malária, sarampo, varíola e outros. A escola também se preocupou em ministrar cursos de prendas domésticas tais como, bordado, tricô, pintura em tecido e costura e curso de datilografia.

Voltando ao uso pedagógico do teatro ele fez e ainda faz parte das ações cotidianas da escola, como constatado em vários registros presentes no primeiro Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1926-1945, p. 29):

[...] no dia 10 de outubro de 1931, chegou a esta cidade as 16 horas o nosso D.D. Bispo D. Emiliano José Lorrati. As 15 horas já se achava no local muito povo reunido a espera do nosso Bispo, indo diversas pessoas de destaque ao seu encontro. Depois foi levado para uma representação dramática em benefício do Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus.

Nesse mesmo Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1926-1945, p. 33):

[...] destinamos este dia para apresentar ao Superior Provincial dos Capuchinhos, nossos votos de Boas Vindas, e bem assim as felicitações pelo dia grandioso. Por isso em nossa singela Capela, no meio de tanto entusiasmo foi celebrado em sua intenção duas missas, sendo uma simples e outra solene. Foi o celebrante desta última o homenageado. A noite pelas 7 ½ horas teve lugar uma pequena representação dramática efetuada pelas alunas do Santa Teresinha. Foi bastante concorrida (27 de janeiro/1936).

Podemos notar que esses eventos eram realizados sempre por ocasião de visitas de pessoas ilustres, como forma de acolhimento e, ao mesmo tempo, de oportunizar a interação com a sociedade e a cidade, observando que muitos destes eventos visavam também angariar fundos para a manutenção das Irmãs Capuchinhas, bem como para a construção da Igreja Matriz.

Sobre esses eventos, há também o depoimento de Maria José Cortez Moreira, escritora e ex-aluna, dado para Silva e Castro (2004, p. 85).

[...] a Escola Santa Teresinha transformou Imperatriz em polo de formação educacional e espiritual. Existiam também dramas maravilhosos com cenários lindos onde toda a cidade fazia-se presente para assistir. Nossa escola estimulava a atividade cultural, despertando a cidade para a importância da cultura.

Tendo ainda como base os registros no primeiro Livro de Tombo da escola (1926-1945, p. 2), compreende-se que a organização de dramas pelas irmãs tivera início tão logo começaram as atividades da escola. O primeiro drama encenado foi “O sangue que ora”, apresentado pelas alunas nos dias 11 e 14 de outubro de 1926:

“O Sangue que Ora” foi apresentado em benefício da nova Matriz desta cidade, onde foi arrecadada a quantia de 308 mil réis.”

Corroborando essa visão empreendedora das irmãs, Edelvira Marques, em seu depoimento à Silva e Castro (2004, 31), nos conta que: “[...] para dotar a escola de equipamentos, as irmãs recorreram ao teatro, conhecido como dramas, as peças tinham mensagens cristãs. Além da ajuda financeira, eles proporcionavam o desenvolvimento dos alunos e, sobretudo era instrumentos vitais da catequese”.

Sobre as apresentações dos dramas em escolas brasileiras, Ribeiro (2020, p. 31) informa que:

Na primeira metade do século XX, no Brasil, as únicas atividades vinculadas a teatro nos estabelecimentos de ensino eram aquelas que faziam parte das festividades escolares na celebração de datas cívicas, comemorativas e religiosas ou, ainda, nas festas de encerramento do ano letivo. Para o teatro havia uma única finalidade: ser apresentado. Crianças e adolescentes memorizavam seus textos e a marcação da cena era extremamente rigorosa.

Ribeiro (2020, p. 36) explica ainda que a dramatização utilizada pela escola, como estratégia pedagógica, pode contribuir com a formação integral dos/as alunos/as e com a contextualização de temáticas sociais:

O drama como método de ensino – ou, ainda, como eixo curricular – é tratado como uma subárea do fazer teatral e toma por base a continuidade de um processo, cuja premissa é explorar conteúdos relativos a um foco investigativo. Processualmente, o drama propõe a articulação de uma série de episódios que se estabelecem a partir de convenções teatrais concebidas para a mediação da temática selecionada. Para que o contexto desta temática seja estabelecido como convincente, o drama deve encaminhar uma experiência que explore real e imaginário, bem como promover a interação dessas realidades de forma simultânea.

Nesse sentido, Coelho (2014, p. 1212) corrobora com as colocações de Ribeiro, a respeito do teatro como ferramenta pedagógica:

[...] na educação, o teatro apresenta-se como excelente ferramenta, já que atua como um recurso importante para a formação comportamental. Por meio de jogos teatrais e do trabalho no palco é possível acionar, sem muito esforço, as sete inteligências e desenvolver as habilidades a elas relacionadas. Em virtude disso, o teatro enquanto prática pedagógica insere-se como uma atividade fundamentalmente coletiva, que prima pelo respeito de seus integrantes, aperfeiçoamento das inteligências do indivíduo e também do grupo.

Em resumo, as apresentações teatrais contribuíam, sobremaneira, sob três aspectos: pedagógico, financeiro e catequético. O primeiro corresponde ao desenvolvimento psicossocial e educacional; o segundo, como estratégia administrativa, a fim de gerar a sustentabilidade da missão por meio dos recursos arrecadados no intuito de possibilitar também a atuação das irmãs em outros setores da cidade como, por exemplo, na área da saúde e assistência social e; o terceiro, na evangelização católica, já que os enredos das apresentações dos dramas eram todas pautados nos valores cristãos. No que concerne à esfera pedagógica, Coelho (2014, p. 1214-1215) assenta que:

Apesar do termo teatro-pedagógico ser usado em sentido amplo quando se trata de teatro escolar, parece importante ressaltar a existência de no mínimo duas possibilidades de se trabalhar com o teatro dentro da escola, que devem ser diferenciadas. São elas, o teatro como ferramenta pedagógica na sala de aula, com o objetivo de fixar conhecimentos, e o teatro-educação com fins socioculturais e artísticos, geralmente oferecido como atividade extracurricular.

Em que se pese o teor artístico, é inquestionável que o teatro pedagógico, atue como uma ferramenta de grande importância para a educação formal, já que visa a auxiliar na absorção de conhecimento, abordando conteúdo específicos de disciplinas como História, Geografia, Matemática etc. Além disso, o teatro-pedagógico pode, ao mesmo tempo, trazer para sala de aula uma alta dose de criatividade entre os alunos, pois 'alia formas dramáticas ao âmbito educacional' (VIDOR, 2010, p. 27). Encenar a história do descobrimento do Brasil, ou a perseguição a Galileu Galilei são alguns exemplos.

Da mesma forma, Nunes (2006, p. 31) nos traz a questão do teatro na catequese e na escola, sendo que para ela o teatro na catequese "[...] origina-se da perpetuação da fé católica. No Brasil, é instituído como instrumento de catequização dos nativos". Já o teatro na escola:

Origina-se da tradição teatral realizada pela igreja católica, que tem como objetivo a perpetuação da fé católica. O marco desse evento se deu com a chegada da Companhia de Jesus, no ano de 1549, enviada por D. João III, de Portugal, visando à catequização dos índios aqui encontrados. [...] possibilitou uma aproximação de forma vertical dos índios com o homem branco. Dessa hierarquia obtém-se a exploração do índio, como mão de obra barata. O teatro jesuítico tem a função de garantir a posse do povo indígena, com isto a catequização manifesta-se de duas formas: 1. consiste em eliminar toda a conceituação de tempo e espaço vinculado à experiência indígena. A mensagem jesuítica é universal e eterna, por isso o índio deve se converter. O índio como cultura deverá desaparecer para renascer com outra identidade, já catequizado pelos jesuítas; 2. a segunda operação do teatro catequese é falar da consciência. Qualquer que seja o peso dado à virtude ou ao vício, a redenção depende exclusivamente da decisão individual. Esse teatro pedagógico separa o bem do mal, no entanto a questão de interiorizar o julgamento de seus atos separa o indivíduo da

coletividade. Desta forma, o que é socialmente permissível pode tornar-se pecado e vice-versa (NUNES, 2006, p. 32-33).

De acordo com as fontes pesquisadas, essas duas vertentes de teatro foram trabalhadas pelas Irmãs Capuchinhas nas escolas fundadas pela congregação. Além de contribuir nas questões ligadas a leitura e a escrita, a dramatização colaborava com a manutenção dos ensinamentos cristãos de forma que contemplassem a sociedade como um todo, já que as dramatizações realizadas contavam com a presença de boa parte da comunidade da cidade. Gil (1999, p. 106 *apud* NUNES 2006, p. 33) para ilustrar a importância do teatro na escola ao longo do tempo:

O teatrinho de colégio atravessa os séculos XVIII e XIX. Na vertente leiga predominam a hora cívica, onde o sentimento de amor à pátria é cultivado, e as datas comemorativas, onde aparecem as homenagens às mães, pais, índios e toda a sorte de festividades [...] 'hoje em dia ainda encontramos na realidade escolar este tipo de artefato'.

É comum, por exemplo, ouvirmos na escola as expressões *hoje vamos fazer um teatrinho comemorativo ao dia das mães* ou, no encerramento do ano letivo, *vamos apresentar o nascimento de Jesus*. É necessário informar que as dramatizações mencionadas nos Livros de Tombo, bem como nos depoimentos de ex-alunas, deixam claro que os *dramas* apresentados eram sempre ligados a datas comemorativas e que as temáticas eram trabalhadas, em sala de aula, de maneira interdisciplinar com os conteúdos. Gil (1999, p. 107 *apud* NUNES 2006, p. 33) corrobora essa afirmação:

Condicionado, na maior parte das vezes, às comemorações religiosas ou cívicas para agradar a classe dominante, seja nobre ou burguesa, o ensino do teatro no Brasil, orientou-se, por mais de dois séculos, por uma pedagogia tradicional, ora da vertente religiosa, ora da vertente leiga, alcunhada até nossos dias pela expressão teatrinho de colégio.

Destarte, quando encontramos o termo *drama* nas fontes documentais da escola, compreende -se que as irmãs na verdade estavam trabalhando com *teatro catequético* e *teatrinho na Escola*, já que naquele momento o ensino estava pautado na tendência pedagógica tradicional, tendo como suporte teórico-filosófico as

vertentes humanísticas e religiosas<sup>1</sup>. Localizamos em Silva e Castro (2004, p. 34), um exemplo da diferença entre as festinhas dramáticas e festinhas escolares:

[...] as festinhas dramáticas paroquiais eram geralmente realizadas para homenagear um superior ou superiora da Congregação que para cá vinha em visita canônica. Já as festinhas escolares eram promovidas nos encerramentos de cursos, das atividades escolares anuais, datas cívicas diversas bem como nas solenidades de entrega dos resultados escolares finais.

No contraponto desta diferença havia o compromisso das irmãs em apresentar o resultado de seu trabalho *educacional e catequético* aos superiores da sua congregação, como também a evolução da aprendizagem dos alunos/as aos pais. De acordo com o primeiro Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha, a primeira festinha escolar dramática foi realizada no dia 22/12/1926:

[...] festejou-se nesse dia o 25º aniversário de ordenação Sacerdotal do nosso Dignº Vigário Frei Cherubim de Carpiano. As 6 ½ horas da manhã houve missa com cânticos e Comunhão geral das alunas da Escola Santa Teresinha do Menino Jesus; as 6 horas da tarde effectuou-se pela primeira vez uma festinha escolar dramática a qual compareceram diversas famílias da localidade.

Mas não era somente na perspectiva dramática e teatral que se ressaltavam os valores educacionais e religiosos. Esses princípios também atuavam sobre os corpos dos(as) alunos(as).

---

<sup>1</sup> Sob a perspectiva do ensino do teatro e as correntes pedagógicas, é relevante explicitar que, no sentido arte e educação, há duas correntes educacionais que norteiam o trabalho do teatro na educação. Uma subjacente à corrente contextualista, que tem no Jogo Dramático o seu maior expoente, e outra à corrente essencialista, representada pelo Jogo Teatral. Em primeira instância, o que liga o teatro à educação é o jogo. Dada a relevância já discutida por psicólogos, pensadores, filósofos, educadores, enfim uma gama de profissionais que se preocupou com jogo e suas diferentes possibilidades de ampliar, como também, potencializar, a formação dos sujeitos em sua totalidade, cabe aos educadores, artistas filósofos e outros, a discussão em torno do jogo aliado à educação ou Teatro - Educação. Em que pese a contribuição dos autores consagrados universalmente, vale dizer que há autores que adotam o sistema de jogos dramáticos por acreditarem que ele trabalha não somente em prol da formação estética, mas o principal objetivo é contribuir com a formação pessoal do sujeito. Insere-se na corrente contextualista, pois estudos como os de Piaget, Vygotsky, Reverbel, entre outros, afirmam que este jogo serve também de instrumento para o aprendizado de outras disciplinas, como por exemplo, aprender história, dramatizando um fato histórico. Por outro lado, há outros estudos como os de Viola Spolin, Ingrid Koudela, entre outros, que assumem na ótica essencialista o jogo teatral (NUNES, 2006, p. 36).

### **4.3 *Mens sana in corpore sano*: a pedagogia através do esporte**

A formação de valores na Escola Santa Teresinha é constatada, no seu envolvimento, direta ou indiretamente, nos fatos ligados à cidade. Neste aspecto, sempre houve uma preocupação por parte das irmãs em oportunizar aos/as alunos/as uma educação integral, aqui compreendida como uma formação que envolve aspectos cognitivos, físicos, sociais, emocionais e culturais. Uma educação pautada na subcultura escolar, perpassando o chão da sala de aula. Esta visão de formação integral foi pensada a partir da gênese da escola, como colocam Silva e Castro (2004, p. 47):

[...] a prática das atividades esportivas propicia, ainda quando criança, melhor saúde, maior rendimento escolar e melhoria na integração social. O desenvolvimento físico contribui para a melhoria da qualidade de vida, bem como para a aquisição de conhecimentos, relações sociais e efetivas com o mundo que o rodeia. A escola na sua missão de educar, sempre preocupou com a formação integral do aluno. Com este objetivo, investe nas atividades esportivas desde sua fundação.

Como vimos, essa visão da escola sobre educação integral, envolvendo as práticas esportivas, está delineadas em sua Proposta Pedagógica em 1994 e seu PPP em 2000.

A educação física proporciona melhor saúde à população, rendimento no trabalho, aproveitamento das horas de lazer, bem como a integração social dos indivíduos, especialmente dos jovens, muitas vezes alienados por problemas sociais e, até mesmo conduzindo a vícios condenáveis. A educação física e o Desporto assumem papel de destaque no esforço da construção de uma sociedade mais humana e mais justa, constituída de indivíduos participantes, democráticos e críticos (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 27).

Este olhar sobre práticas esportivas é reafirmado pela escola, na construção coletiva do seu PPP:

Segundo a lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9394/96 a escola tem que buscar alcançar os objetivos cognitivos, afetivos e psicomotores. Assim sendo, a Educação física tem como principal objetivos, manter o equilíbrio entre o corpo e a mente, ou seja, que o corpo acompanhe a evolução da mente. A Escola Santa Teresinha possui um Programa de Esportes, onde a Educação Física e o Desporto assumem papel de destaque no esforço de construção de uma sociedade mais humana e mais justa, constituído de indivíduos participantes, independentes, democráticos e justos (ESCOLA SANTA TERESINHA, 2000, p. 43).

Com isso, entendemos o investimento na expansão física da escola, aos longos dos anos, buscando se adequar a demanda da população da cidade. São perceptíveis as melhorias na infraestrutura da escola nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, sendo inaugurado um segundo ginásio poliesportivo em 2001. Além disso, são oferecidos ainda, por meio do seu Programa de Esportes aos/as alunos/as, as atividades de judô, basquetebol, futebol de salão, natação, voleibol, ginástica olímpica, ginástica rítmica, aeróbica, balé, handebol, tênis de mesa e xadrez.

Tais iniciativas, que na verdade fogem do escopo temporal estudado nessa tese, nos servem como baliza para pensarmos esse mesmo movimento para as décadas anteriores, a fim de perceber as consistências no alicerce pedagógico da escola, em face a formação integral dos/as alunos/as.

No primeiro Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1926-1945, p. 43), encontramos um registro que demonstra os vestígios de práticas esportivas nas fases iniciais de consolidação daquele educandário:

[...] hoje depois da Santa Missa solenemente cantada pelo Sr. Bispo, houve no terraço em frente a este convento, uma pequena manifestação ao referido Sr. Bispo, D. Emiliano, festa feita pelas alunas do nosso colégio. Essa singela festinha que contou de uma ginástica, alguns jogos e recitativos, foi assistida pelo povo em geral (26 de maio/1943).

Logo em seguida, Livro de Tombo da escola (1926-1945, p. 50), registramos:

[...] hoje a festa da padroeira do nosso Educandário foi celebrada com todo entusiasmo, havendo missa solene cantada pelas alunas, comunhão geral dos alunos, e a 1ª Comunhão dos alunos do catecismo, em número de 33, sendo 14 internas. Logo depois da Missa foi servida farta mesa de bolos e chocolates e em seguida jogos e prêmios. A tarde a renovação das promessas de batismo (03 de outubro de 1945).

Nestes dois momentos, não se pôde identificar os tipos de jogos mencionados. Entretanto, fica claro que a prática de esportes já fazia parte das ações promovidas pelas irmãs, ações estas que envolviam alunos/as nos momentos de integração escola/cidade, e nas relações interpessoais. Dois outros momentos, considerados divisores de águas em relação a relação escola/prática esportivas, são relatados em Silva e Castro (2004, p. 47):

[...] em 1957, realizou torneio de queimadas, com o intuito e promover a integração e criar uma cultura desportiva em seu alunato. Em 1976, com a

abertura das Olimpíadas Colegiais de Imperatriz, a Escola Santa Teresinha, sempre obtendo bons resultados dentro das mais diversas modalidades, sagrou-se campeã, conquistando esse título por três anos consecutivos, tendo como destaque as equipes de basquetebol e futebol de salão.<sup>2</sup>

Na historiografia sobre a Escola Santa Teresinha, no período que compreende o recorte histórico dessa pesquisa, não existe registro de grandes feitos em relação a iniciativa no campo de esporte e lazer, entretanto, a prática da Educação Física era obrigatória, seguindo sempre os preceitos das leis educacionais, em cada cenário histórico. Sobre a Educação Física na escola, Alves (2013, p. 19) explana que:

[...] enfim, o que precisamos analisar é que a Educação Física como disciplina escolar não aconteceu por acaso. A inserção desta no espaço escolar é permeada de referências históricas singulares. Associadas a ideais higiênicos, eugênicos e militares, a *Gymnastica* e a *Educação Physica* percorrem um particular caminho no interior dos recintos escolares. Obviamente, ainda que obedecendo a práticas comuns, os diversos contextos culturais acabam por ressignificar a sua ocorrência, conferindo-lhe aspectos distintos e distintivos.

Relacionado e esses aspectos, Melo (2007 *apud* ALVES, 2013, p. 58) reafirma:

Tanto esporte quanto ginástica chegaram ao Brasil no contexto de mudanças socioculturais do século XIX e, principalmente nos anos finais daquele século, foram compreendidas como estratégia de controle corporal e de adequação aos novos ritmos de vida necessários e impostos com a modernidade. Como o Brasil recebeu a influência de diferentes países e como a ecleticidade é uma marca de nossa formação cultural, no interior das escolas e na educação física aparentemente se refletiu tal possibilidade de 'articulação' entre diversas alternativas pedagógicas. [...] Logo se compreenderia por que esporte e ginástica teriam dividido o espaço nas aulas de educação física das escolas brasileiras já no século XIX.

De acordo com que está posto nesta citação, entendemos os registros que foram encontrados no Livro de Tombo da escola, que relatam a apresentação de ginástica no evento promovido indica, de fato, a presença da Educação Física no

---

<sup>2</sup> O Jogo de Queimada é um jogo esportivo muito usado como brincadeira infantil. O material utilizado é uma bola de vôlei ou de borracha, de tamanho médio [...] O jogo pode conter vinte ou mais jogadores. As qualidades desenvolvidas são movimento, destreza, domínio e coordenação. O objetivo do jogo é fazer o maior número possível de prisioneiros em cada campo. O grupo vencedor será aquele que fizer o maior número de prisioneiros dentro de um tempo pré-estabelecido, ou então, aquele que aprisionar todos os jogadores adversários. Cada time fica situado em um campo e um dos jogadores de cada lado deverá ser colocado atrás da linha de fundo do campo adversário. O objetivo é atingir (queimar) o concorrente com a bola. Vale ressaltar que a queimada sofre variações em função do interesse dos praticantes (EDUCAÇÃO..., c2021).

âmbito curricular da escola, já que esta prática se estendeu ao século XX, sendo aprimorada de acordo com o entendimento de cada época sobre a importância dessa disciplina para o desenvolvimento integral do ser humano. Para Alves (2013, p. 14):

Desta forma, percebemos que a ginástica, base do cerne da gênese da Educação Física, sempre esteve presente na elaboração dos manuais de civilidade, de higiene, de moral, de educação escolar no decorrer do século XIX, e esteve também no centro de um ideário de preservação da vida, de aumento de vigor dos corpos, de busca incessante de melhoria da saúde, de uma assepsia e fortalecimento corporal.

Ao tratar da ginástica como o fundamento da Educação Física, Saladini *et al.* (2010, p. 157) pontuam que:

Educação Física, inicialmente chamada de ginástica, foi implantada em nossas escolas no final do século XIX, revelando uma concepção higienista fundamentada nos conhecimentos da anatomia e fisiologia. No século XX, ocupou-se com a educação do movimento, primando por técnicas que pudessem construir um corpo máquina, forte e dócil a serviço do pensamento da classe dominante, tendo em vista o nascente capitalismo. Enfatizava-se a reprodução mecânica dos movimentos (treinamento físico), destacando-se o desenvolvimento das capacidades físicas. Esta prática revelou uma Educação Física preocupada com a preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho (atendimento à ordem social, política e econômica da época). Sendo assim, o desempenho físico converteu-se em mais uma mercadoria a ser negociada no mercado capitalista. Prevalencia ainda a visão do corpo máquina, que atendendo aos comandos, realizava suas tarefas de forma mecânica como se não houvesse entre o movimento e o pensamento, alguma relação. A explicação do desenvolvimento do ser humano ficava restrita ainda aos processos fisiológicos e mecânicos.

O que se percebe, de acordo com os conceitos e o contexto histórico delineados a partir das citações, é que a Escola Santa Teresinha estava desenvolvendo a Educação Física de acordo com as orientações pedagógicas e legais da época. Inclusive, quando encontramos no Livro de Tombo a menção a *jogos*, estes estão relacionados a prática do jogo de queimada, já mencionado antes.

Fazendo um adendo, Santos (2012, p. 21) se referindo a inserção da Educação Física na cidade de Imperatriz, bem como os eventos desportivos, reafirma o que já colocamos anteriormente: “[...] a inserção deste componente curricular, tem início a partir da década de 1970, com a vinda do Projeto Rondon em 1976, com isto a cidade passou a viver um momento ímpar no contexto educacional”.

Como já mencionado em outras partes desse trabalho, a Escola Santa Teresinha sempre buscou se adequar de acordo com a situação legal e social de um dado momento histórico; exemplo disso são as orientações sobre a prática da Educação Física nas décadas de 1970/1980, fundamentadas legalmente na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1971).

De acordo com o decreto nº 69.450 de 01.11.71 que regulamente as aulas de Educação Física temos: 1. A frequência às aulas de Educação Física é obrigatória, devendo o aluno atingir uma frequência igual ou superior a 75% das aulas ministradas para alcançar a aprovação. 2. Mesmo os alunos dispensados pelo médico, no ato da realização do EXAME MÉDICO, estarão obrigados a frequentar às aulas teóricas oferecidas semanalmente pela escola tais como: XADREZ E EVOLUÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. 3. Só serão isentos das aulas de Educação Física, os alunos que residem comprovadamente nos povoados e cidades vizinhas (João Lisboa, Ribeirãozinho, Lagoa Verde etc.) (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 27).<sup>3</sup>

O que se pretende trazer, ao tratar do presente e passado do processo percorrido pela Escola Santa Teresinha no que concerne a pedagogia do esporte, é o equilíbrio em seu alicerce desde sua fundação, sempre acompanhando as estruturas das políticas educacionais, sem perder de vista seu objetivo maior, que é o de *assumir a educação evangélico-libertadora, crítica, inovadora e transformadora*. Esse movimento não está descolado do que foi colocado a respeito do uso do teatro como instrumento pedagógico e tampouco pode ser compreendido sem a profunda articulação entre a escola e os aspectos culturais da sociedade imperatrizense.

---

<sup>3</sup> Desde o primeiro Decreto Lei nº 2072, de 8 de março de 1940, a Educação Física Escolar tem regulamentada sua obrigatoriedade, onde a educação cívica, moral e física fixavam bases de administração daquela, e no artigo 4º, dizia que deveria “[...] ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, [...], mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia” (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994, p. 27). A base higiênica dá apoio e sustentação para a sua realização, tendo como objetivo final a formação de corpos mais fortes para o trabalho. A Educação Física também estava contemplada na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 22: Será obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos. (LDBE/71 - Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece no artigo 26 que a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é um componente obrigatório da Educação Básica que é constituída por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e médio. A respeito da base comum nacional dos currículos do ensino fundamental e médio, a LDB diz que a educação física deve ser ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos, justamente onde o alunado é basicamente constituído de trabalhadores juvenis, desgastados após um dia de trabalho (ESCOLA SANTA TERESINHA, 1994).

#### 4.4 As festividades religiosas, cívicas e culturais

De acordo com o Hino da Escola Santa Teresinha de Fiquene (19--?):

HINO DA ESCOLA

Letra: José de Ribamar Fiquene

Música: Maestro Moisés da Providência Araújo

Salve Escola Santa Teresinha  
Favor de Deus às nossas missões  
De teus frutos nasceu escola minha  
Fonte de saber nestes rincões.

Me ufano, cantando tua glória  
De baluarte que és, ó minha escola  
Onde embalas a juventude à conquista  
Deste Brasil de terra propícia.

Escola Santa Teresinha  
És fanal de almas sedentas  
Imperatriz te acolheu bem exultante  
Sol de cultura a toda essa gente.

Teu brilho é constante em teus filhos  
Pois educando e formando para a vida  
Seguiremos contentes sempre em teu brilho  
Para elevar-te, ó escola querida.

Teu nome no peito vem gravado  
E jamais será esquecido pelo povo  
Por ti, o nosso amor é consagrado  
Pois tu preparas sempre o homem novo.

Analisando rapidamente as estrofes do Hino da Escola Santa Teresinha, compreendemos o objetivo dos ensinamentos ministrados na instituição, pautado em valores católicos, bem como no incentivo ao sentimento de pertencimento à escola. Existe, explicitamente, uma exaltação à escola, primeiro pelo alicerce do seu objetivo educacional (*educando e formando para a vida*) e, segundo, pela sua participação na cultura local (*sol de cultura a toda essa gente*). Há uma certa necessidade de demonstrar o valor imensurável da escola, não tão somente na formação intelectual das pessoas, mas a sua contribuição para o desenvolvimento político, econômico e social da cidade.

Porém, antes de adentrarmos na relação da escola com a sociedade e seus aspectos culturais, é pertinente discutirmos a escola entendida como patrimônio material e imaterial da cidade. No cenário atual, incide sobre o cotidiano das pessoas um bombardeio de informações e de influências provenientes dos meios de

comunicação de massa que, de certo modo, influenciam o comportamento das pessoas, assim diferenciando os grupos sociais. Mas, diante deste cenário, de que forma esses grupos sociais irão transmitir seus costumes e tradições para as futuras gerações? Acreditamos ser esse o centro das questões discutidas ao longo do tempo, não só pela sociedade civil, mas também pelo Estado.

De tal modo, é preciso pensar então na preservação dos patrimônios materiais e imateriais, que concebem a cultura a ser valorizada. Sobre o conceito de patrimônio, Gonçalves (2009) assevera que esta palavra é uma das mais usadas no nosso cotidiano, sendo comum, quando fazemos inferências aos patrimônios econômicos e financeiros, aos patrimônios imobiliários; também na alusão de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos, e nos patrimônios intangíveis. Oliven (2009) contribui frisando que, quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo direta ou indiretamente ao passado, o qual, a exemplo do que ocorre com a tradição, é sempre construído a partir do presente. O termo *patrimônio* - em inglês, *heritage* - refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido.

Gonçalves (2009) expõe que o termo *patrimônio* já se fazia presente no mundo Clássico e no Medievo, não se resumindo somente as discussões nas sociedades ocidentais modernas e contemporâneas, embora sua compreensão atual seja fruto da modernidade tardia, ligada à Revolução Francesa. Ainda que o patrimônio possa se referir a ideia de *coleccionamento*, caracterizada como o processo de formação de patrimônio, envolvendo coleções de objetos raros, móveis e imóveis que certo modo representam a história de um povo, ou a supremacia de um grupo sobre o demais, algumas sociedades não veem o patrimônio com o propósito de reter ou acumular saberes, mas sim redistribuí-los.

Em síntese, Gonçalves (2009, p. 15) explana:

[...] do ponto de vista dos modernos, a categoria 'patrimônio' tende a aparecer com delimitações muito precisas. E uma categoria individualizada, seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc.

Denota-se que o sentido da palavra patrimônio perpassa por transformações e reconstruções de significados, em épocas distintas.

Para Gonçalves (2009, p. 28):

Ainda que possamos usar a categoria patrimônio em contextos muito diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas. Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o 'patrimônio imaterial' ou 'intangível'. Opondo-se ao chamado 'patrimônio de pedra e cal', aquela concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais. Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.

Assim, múltiplos entendimentos trazem a possibilidade de aprofundamentos nas discussões em torno dessa categoria. Nada disso é novo; o que se discute atualmente é o que pode ser classificado como patrimônio cultural material ou como patrimônio cultural imaterial. Fundamentando essa discussão, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, entende o patrimônio cultural brasileiro como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. Os modos de criar, fazer e viver; III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas, IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O que aponta o artigo da Constituição Brasileira 1988 sobre patrimônio cultural é resultado de ações e discussões sobre a compreensão da cultura nacional, que teve o seu apogeu com o movimento modernista em 1922, com forte influência europeia, que objetivava a valorização das raízes étnicas do povo brasileiro, propondo que as linguagens utilizadas na literatura e nas artes anteriormente se tornassem simples e acessíveis a todos. Temos, portanto, um novo direcionamento para pesquisas, bem como a implementação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural material e do patrimônio cultural imaterial brasileiro (BRASIL, 1988).

No Brasil, a discussão legal sobre patrimônio data de 1930, momento em que se discutiam os aspectos da construção da brasilidade. Oliven (2009) ratifica colocando que a opção feita naquela época foi realizada pela arquitetura de elite. Mário de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei em que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a

medicina e a culinária indígenas, o que infelizmente não foi atendido em sua integralidade, já que o então Presidente da República Getúlio Vargas e o então Ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema, deram ênfase ao tombamento de patrimônios em forma de pedra e cal (casarios, igrejas etc).

Posteriormente à Constituição de 1988, por meio do Decreto 3.551/00, publicado no ano de 2000 no Brasil, deu-se início a implementação de políticas públicas, legislações e departamentos próprios em âmbito federal (BRASIL, 2000). Fonseca (2009, p. 59) coloca que:

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais - no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa - é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. E perder de vista o que justifica essa proteção, que, evidentemente, representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de 'proteger' seja precedida pelas ações de 'identificar e documentar' - bases para a seleção do que deve ser protegido seguida pelas ações do 'promover' e 'difundir', que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

Surge assim um alargamento do conceito de patrimônio cultural, um novo olhar sobre a preservação cultural, independente da dimensão do bem, quer seja material ou imaterial, já que estas estão intrinsicamente ligadas em um mesmo bem cultural. Fonseca (2009) explica que patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial, são duas faces de uma mesma moeda, já que para acontecer qualquer manifestação cultural se faz necessário o uso do suporte físico.

Nesse sentido, abrimos um parêntese para citar que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) instituiu, em 1977, a ideia de patrimônio oral e imaterial da humanidade, com o intuito de preservar o patrimônio cultural imaterial, aqui compreendido como as manifestações da cultura popular e os locais de expressões da população, diversificando os instrumentos que podem ser utilizados por pesquisadores, ou pelas políticas públicas de preservação de patrimônio, incluindo além de gravações, registros e arquivos, também os portadores desse patrimônio, ou seja, as pessoas que detêm o *saber fazer*, surgindo então o programa *Tesouros Humanos Vivos*.

Por fim, em meio as especificidades do patrimônio cultural material e do patrimônio cultural imaterial, fica nítido que existem ambiguidades e interrelações entre ambos, já que não podemos afirmar que tal bem se classifica com patrimônio

cultural material, sem ao mesmo tempo buscar entender o seu significado subjetivo, assim como não podemos caracterizar um patrimônio imaterial, sem fazer inferências ao suporte físico. Para exemplificar essas ambiguidades e interrelações, recorreremos a Oliven (2009, p. 81-82):

A distinção entre bens materiais e bens imateriais não é pacífica. As propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira água, ao contrário da segunda, tem poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. Uma bandeira é um pedaço de tecido ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. A comida é material, mas a culinária é imaterial. Como separar ambas?

Deste modo, quando buscamos as relações entre escola e comunidade, temos que levar em conta que a escola quando fortemente integrada à sociedade, acaba constituindo um tipo de patrimônio, tanto material como imaterial. Nessa compreensão da escola como sendo um espaço reconhecido e validado pela sociedade, como afirma Rovere (2009 p. 39): “[...] a escola é um espaço de gente e esse espaço vai se transformando e se constituindo com uma rede de coexistência a partir das pessoas e da maneira como essas pessoas se relacionam com outras pessoas”. Rovere (2009, p. 37) ainda reforça, sobre a relação escola/sociedade, que:

A educação continuamente esteve no centro das preocupações da sociedade, afinal a educação é reflexo das crenças, e ao mesmo tempo, reflete as crenças, os valores, os desejos e os sonhos manifestados nas mais diferentes épocas e nos mais diferentes espaços. Cada escola reproduz a sociedade que a criou enquanto fruto da sociedade que ela própria ajudou a construir, e esse ciclo é conforme o que temos visto na história da educação no país, no mundo, muitas vezes, perverso e excludente.

Destacamos então a participação da Escola Santa Teresinha (entendida como um *patrimônio cultural* pela comunidade) na construção de certos aspectos culturais da cidade de Imperatriz, assim como aquela acaba se impregnando da cultura imperatrizense, capaz de interferir no próprio desenvolvimento educacional da escola, já que ambas nos parecem indissociáveis. Nessa estreita ligação, inserem-se as realizações das festividades religiosas, cívicas e culturais.

Ao tratar dessa questão, em alguns momentos teremos que romper a barreira cronológica dessa pesquisa, mas compreendendo eventos realizados no percurso de crescimento e desenvolvimento da relação cidade/escola e escola/cidade. Assim,

nos parece mais palpável desvendar a escola enquanto patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Imperatriz. Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 74) falam sobre o trabalho do historiador ao realizar uma pesquisa sobre instituições educativas:

Como se pode perceber, historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e (re)escrever seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores.

Neste sentido, é significativo privilegiar as novas interpretações que realçam a História Regional, objetivando fazer a ponte entre a totalidade e a singularidade. Deste modo, entender a história regional significa inseri-la num contexto mais amplo, no qual as mudanças em âmbito local ocorrem. Assim, historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade.

É sob este olhar de compreensão da totalidade e, ao mesmo tempo, levando em conta suas especificidades e seu tempo histórico, que discorreremos sobre as ações culturais da escola.

Assim que a escola foi instalada na cidade, de forma ainda improvisada, já se iniciaram as ações de integração com a comunidade, sendo que aos poucos as Irmãs Capuchinhas foram introduzindo cursos e palestras, para uma população culturalmente carente na época.

Silva e Castro (2004, p. 38) colocam que

[...] além de eventos culturais, havia na escola orientação aos pais sobre as principais doenças que acometiam as pessoas da região. Essa atividade era muito importante porque eram muito frequentes focos epidêmicos de malária, sarampo, varíola e outros.

Neste sentido, Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 75) demonstram:

No seu percurso histórico, uma instituição educativa como totalidade a ser construída, sistematicamente compõe sua própria identidade. Nessa composição, ela produz sua cultura escolar, que vai desde a história do fazer escolar, práticas e condutas, até os conteúdos, inseridos num contexto histórico que realiza os fins do ensino e produz pessoas.

Na realidade, a Escola Santa Teresinha até a década de 1960, já representava um dos alicerces culturais da cidade, o que foi se ampliando muito mais nas décadas seguintes.

Lá acontecia de tudo, desde apresentações de teatro à cursos profissionalizantes para a população, com vistas a prepará-la para atuar na sociedade. Como já dito antes, as irmãs tinham uma visão futurista e apostavam no crescimento econômico, social e cultural da cidade.

A Escola Santa Teresinha se preocupou também em ministrar cursos de prendas domésticas, tais como bordado, tricô, pintura em tecido e costura. Em dezembro de 1946 foi feita a leitura pública dos nomes dos primeiros seis alunos que concluíram o curso de datilografia. Esses cursos contribuíam muito para a formação dos jovens e ajudavam no desenvolvimento da cidade. Ainda hoje encontram-se pessoas que tiveram aprendizado de trabalhos manuais e profissionalizantes na escola. As irmãs ministravam cursos, palestras e seminários para professores, abertos a comunidade (SILVA; CASTRO, 2004, p. 39).

Este crescimento, que tem início com a abertura da rodovia Belém-Brasília, resultou também em um aumento demográfico de proporções inimagináveis. Por lá chegaram imigrantes de todos os estados, buscando explorar as riquezas locais. De cidade pacata e pobre, Imperatriz passa a ser uma cidade tumultuada, já que não estava preparada, sob nenhum aspecto, para esse *boom demográfico*, tornando-se o segundo polo comercial do Maranhão e o principal polo socioeconômico de toda a região (SILVA; CASTRO, 2004, p. 39).

Sobre esse crescimento inesperado, Franklin (2005, p. 84) alude:

Esse empreendimento transformou a pequena Imperatriz. Aviões, helicópteros e máquinas passaram a fazer parte do cenário cotidiano da cidade. A derrubada das matas ocupava centenas de pessoas, em diversos pontos diferentes. Chegavam homens, às vezes com suas famílias, de diversas partes do Brasil, mas principalmente do Nordeste. Aconteceu a primeira grande explosão demográfica do município.

Neste cenário, qual foi o comportamento da Escola Santa Teresinha? A primeira ação foi ampliar o seu atendimento educacional, já que até 1961 atendia somente em nível de Primeiro Grau (1<sup>o</sup> à 4<sup>a</sup> séries), com vistas ao atendimento da demanda local. Ainda em 1961, é criada a Escola Normal Regional, em nível de Primeiro Grau (1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup> séries, equiparadas às 6<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries), sendo complementada por diversas disciplinas pedagógicas. Sobre essa equiparação no atendimento pedagógico vale mencionar que, de acordo com Silva e Castro (2004, p. 40), “[...] em 1973, foi criado o curso de Magistério em nível de segundo grau, permanecendo assim até 1979. Em 1980 foi criado o curso de Auxiliar de Laboratório de Análise Químicas, funcionando até 1982”.

No terceiro Livro de Tombo (1961-1978), existem vários registros dos eventos culturais e religiosos efetivados, dos quais selecionamos alguns como, por exemplo, o mês de maio, segundo a tradição católica, é o mês da Coroação de Nossa Senhora e as comemorações alusivas ao dia das Mães, momento que envolvia todas as alunas da escola segundo o terceiro Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1961-1978):

Iniciou-se o mês de maio de Maria com muita piedade. A noite sermão, benção e guarda de honra a Nossa Senhora pelas Filhas de Maria e procissão. No dia 02 com muita alegria das Irmãs e alunas o Reverendíssimo Padre Superior fez a benção dos altares de Nossa Senhora nas classes, aconselhando que elas pedissem a proteção de Maria Santíssima para serem felizes nos estudos. No dia 12 Dia das Mães – pela manhã, missa com cânticos e as 9 horas no salão paroquial, fez-se uma solene manifestação às Mães. Cuja a programação foi a seguinte: cânticos, poesias e coroação de uma das mães (sorteadas). Depois foi servido a todas guaraná e salgadinhos. Com grande entusiasmo fez-se a coroação de Nossa Senhora por todas as estudantes do Educandário.

É então este evento religioso identificado com os rituais religiosos da Igreja Católica, assim como havia sido concretizado no desejo de Frei João Pedro:

Maria como o modelo de presença geradora de vida e convida a Missionária Capuchinha a participar do dom da maternidade espiritual, no seu sentido mais verdadeiro, e dar a vida e dar 'vida' para descer aos pequenos, escutar seus problemas, assumir os desafios de suas realidades. A missionária Capuchinha encontra na sua vocação um largo espaço para viver seu carisma dentro da maternidade de Maria, sendo sacramento da presença e da misericórdia de Deus (CASTILHO, 2004, p. 91).

Discutindo o papel da escola como instituição e sua participação direta ou indiretamente na cultura da cidade Rovere (2009, p. 38) pondera que: “[...] mesmo cercada de muros, a escola está integrada e dialogando com o tempo todo com os acontecimentos sociais. É um espaço vivo, de profunda socialização e deve, portanto, abrir suas portas e deixar que as questões sociais apareçam sejam discutidas e transformadas”. Por sua vez, Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 75) reafirmam: “[...] precisa-se considerar também que os rituais que a escola produz no seu cotidiano, consolidam o contexto sociocultural que a instituição se insere”.

Concordando com os autores mencionados elaboramos um quadro onde constam os principais eventos desenvolvidos ou ampliados pela escola, que inferiram de forma prática na população de Imperatriz por décadas.

Quadro 9 - Principais eventos religiosos, cívicos e culturais abarcados pela escola  
Santa Teresinha

DATA	RELIGIOSO	CÍVICO	CULTURAL
1989	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola		I Semana Pedagógica com participação de professores/as da Escola e da comunidade de Imperatriz
1986	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola		Curso de Orientação Educacional, coordenado pelo Projeto Rondon
1984	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola		. II Congresso de Educadores de Imperatriz (MA). . Atividades carnavalesca no pátio da Escola
1983	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola		I Congresso de Educadores de Imperatriz (MA)
1977	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola	Organização e participação no Desfile Cívico de 7 de setembro, alusiva a Comemoração da Independência do Brasil. Participou do II Concurso de Fanfarras, alcançando o II lugar.	. Excursão turística dos Concluintes da 8ª série ao Rio de Janeiro. . No período 01 à 07/09 (Semana da Pátria) promoveu Concurso de cartazes, elaboração de frases e Concurso sobre o Hino Nacional internamente, que posteriormente no dia da entrega dos resultados foi apresentado para os pais da escola.
1976	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola	Desfile Cívico. . Participou do I Concurso de Fanfarras Escolas no Estádio Municipal no Estado Frei Epifânio D' Abadia.	
1973	I Cursilho Masculino da Diocese de Carolina	Organização e participação no Desfile Cívico de 7 de setembro, alusiva a Comemoração da Independência do Brasil.	
1963	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola	Organização e participação no Desfile Cívico de 7 de setembro, alusiva a Comemoração da Independência do Brasil.	Criação da Associação de Pais e Mestres. Tinha como finalidade participar nas decisões de diversas atividades internas e externas da escola.
1962	Apresentação de Dramas de cunho religioso na Escola	Organização e participação no Desfile Cívico de 7 de setembro, alusiva a Comemoração da Independência do	Criação do Grêmio Littero e Recreativo. "Santa Bernadete" Tinha como finalidade congregar as alunas do curso secundário num ambiente propicio à formação cívica, literária e moral. Promovia

		Brasil.	excursões, dramas, festivais, sessões recreativas, cuja rendas eram revestidas para benfeitorias na escola,
--	--	---------	---

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva e Castro (2004).

Através dos Livros de Tombo (primeiro e terceiro), pudemos identificar que nos primórdios de fundação da escola os eventos se restringiam a organização de dramas, retiros espirituais nas chácaras, palestras sobre temas ligados à saúde, aulas de catecismo, promoção de cursos, torneio de queimadas etc. Isso tudo, para uma cidade que se encontrava estagnada, era um grande avanço. Segundo Franklin (2005, p. 69):

Imperatriz chegou ao alvorecer do século XX. Embora com sinais de prosperidade e pujança, distante e sem ligação por estradas com a capital, esquecida pelo poder público do Estado. Por causa desse isolamento, que perdurou ainda por muito tempo, era cognominada de 'Sibéria maranhense', para onde os governantes enviavam muitos servidores indesejados.

Com a abertura da estrada Belém-Brasília, como já foi colocado anteriormente, a escola tem a oportunidade de implementar eventos culturais no (e fora do) ambiente escolar, resultado também da visão empreendedora das Irmãs, que por meio destes eventos poderiam se aproximar ainda mais da população e, conseqüentemente, atender a uma demanda educacional das famílias dos imigrantes que chegavam. Em outras palavras, a escola se adaptou à realidade da cidade.

É Rovere (2009, p. 37) quem nos fala sobre essa adequação e interrelação escola/sociedade – sociedade/escola:

Na busca de um sentido maior para a educação escolar, estamos sempre questionando sobre: O que, para que e para quem estamos educando? O que a escola está educando? Que experiências estamos vivendo? Que sentimento e valores estamos compartilhando? Que tipo de sociedade a educação está ajudando a construir? Desde a Grécia antiga até o nosso tempo, inquietações como estas estão presentes. A sociedade exige que a escola professe valores de solidariedade que ela ignora. E a escola, muitas vezes, aguarda passivamente pela transformação da sociedade. E, diante do impasse, muitos ficam de braços cruzados, à espera de que um desses segmentos dê o primeiro passo. Contudo fazemos parte dos dois segmentos; somos, ao mesmo tempo, seres transformados e transformadores dessa história.

Neste caso, o papel da Escola Santa Teresinha foi ativo em relação a nova realidade, o que fica nítido quando lemos os registros feitos pelas irmãs nos Livros de

Tombo. A interrelação com a sociedade foi um elemento natural para o próprio desenvolvimento e manutenção da escola. Como referem Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 74):

Ao estabelecer uma relação dialética entre a instituição e sua comunidade, em uma pluralidade de sentidos, emerge nesse caso a necessidade de um redimensionamento dos planos espaço-temporal, privilegiando abordagens do tipo meso. Desse modo, pode se afirmar que é buscando a dimensão meso, que se dá vida e intensidade à História da Instituição, conferindo às suas diversas personagens: diretoras, professoras, professores, alunos e demais membros da comunidade, a condição de sujeitos históricos, tendo em vista a grandeza dos pequenos atos, os gestos, as vozes pouco ouvidas ou silenciadas, as práticas escolares, o currículo e o seu projeto educativo.

Nesse processo de adaptação às mudanças, foi fundado em 25 de março de 1962, o Grêmio Lútero-Recreativo *Santa Bernadete*, que tinha como objetivo oferecer aos jovens um ambiente saudável para a sua formação cívica, literária e moral, ainda contribuindo com a formação intelectual, realizando eventos de cunho literário, social e artístico.

Com a criação do Grêmio, a escola estreitava os laços também com os familiares de alunos e alunas, como fica evidente no terceiro Livro de Tombo (1961-1978), em sua primeira página: “[...] com a presença de pessoas de destaque inclusive pais dos nossos alunos, foi inaugurado o Grêmio Lútero-Recreativo, para melhor instruir nossos alunos (25/março/1962)”.

Nesse sentido a escola, por meio do Grêmio, era responsável por organizar excursões, festivais e sessões recreativas, com a participação da comunidade (figura 11).

Figura 11 - Grupo de alunos em excursão



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

Nessa intenção de parceria entre escola/família é criada em 1963 a Associação de Pais e Mestres da Escola Santa Teresinha com o intento de manter elos mais estreitos.

Em face aos deveres desta associação vale mencionar que dentre eles está a elaboração de planilhas de mensalidades escolares diferenciadas, permitindo assim que os alunos de maior posse pagassem a mensalidade maior e os de menos posses uma mensalidade menor, enquanto uma parcela da comunidade escolar ficava isenta do pagamento.

No depoimento da professora Conceição Formiga, registrado no terceiro Livro de Tombo (1961-1978), ela assim se manifesta:

Salve escola estimada que proporcionou a mim, meus alunos e colegas momentos felizes e inesquecíveis como os encontros sociais, jogos escolares, e a criação do jornal interno 'O Sabugosa' e excursões às cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Foz do Iguaçu, Paraguai, Uruguai, Argentina, e tantas outras cidades. Observe o registro fotográfico da Excursão ao Morro da Urca – Rio de Janeiro realizado em 1977.

Existiam outros eventos que deixaram marcas para quem fez parte daquele momento escolar, como protagonista, como é o caso do *Desfile Cívico de 7 de setembro*, que faz parte do Calendário Oficial da cidade e das escolas (figura 12). Sobre ele existem registros no Livro de Tombo a partir de 1962 a 1977, sendo que neste meio tempo houveram algumas especificidades, como nos anos de 1975, 1976 e 1977, que serão relatadas a seguir.

Uma das nossas entrevistadas Domingas Machado Batista, figura frágil e ao mesmo tempo forte, de uma memória invejável, nos fala da beleza das comemorações alusivas à Independência do Brasil: “*Era um momento que a sociedade de Imperatriz parava para acompanhar os desfiles das Escolas e suas lindas fanfarras*”. O primeiro registro encontrado no terceiro Livro de Tombo (1961-1978, p. 3) data de 07/09/1962:

Dia da Pátria! Como nos outros anos nosso colégio comemorou festivamente a data magna da nossa Independência. O curso normal preparou, ou melhor exibiu dois carros alegóricos, sendo um porta Bandeira e o outro a figura do intrépido Tiradentes. Decentemente uniformizados, desfilaram garbosamente nossas alunas pelas principais ruas da Cidade. Na praça N. Senhora de Fátima foi preparado um Palanque, para a comemoração deste dia.

Figura 12 - Desfile Cívico de 7 de setembro, com a participação da Escola Santa Teresinha (1960)



Fonte: Acervo da CIMC ([19--?]).

Com relação ao registro fotográfico (figura 12) é pertinente explicar que no Livro de Tombo da escola, as anotações sobre a participação dela, nos desfiles cívicos oficiais, datam a partir de 1962. Já a fotografia (figura 12), que faz parte do acervo da escola, mostra a primeira turma de Normal Regional, participando do desfile de 1960. Contudo, não encontramos na documentação uma data exata do início desta tradição, que resiste a todo avanço cultural e tecnológico, sendo ainda hoje um dos eventos mais esperados do ano, contanto com a participação de Escolas Municipais, Estaduais, Igrejas e entidade de classes.

Custódio (2015, p.16) lembra:

Vale frisar que essas e outras práticas religiosas ocupam os livros de tomo de 1926 a 1946; de 1947 a 1978 dividem espaço com as práticas cívicas, que passam a ser descritas de forma mais constante. No entanto, nos primeiros anos da escola, ao lado das devoções e rituais católicos, desenrolavam-se cerimônias patrióticas conforme se depreende da avaliação do presidente do Conselho Municipal de Ensino, registrada no Livro de Visitantes em 1937 (p. 1). Em síntese, ele identificou o estabelecimento como 'casa de educação no sentido mais amplo da palavra' e enalteceu o 'culto da Pátria e da Religião' que se fazia lá.

Nas atas dos anos subsequentes constam também registros deste momento, com riqueza de detalhes, onde se percebe a paixão das irmãs por esse momento, cheias de orgulho da missão que estavam desenvolvendo, paixão representada na última estrofe do Hino da Escola, que era entoado junto com o Hino Nacional todos

os dias, no momento cívico da semana da pátria na escola. Contudo, como já citado, os registros deste evento, nos anos 1975, 1976 e 1977, diferem um pouco no que se refere aos atos realizados anteriormente, segundo o terceiro Livro de Tombo da Escola Santa Teresinha (1961-1978) no ano de 1975:

A escola foi escolhida para abrir o desfile Colegial. Hoje foi também a abertura das Missões em Imperatriz. 10 missionários vieram do Rio Grande do Sul, para pregar as Missões. Em (1976, p.89). Semana da Pátria – Desfile Cívico estudantil. A Escola Santa Teresinha, participou no 1º Concurso da Fanfara Escolar, no Estádio Municipal Frei Epifânio D’ Abadia. No ano (1977, p 94). Semana da Pátria – Desfile estudantil e militar. A escola participou do 2º Concurso de fanfarras, realizou comemorações cívicas, durante a semana Pátria, envolvendo Concurso de cartazes e elaboração de frases internamente.

Podemos notar que as comemorações se tornam mais robustas, no que se refere ao caráter pedagógico, pois saem da forma mecânica dos desfiles, onde o único objetivo era apresentar os grandes heróis que foram responsáveis pela Independência do Brasil de forma pomposa para a comunidade local, partindo para uma discussão, envolvendo os conteúdos trabalhados em sala de aula, inclusive os Símbolos Nacionais.

Há também a entrada dos grandes concursos de fanfarras, envolvendo aí o aprimoramento dos/as alunos/as em suas técnicas musicais, além do aspecto da competição, trabalho coletivo e a manutenção da estreita ligação da escola com a comunidade local e órgãos oficiais da cidade. Outro detalhe que não pode passar despercebido é o início da participação dos militares no Desfile Cívico da cidade que, de acordo com as anotações do Livro de Tombo, ocorreu a partir do ano de 1977.

Sobre isso Souza (1999) quando se referiu às comemorações cívicas e sua relação com as festas escolares, destacou que o regime republicano tornou as datas cívicas uma atividade escolar que deveria instrumentalizar a perpetuação de certa memória nacional. Bencostta (2014, p. 6) explana o objetivo das comemorações cívicas como construção social:

Assim, os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de certa cultura cívica inerente aos seus atores; nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se

propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço históricos.

Nesse sentido, Sanches (2002, p. 166) nos fala sobre a importância da década de 1960 para o crescimento da cidade e, conseqüentemente, para a consolidação da Escola Santa Teresinha no âmbito cultural, religioso e educacional: “A década de 60 foi o período em que as bases de Imperatriz, foram refundadas e fortalecidas, agora como cidade progressista, polo e referência de uma vasta região, que inclui até cidades de outros estados”.

Ainda são mencionados, nos livros de Tombo e nas entrevistas, outros eventos realizados pela escola, sempre de cunho pedagógico e cultural, tais como o Curso para Aperfeiçoamento do Magistério (1967), o Primeiro Congresso de Educadores de Imperatriz (14 de outubro de 1983) e o Segundo Congresso de Educadores de Imperatriz (29 de julho de 1984). Nas décadas seguintes, cada vez mais a Escola Santa Teresinha se fez presente na sociedade imperatrizense, seja por meio da educação como a Mostra Científica, de destaque nacional, bem como pela promoção de atividades religiosas e culturais, como as Festas Juninas, proporcionando a comunidade estudantil momentos de interação e integração entre escola, família e comunidade.

Podemos perceber, assim, que as ações culturais planejadas e executadas pela escola acompanharam o momento econômico, social e político da cidade, sempre buscando construir sua história ombreada com os interesses da população local. Isto fica mais evidente a partir de 1960, como já foi demonstrado. Isso fica explícito também na fala de Evane Santos Ferreira (entrevista à autora): *“A escola Santa Teresinha, projetou seu nome para a imortalidade porque, ao longo dos anos, vem ajudando a escrever a história de Imperatriz, formando homens e mulheres, pautados em valores éticos, morais e culturais”*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCANDO PARA A SOCIEDADE

Essa tese teve como objetivo principal compreender as relações que se estabeleceram entre uma instituição escolar de caráter confessional, a Escola Santa Teresinha, de Imperatriz, Maranhão, e a sociedade local, buscando identificar de que modo a escola, a partir de suas ações educativas, produziu transformações em diferentes aspectos da cultura e da própria organização da comunidade.

A Escola Santa Teresinha foi fundada em 03 de agosto de 1924, por religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas que, por sua vez, estavam continuando (e expandindo) seu trabalho catequético e pedagógico que teve início dez anos antes, em 1904. Trata-se, portanto, de uma obra com uma profunda tradição, alicerçada na catequese, na educação e na relação com a sociedade.

A chegada das irmãs capuchinhas, em Imperatriz, em um momento em que a cidade recém estava se estruturando, foi marcante e perpassa a história e a memória da coletividade imperatrizense até a atualidade.

A escola, desde o princípio, atendia e atende a uma parcela da sociedade das classes média e alta, buscando se adequar em cada contexto histórico social, porém sem perder a essência da doutrina católica. Isso fica evidente tanto nos registros documentais da instituição como nas falas das entrevistadas, que viveram a escola especialmente nos anos 30, 40 e 50 do século XX. Importante lembrar que as fontes utilizadas constaram tanto de documentação institucional (Livros de Tombo, atas, cartas etc) como informações orais, através de entrevistas realizadas com sete mulheres residentes na cidade de Imperatriz que tiveram suas vidas, em maior ou menor grau, atreladas e impactadas àquela escola.

Ao longo da tese, fomos sistematizando informações relativas às fontes institucionais, cotejando-as com dados que traziam informações sobre o desenvolvimento histórico (e sociocultural) da cidade, bem como inserindo aqui e ali, quando pertinente, fragmentos das falas das participantes da pesquisa na situação de entrevistadas que tinham a força de subsidiar (e algumas vezes, esclarecer) determinados pontos dessa trama. Logo, tais informações funcionaram como pistas indicadoras de como a escola foi se envolvendo com a comunidade e, no sentido inverso, como a própria comunidade a absorveu em seu tecido social e se inseriu na escola.

Buscando responder aos objetivos, trouxemos no segundo capítulo da tese uma retrospectiva histórica da fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, onde fica latente a importância dessa instituição de ensino no desenvolvimento da educação em uma parte significativa do território maranhense. No caso específico de Imperatriz, a contribuição das irmãs capuchinhas ultrapassou a área educacional e o campo da evangelização, espraiando-se também para a saúde e a cultura. Nesse sentido, foi possível perceber a força do modelo confessional católico, adotado nas escolas que foram criadas pela Congregação, entre elas a que é nosso objeto de estudo.

Em seguida, apresentamos de forma um pouco mais aprofundada o objeto de estudo, a Escola Santa Teresinha, passando por sua fundação, seu aspecto confessional, suas diretrizes pedagógicas e as transformações em sua estrutura física, sempre buscando um cotejamento com a própria história da cidade, principalmente, no que tange aos aspectos sociais, culturais e políticos. Nesses diálogos, nos pareceu nítida a relação da escola com a cidade e como a escola foi se transformando no seu caráter pedagógico e estrutural no mesmo ritmo do desenvolvimento da cidade, com isto atendendo a demanda educacional em diferentes momentos.

No último capítulo que consideramos aquele em que melhor transparecem as relações entre a escola e a comunidade, procuramos mostrar a atuação da escola para além das suas ações propedêuticas, evidenciada pela sua forte integração social a partir de atividades que, ainda que mantendo seu caráter pedagógico, resultaram em eventos que aproximaram da sociedade e, ao mesmo tempo em que a inseriram no contexto da escola, levaram-na para fora do seu ambiente formal, que é a sala de aula. É justamente nessa fronteira que compreendemos como se dão essas interações.

A escola como objeto historiográfico tem suas bases fundadas, principalmente, nas abordagens renovadoras da Nova História Cultural (HUNT, 1992), que abre novos campos de estudo e fomenta a interdisciplinaridade com diferentes áreas de conhecimento, além de estender o olhar do historiador para novas categorias de fontes. Nessa perspectiva, tal olhar se traduziu em um campo próprio, da história da educação e das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004; SANFELICE, 2008).

No entanto, para além da história de uma instituição educacional, nos interessou compreender como se estruturam as relações entre ela e a sociedade, relações essas quase sempre ambíguas e assimétricas, mas que são fundamentais para que uma dada instituição escolar se consolide como tal e seja reconhecida pela comunidade como parte de sua memória e de seu patrimônio. Para isso, o conjunto de conhecimentos e práticas normatizadas que envolvem o âmbito escolar, naquilo que Julia (2001) chama de *cultura escolar*, necessita transbordar para o lado de fora da escola e se articular com o contexto social e cultural (mas também político e econômico) da comunidade.

Como tratamos aqui de uma instituição de caráter confessional, cuja ação foi fundamentada a partir de preceitos cristãos, evangelizadores, estes se tornam mecanismos integrados à educação formal, constituindo uma cultura escolar que integra esses dois campos que podem ser traduzidos na própria expressão com a qual costumam se identificar: Educar Evangelizando, Evangelizar Educando. Para que essa proposta funcione, além obviamente da formação de seus alunos e alunas, a escola necessita de respaldo social e ações que a permitam transitar na comunidade, seja trazendo-a à escola seja levando a escola até ela. Essa relação pode ser exemplificada na própria missão da Escola Santa Teresinha: “Educar para a cidadania, justiça e fraternidade à luz dos valores evangélico-franciscanos, possibilitando aos nossos educandos tornarem-se agentes e construtores de uma nova sociedade”

Já desde sua fundação em Imperatriz, em 1924, a Escola Santa Teresinha traz essa relação com a cidade de forma muito clara: a vinda das Irmãs Capuchinhas aconteceu por meio de uma demanda local. Por um lado pela deficiência ou inexistência do ensino público naquele momento, mas também pelo fato de que a elite econômica e política local queria ver suas filhas e filhos bem educados, dentro dos preceitos cristãos e da boa formação para a vida, o que significava, para as mulheres, serem boas esposas e donas de casa e, para os homens, cidadãos na política e economicamente ativos.

Ainda cedo as irmãs buscaram se integrar à comunidade local, seja através da educação escolar (essa, como já colocado, direcionada a famílias mais ricas), seja por meio de atividades que envolviam tanto a catequese, as desobrigas, o apoio a festas religiosas, o atendimento à saúde entre outras, voltadas também para a população mais pobre. Ao longo do tempo, a instituição se transformou e se

adequou tanto às mudanças pedagógicas e curriculares legais como também ao seu entrelaçamento com a comunidade e com a história da cidade.

Podemos perceber essas mudanças, por exemplo, nos diferentes nomes que o educandário teve ao longo do tempo, adequando-se à legislação educacional brasileira, e às mudanças curriculares, bem como na estrutura física da escola, até chegar no prédio atual, mas sem abrir mão dos objetivos formativos originais, relacionados à integração entre religião e educação.

Por outro lado, intensificam-se e se ampliam as relações com a sociedade imperatrizense, primeiro em relação às famílias dos alunos e alunas e, logo, por meio de ações lúdico-pedagógicas que acabam alcançando também outras esferas da comunidade, como as encenações teatrais, o esporte, os grêmios e as festas de caráter religioso, cívico e outras atividades culturais. Na verdade, com relação às festas, esse parece ser um ponto em que a relação entre a escola e a comunidade se torna mais aberta. Boa parte das festas religiosas são também de caráter popular, não se prendendo a determinadas camadas sociais. Um exemplo disso são as festas de São João, Festa do Divino, Natal e Páscoa.

Um aspecto importante a ser salientado sobre a questão da relação entre a Escola Santa Teresinha e a elite econômica de Imperatriz é que, de fato, trata-se de um processo e de uma política quase que recorrente nas instituições educacionais confessionais e que se estende, ainda que de certa forma relativizada, até a atualidade. É o que Dallabrida (2004) chama de “cultura escolar católico-burguesa”. No entanto, é importante salientar que havia também uma política de recepção de alunas e alunos de classes sociais mais baixas, ainda que de maneira acanhada, na forma de bolsas de estudo, especialmente para filhas de prestadores de serviço à escola e às irmãs.

Podemos perceber também essa aproximação à elite econômica como uma estratégia que, de fato, acaba por ser muito bem sucedida, a fim de estruturar uma rede de apoio que garanta a sustentabilidade da obra religiosa e educativa, pelo menos até estar assegurada a sua independência econômica. Nesse sentido, podemos também incluir aí outros aspectos das relações entre a escola e a comunidade, como mencionamos. Tais como as apresentações teatrais, as festas, os jogos etc. Nesse ponto, podemos compreender essa aproximação também sob o ponto de vista do empreendedorismo das irmãs capuchinhas, identificando problemas e oportunidades para a manutenção e desenvolvimento de sua obra, o

que, a princípio, não significa uma subversão da missão da Congregação mas, como enfatizamos, uma estratégia de gestão.

Voltando aos elementos que proporcionaram a articulação positiva da Escola Santa Teresinha com a comunidade imperatrizense, obviamente em primeiro plano está a formação de seu alunado ao longo dos anos, pautada nos preceitos da Congregação e na competência das irmãs em gerir os aspectos administrativos e pedagógicos da instituição, adaptando-se às contingências históricas e legais que implicaram em transformações no cotidiano escolar, mas também constituindo uma fonte inesgotável de agentes multiplicadores do *ethos* que caracteriza a educação capuchinha. Ante isso, acreditamos que a força motriz por trás desse processo resida nas diferentes atividades que, ao mesmo tempo em que trouxeram a comunidade para dentro da escola, levaram a escola a ultrapassar seus muros.

A importância do teatro e dos dramas no processo educativo é reconhecida e tem sido muito estudada em função de sua importância não somente por aspectos didáticos e pedagógicos, mas também por possibilitar aos alunos a compreensão de suas capacidades estéticas e criativas, bem como sua inclusão social na comunidade escolar e fora dela (COELHO, 2014; RIBEIRO, 2020).

Nesse sentido, os dramas já eram encenados na escola Santa Teresinha desde seus primeiros tempos, o que não é algo para se espantar, já que era uma ferramenta pedagógica conhecida desde o início do período colonial brasileiro e antes disso, no mundo inteiro (um exemplo é o teatro jesuítico). Talvez o que faça com que esse instrumento seja tão importante no contexto de nosso estudo, é que ele servia como estímulo para estabelecer conexões com a comunidade externa, não somente pais de alunos e alunas e autoridades políticas e religiosas, mas também outros sujeitos, no momento em que essas encenações eram também levadas para fora do espaço da escola, a ponto de se tornarem verdadeiros eventos culturais na cidade.

Da mesma forma, a educação através do corpo, a educação física, pode ser pensada para além de sua concepção higienista, baseada em conhecimentos biológicos, mas levada para o campo do comportamento, entendido como um fenômeno histórico e cultural (SALADINI; FOGAÇA JÚNIOR, 2011). Nesse sentido, também tem uma função social, que é a de integrar pessoas, como instrumento de sociabilidade. Logo, a prática de esportes atuava como um vetor de contato entre a

escola e a sociedade, também levando a formação de vínculos entre essas duas instâncias da vida de Imperatriz.

Sobre as festividades religiosas, cívicas e culturais, já tecemos alguns comentários. Mas, é importante salientar que, especialmente, as festas possuem um papel integrador fundamental para a produção e reprodução do tecido social de uma comunidade. A festa é, acima de tudo, um lugar de memória, um lugar de patrimônio. Se a escola, como fez o Santa Teresinha, se articula à sociedade através da festa, especialmente se de caráter religioso, a ponte que une as duas está aberta e em constante fluxo. Nesse contexto, como posto, anteriormente, mesmo as festas religiosas assumem um caráter popular, assim como algumas festas tipicamente populares podem ser sacralizadas.

Já as comemorações cívicas são de outra natureza, pois partem de determinações do Estado nacional. Podemos dizer que fazem uma espécie de caminho inverso e chegam na escola através do Estado, mas acabam também sendo sacralizadas e ritualizadas. Pensamos aqui especialmente no 7 de setembro e tudo que acompanha essa data no ambiente escolar (ou, pelo menos, acompanhava<sup>1</sup>): hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional na entrada, no intervalo e na saída do período das aulas, produção de trabalhos escolares, competições esportivas entre outras atividades (SILVA, 2006).

O hino da escola (e o ato de cantá-lo junto com o hino nacional) também é um reflexo dessa ritualização. Porém, o auge da comemoração era, de fato, o desfile em praça (na verdade, rua) pública. Esse era o momento em que a escola se fundia à comunidade, com seus alunos uniformizados, passo acertado e sua banda marcial afinada bem como pais orgulhosos olhando os filhos da calçada.

Por todos esses meios, instrumentos, atividades, estratégias, a Escola Santa Teresinha foi ganhando seu espaço nos corações e mentes dos cidadãos e cidadãs imperatrizenses, certamente não de todos, mas de uma comunidade significativa. Exemplo disso são as falas daquelas que entrevistamos ou daqueles depoimentos que recolhemos na documentação e nas obras sobre a escola utilizados como fontes de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Não vamos aqui adentrar a discussão política e militar dessa comemoração, mas lembramos do tempo em que realmente representava um momento de celebração popular no país. Na verdade, nas últimas décadas, isso tem se esvaziado de tal maneira que praticamente muito poucas escolas *marcham* no 7 de setembro, restando em muitas cidades brasileiras somente o feriado e, eventualmente, uma apresentação de órgão militares e policiais.

Sobre as entrevistas é imprescindível frisar que este foi o maior desafio no decorrer da pesquisa e da produção textual, não somente pelo trabalho de transcrição das falas, mas em compreender os aspectos subjetivos das memórias daquelas sete mulheres, cidadãs, ex-alunas e algumas delas professoras que vivenciaram diretamente o ambiente da Escola Santa Teresinha (ou ouviram), parte da história que trouxemos nessa tese, ao mesmo tempo também participavam da vida social da cidade. Por outro lado, essa experiência se transformou em um aprendizado e em momentos extremamente prazerosos de conversas em que se destacam a riqueza de detalhes em suas falas. Se não conseguimos utilizar tudo que gostaríamos nessa tese, fica a certeza de que esse acervo (imagético e sonoro) permanecerá muito bem guardado e conservado para a memória da cidade e da instituição escolar.

Ao realizarmos essa pesquisa e produzirmos essa tese não tivemos nenhuma pretensão em esgotar o tema, ao contrário, sabemos que muito mais poderia ter sido feito, muitos pontos explorados e que muitas lacunas permaneceram abertas.

Entre os vários pontos que não foram explorados com mais intensidade e que abrem perspectivas futuras de pesquisa, está a questão feminina, a importância das mulheres na fundação e desenvolvimento da Congregação e no contexto de articulação entre a Escola Santa Teresinha e a comunidade de Imperatriz. Fica claro, ao lermos o texto, que a maior parte do protagonismo, seja na escola seja na comunidade, é feminino. São as Irmãs Capuchinhas... são as ex-alunas e ex-professoras!

Outro ponto não explorado em maior profundidade está na própria documentação da escola. O que utilizamos aqui representa uma parte significativa, mas não o todo dos documentos e de suas potencialidades. Por sua vez, também a necessidade de discutir em maior profundidade os conceitos e o quadro teórico que embasou a pesquisa, tais como história das instituições escolares, cultura escolar, entre outros.

Enfim, muito mais poderia e pode ainda ser explorado com relação à temática dessa pesquisa, no contexto das relações entre a Escola Santa Teresinha e a cidade de Imperatriz. Mas, a partir dos dados que levantamos, organizamos e analisamos ao longo desse processo de elaboração da tese, acreditamos que os objetivos foram alcançados, demonstrando que, no correr do tempo, a escola adentrou a comunidade e essa, em resposta, incorporou a escola como um

elemento integrado ao seu corpo social e cultural, estabelecendo uma relação que, embora complexa, tem sido positiva na medida em que se reflete como uma memória social que se mantém viva na comunidade (NORA, 1993).

## REFERÊNCIAS

[EDUCAÇÃO física – jogo]. In: BRASIL escola. [S. l.], c2021. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/educacao-fisica/jogo>. Acesso em: 11 jan. 2021.

AGUIAR, Christiano Roberto L.; AGUIAR, Gilvânia Queiroz M. Escola normal regional Santa Terezinha: histórias e memórias da formação docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 19, p. 52-66, out. 2020.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. **Educação**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 71-78, 2009.

ALVES, Rogério Othon Teixeira. **História da educação física e dos esportes**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2013.

AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito 1972.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1995.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **Varia Historia**, [s. l.], v. 30, n. 53, p. 391- 403, 2014.

BENEDETINOS, Ir. **Teresinha M. de. Fr. João Pedro**: o servo fiel e confiante. Fortaleza: Conhecimento Editora, 1995. v. 1

BORGES, Cibele Dias. A memória coletiva e individual. In: SABERCOM. [S. l.], 17 abr. 2013. Disponível em: [http://sabercom.furg.br/bitstream/1/1440/1/A\\_memoria\\_coletiva\\_e\\_individual.pdf](http://sabercom.furg.br/bitstream/1/1440/1/A_memoria_coletiva_e_individual.pdf). Acesso em: 09 nov. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDES, Galeno E. **Barra do Corda na história do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1. e 2 graus, e da outras providencias. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BRAZIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Republica dos Estados Unidos do Brazil, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BRAZIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Imperio do Brazil, 1827. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 9 nov. 2021.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de. **A missão do Maranhão (1894-1922): acontecimento, particularidades e enredamento nos arquivos capuchinhos**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

CASTILHO, Irmã Maria Uília. **Irmãs Missionárias Capuchinhas: uma história de amor (feita de luzes e sombras) 1904-2004**. Fortaleza: Congregação das Irmãs Capuchinhas, 2004.

CASTILHO, Irmã Uília Rodrigues. **Frei João Pedro de Sexto, São João**. São Luiz: Christus, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COELHO, Márcia Azevedo. **Teatro na escola: uma possibilidade de educação efetiva**. Polêmica, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1208-1224, abr./jun. 2014.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS (CIMC). **[Acervo histórico - fotografias]**. [S. l.]: CIMC, [19--?]. Acervo histórico da Congregação.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz: subsídios para a história da cidade**. São Luís: Sioge, 1994.

CRUZ, Mariléia dos Santos (org.). **História da educação de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2012.

CRUZ, Mariléia dos Santos. História da expansão escolar no território de imperatriz (1864-1970). **Outros Tempos**, [s. l.], v. 10, n. 15, p. 13-36, 2013.

CRUZ, Mariléia dos Santos; ANJOS, Pâmela D. C. da Silva dos; RIBEIRO, Fernanda Sena. Ação missionária capuchinha no sul do Maranhão: escolarização como instrumento de expansão da fé católica. *In*: CRUZ, Mariléia dos Santos (org.). **História da educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética, 2012.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida C.; SOUSA, M. P. M. Religião e política na educação: notas sobre a rede católica no território maranhense. **Notandum**, [s. l.], v. 21, n. 47, p. 98-117, mai./ago. 2018.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. Educar para civilizar e doutrinar crianças indígenas na colônia de Alto Alegre: a cumplicidade das capuchinhas italianas (1899-1901). **International Studies on Law and Education**, [s. l.], n. 33, p. 99-106, set./dez. 2019.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. Gênese de uma escola católica e estratégias femininas no maranhão novecentista. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 178-198, jan./mar. 2015.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. Missão capuchinha e resistência Tentehar: releituras do conflito de Alto Alegre. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 316-342, jan./mar. 2020.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. **Proposições**, [s. l.], v. 28, n. 3/84, p. 169-202, set./dez. 2017.

DALLABRIDA, Norberto. O Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites. **Educação UNISINOS**, São Leopoldo, v. 8, n.14, p. 205-222, 2004.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SANTA TERESINHA. **Livro de atas do exame de admissão**. [S. l.: s. n.], dez. 1960. Documento de uso interno da instituição.

ESCOLA SANTA TERESINHA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. [S. l.: s. n.], 2020. Documento interno da escola.

ESCOLA SANTA TERESINHA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. [S. l.: s. n.], 2000. Documento interno da escola.

ESCOLA SANTA TERESINHA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. [S. l.: s. n.], 1994. Documento interno da escola.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses: 1822-1929**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 169-186.

FIQUENE, José de Ribamar. **[Hino da Escola Santa Teresinha]**. Música: Maestro Moisés da Providência Araújo. [S. l.: s. n., 19--?].

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e da cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

FREI JOÃO PEDRO DE SEXTO SÃO JOÃO. *In*: SERVO de Deus Frei João Pedro de Sexto São João. Fortaleza, [2021?]. Disponível em: <https://servodedeusfreijoaopedro.com.br/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. **A escola e a vida na cidade: o Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GIL, J. P. A. **O significado do jogo na educação infantil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; BITTENCOURT, Dóris Almeida. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Imperatriz, MA: panorama: população**. Rio de Janeiro: IBGE, c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/triunfo/panorama>. Acesso em: 09 jan. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Canela Ramkokamekrá**. São Paulo: ISA, 2012. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela\\_Ramkokamekr%C3%A1](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela_Ramkokamekr%C3%A1). Acesso em: 9 nov. 2021.

IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Fundador e co-fundadoras**. Fortaleza: Irmãs Missionárias Capuchinhas, c2021. Disponível em: <http://www.irmasmissionariascapuchinhas.org/site/index.php/fundador/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

JARDIM, Rejane Barreto; PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: História & Cultura**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 88-97, jul./dez. 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JUNQUEIRA, Sérgio; KLUCK, Claudia Regina. Ensino confessional: um modelo no cenário brasileiro. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap**, Recife, v. 7, n. 2, p. 251-269, jul./dez. 2017.

LOPES, Antonia G. B.; SILVA NETO, Odilon M. da. Cinco guerreiras canindeenses em uma história para além do Brasil. **Revista Centenário da morte do Frei João Pedro de Sexto São João**, Fortaleza, ano 01, n. 01, p. 21-30, nov. 2013.

MAFFI, Franciele Roveda. De leiga a religiosa: as irmãs franciscanas atendendo ao chamamento de Cristo. *In: Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul ANPUH/RS*, 11., 2012, Rio Grande. **Anais [...]**, Rio Grande: ANPUHRS, 2012. p. 1491-1507.

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Francisco, 2004.

MARTINS, Francisco Robson Saraiva; SANTOS, Moacir José dos. MPH1053: aspectos históricos da ocupação territorial de Imperatriz-MA. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 17.; *MOSTRA DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 13.; *SEMINÁRIO DE EXTENSÃO*, 7.; *SEMINÁRIO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA*, 4., 2012, Taubaté. *Inclusão verde: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável. Anais eletrônicos [...]*, Taubaté: UNITAU, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/enic/trabalhos/MPH1053.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MICHELI, Michele. **O Gigante do Prata**. São Luís: Vice-Província Capuchinha, 1986.

NEMBRO, Frei Metódio de. **Frei João Pedro missionário capuchinho: superior e fundador**. Petrópolis: Vozes, 1974. v. 1.

NEMBRO, Frei Metódio de. **Frei João Pedro missionário capuchinho: superior e fundador**. Petrópolis: Vozes, 1975. v. 2.

NEMBRO, Frei Metódio de. **Relatório anual**. [S. l.: s. n.], 1902. Documento contido em acervo histórico.

NEMBRO, Metódio de. **Frei João Pedro missionário capuchinho: superior e fundador**. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1 e 2.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

NUNES, Lúcia de Fátima Royes. **Jogo teatral e educação escolar: 5º semestre**. Santa Maria: UFSM, 2006.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; NASCIMENTO, Amanda Araújo. Atores e impactos na reestruturação do espaço urbano de Imperatriz-MA: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose (2008-2015). **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, [s. l.], ano 7, n. 13, p. 1-17, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JÚNIOR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 73-76, 2002.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In*: Regina Abreu, Mário Chagas (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 80-82.

PASSOS, Mauro. **A pedagogia catequética e a educação na Primeira República do Brasil (1889-1930): seus pressupostos e suas relações**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, 1998.

PEDROSA, J. G.; BITTENCOURT JUNIOR, N. F. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os Ginásios Polivalentes (1971–1974). **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 11-30, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Silvia R. F. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. *In*: HEINZ, Flavio M.; HARRES, Marluza Marques (org.). **A história e seus territórios: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 25-48.

RIBEIRO, Everton. **Para que esse drama?: pedagogia do teatro e transversalidade na formação de professores**. Curitiba: Appris, 2020.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROVERE, Maria Helena Marques. **Escola de valor: significando a vida e a arte de educar**. São Paulo: Paulus Editora, 2009.

SALADINI, Ana Cláudia; FOGAÇA JÚNIOR, Orlando Mendes; MONTROYA, Adrian Oscar Dongo. A educação física e as teorias do conhecimento. **Revista Digital do Paideia**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1565-166, 2011.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos, 1852-2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2002.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SANTOS, Edgar Oliveira *et al.* Formação histórica e trajetórias migratórias: o caso de Imperatriz-MA. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 115-136, 2019.

SANTOS, Moises Charles Ferreira dos. **Processo histórico da educação física em Imperatriz-MA: seus personagens e sua trajetória de 1973 a 2010**. Imperatriz: Ética Editora, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTORI, Juliana. Memória e práticas sociais de idosos em torno do tema dos raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. *In*: Norma Valencio (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2012. p. 62-82.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. R.; CRUZ, M. S. Escola, professores e escolarização na Vila Nova da Imperatriz no século XIX. *In*: CRUZ, M. S. (org.). **História da educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética, 2012.

SILVA, Celeida M. C. de Souza. As festas escolares e a cultura cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa (1972-1987). *In*: ANAIS DO ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 17., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH/ UNESP, 2006. p. 1-9.

SILVA, Gercina F. da. **Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açú/PA**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

SILVA, Iva Souza da; PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela. **Política e legislação educacional**. São Luis: UEMANET, 2011.

SILVA, José Nilson Oliveira; CASTRO, Gisilda Maria Pereira de (org.). **Escola Santa Teresinha: 80 anos educando vidas**. Imperatriz: Ética, 2004.

SILVA, Laila Santos; SOUSA, Jailson de Macedo. Novas formas comerciais e as expressões da centralidade urbana de Imperatriz – MA: uma análise a partir da

instalação e dinamismo do Imperial Shopping. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 16, n. 1, p. 204-232, jan./jun. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez.1999.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Aguiar. **Colégio São José**: triagem sociomoral no âmbito escolar – Caxias-MA (1940 -1960). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZANNONI, Claudio. **Manipulação do conflito pelos Tenetehara do Maranhão**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 1998a.

ZANNONI, Claudio. O “massacre de Alto Alegre” na imprensa maranhense. *In*: **Geografia, história e sociologia**. São Luís: Imprensa Universitária, 1998b. p. 101-119. (Coleção Prata da Casa, 3).

ZANNONI, Claudio. Rituais de iniciação entre os Tenetehara. *In*: ZANNONI, C. *et al.* **Rituais indígenas brasileiros**. São Paulo: CPA, 1999.

## ANEXO A – ARQUIVO PESSOAL: IMAGENS

O presente anexo contém imagens que pertencem ao arquivo pessoal da entrevistada Domingas Machado Batista e Professor José Nilson.

### - Domingas Machado Batista:





ACERVO: Escola Santa Teresinha (IMC).

O antigo “Convento dos Frades apuçinhos”, “Centro Diocesano de Pastoral” na rua frei Manoel Procópio (*antiga X de Novembro*) esquina com rua Rui Barbosa (*atual Irtra*



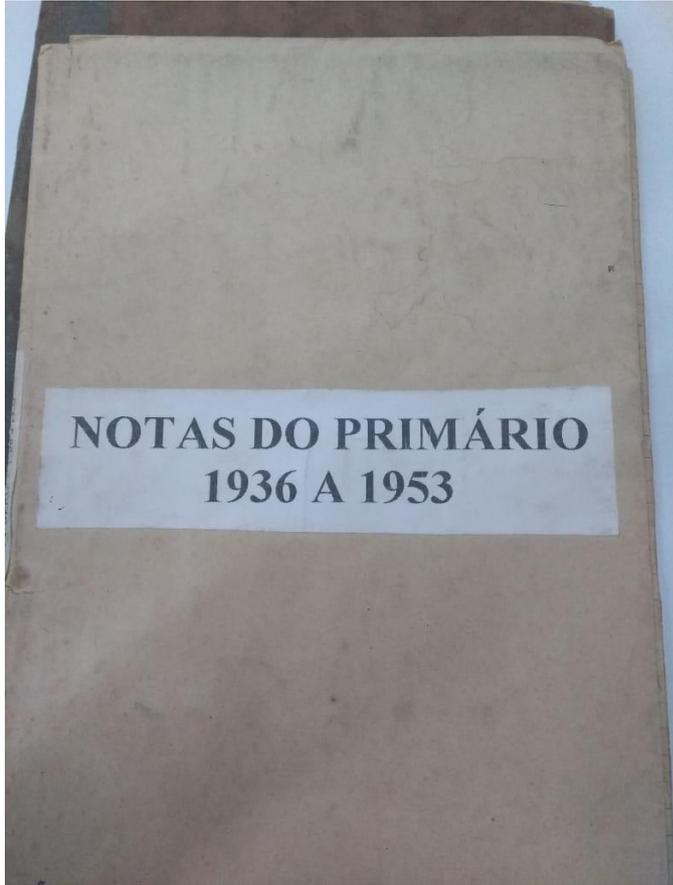
ACERVO: Escola Santa Teresinha (IMC).

Foi instalada na rua Frei Manoel Procópio (*antiga XV de Novembro*) esquina com Rua Manoel Santos (*atual Sorveteria Regional*).



ACERVO: Escola Santa Teresinha (IMC).

Instalada atrás da Igreja de Santa Teresa D'Ávila na rua Fr. Manoel Procópio (*antiga X de N vembro*) esquina com Rui Barbosa. Em 1943, na gestão da Ir. Mad e Marcela, funda-se o INTERNATO - para mulheres.



- Professor José Nilson:



Irmã Julia

## Recordando através da imagem fotográfica

(nº 4)



*Irmã Júlia, Fundadora da Escola Santa Teresinha. Vive hoje, ainda, e testemunha os 60 ANOS da Escola Santa Teresinha*



*Irmã Águeda, Fundadora da Escola Santa Teresinha*



*Madre Judith, Fundadora da Escola Santa Teresinha*



*Irmã Eleonora, Fundadora da Escola Santa Teresinha*